

MARIA SUELI GRANJA

**INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO SAZONAL: É POSSÍVEL?  
UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS NA CULTURA DA UVA  
EM PETROLINA-PE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2006

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

G759i  
2006

Granja, Maria Sueli, 1974-

Inclusão social pelo trabalho sazonal : é possível ?  
um estudo sobre trabalhadoras na cultura da uva em  
Petrolina-PE / Maria Sueli Granja. – Viçosa : UFV, 2006.  
xx, 142f. : il. ; 29cm.

Inclui apêndice.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 125-127.

1. Trabalhadoras rurais - Aspectos sociais. 2. Mulheres  
na agricultura. 3. Sociologia do trabalho. 4. Projetos de  
desenvolvimento agrícola. 5. Desenvolvimento social.  
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 331.4830

MARIA SUELI GRANJA

**INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO SAZONAL: É POSSÍVEL?  
UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS NA CULTURA DA UVA  
EM PETROLINA-PE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de abril de 2006.

---

Neide Maria de Almeida Pinto

---

Nora Beatriz Presno Amodeo

---

Maria Izabel Vieira Botelho  
(Conselheira)

---

Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Conselheira)

---

Sheila Maria Doula  
(Orientadora)

À minha mãe, grande batalhadora.

Aos meus filhos, Micael, Samuel e Gabriel:

o amor que tenho por vocês me faz superar tudo.

Aos trabalhadores rurais do N4 que constroem sua trajetória de vida  
em constantes idas e vindas na luta pela sobrevivência.



*Maria, Joaquinas, mulheres, meninas, raleando uva,  
suando, amando, sofrendo e batalhando por um lugar ao sol;  
sol causticante sol nordestino, que as tornam frágeis, mas determinadas...  
Mulheres guerreiras, arrumando casa, regando videira, fazendo raleio...  
(Fátima Palitot)*

## **AGRADECIMENTO**

A Deus, em primeiro lugar, pois sei que em vários momentos difíceis deste trabalho, quando me senti cansada, desmotivada, foi sua presença iluminada que me trouxe forças para vencer quaisquer que fossem os obstáculos.

Ao CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), na pessoa do seu antigo Diretor Geral, professor Nelson Minussi Filho, pela iniciativa de promover o Curso de Mestrado em Extensão Rural, na cidade de Petrolina-PE e também ao novo dirigente o professor Sebastião Rildo, por dar continuidade a esse sonho.

À Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, principalmente aos professores e funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial a Carminha, que sempre atenta ao que precisei, me atendeu com um sorriso acolhedor.

À professora Sheila Maria Doula, pela orientação, pelo aprendizado, pela confiança e por todos os momentos destinados a esta pesquisa, orientando à distância e provando que somos capazes de fazer um bom trabalho.

Às minhas conselheiras Maria Izabel Vieira Botelho e Ana Louise de Carvalho Fiúza, pela paciência ao me atender e por todas as bibliografias emprestadas.

Aos coordenadores do Curso de Capacitação em Extensão Rural, professores Fábio Faria Mendes e José Norberto Muniz, da UFV, e Luciano Manfroi, do CEFET, pela atenção e pelo apoio a mim dispensados durante o período de realização do curso.

Ao Diretor de Articulação Empresarial, professor Artidônio Araújo Filho, por compreender os momentos que precisei estar ausente me dedicando à pesquisa.

Às mulheres do Núcleo 04 que compartilharam suas vidas e segredos e me deram a oportunidade de fazer novas amizades ao longo do trabalho.

Aos colegas do curso de Mestrado em Extensão Rural, pela amizade e pelo companheirismo, especialmente Adelmo Santana, por todas as vezes que me acompanhou, pacientemente, até o Núcleo.

A Cyntia Meireles, por me acolher, motivar e encorajar a seguir em frente, sempre com uma palavra amiga em todas as vezes que fui a Viçosa.

A Fátima Palitot, grande mulher, grande amiga e irmã, que, muitas vezes, fez também o papel de mãe. Agradeço os ensinamentos passados nas horas de aflição e as palavras de carinho, sempre muito disponível e observadora, ajudando nas leituras do trabalho, descobrindo falhas que passavam despercebidas.

A Selma Maria Andrade, grande amiga e grande companheira, que soube motivar, despertar, ajudando sempre no que foi preciso, seja na correção de língua portuguesa ou nas horas frustrantes de aflição.

Aos amigos e amigas que estiveram sempre presentes, mesmo algumas vezes, apenas em meu coração, pelo incentivo e amizade: Adalberto Alencar e Poliana Alencar, Gláucia Alencar, Elizete Alencar e Nilvania, Granja primos que eu amo de coração e que me motivaram muito nessa conquista; Adriana, Dona Raimunda, Henrique Aquino, Bernadete, Lindóia, Jailma, Ana Rita, Gabriel, Zé Roberto, Macário, Gleide, Rozival, Almir, Sebastião, Zé Batista e Ricardo, foram importantíssimos nas horas de aflição.

A toda a minha família, que me ajudou muito, suprimindo a minha ausência junto dos meus filhos, em especial a minha irmã Maria de Lourdes, uma amiga,

que no seu coração só enxerga o lado bom das pessoas. Agradeço a sua presença em todos os momentos felizes como o nascimento dos meus filhos, que considero sendo seus também, mas presente ainda essa irmã esteve nas etapas dolorosas, me ajudando a vencer todas as dificuldades.

A minha irmã Maria Suelania, que faz o papel de madrinha da família, preocupando-se com os problemas de todos, sendo atenciosa e generosa.

Ao meu irmão Kleber, que apesar da distância geográfica e sentimental, sei que deseja o melhor pra mim, quero que saiba meu irmão que desejo a você toda felicidade dede mundo.

A Tassy Mariana, amiga, sempre cunhada, não importa o que houver, agradeço por todo apoio ministrado a mim nessa última etapa, com suas sugestões enriquecedoras, me ajudou muito.

Enfim, aos meus pais, seu Francisco das Chagas Granja e dona Venerada Gouveia Granja, por todos os sacrifícios. Sei o quanto foi difícil sair da sua terra para vir morar na cidade em busca de uma vida melhor para os filhos. Essa mãe, cuidadora, protetora, amiga, uma grande mulher, a tenho como exemplo de vida, sentindo-me orgulhosa em chamá-la de mãe.

## **BIOGRAFIA**

MARIA SUELI GRANJA, filha de Francisco das Chagas Granja e Maria Sueli Granja, nasceu em 30 de setembro de 1974, na cidade de Santa Maria da Boa Vista-PE.

Graduou-se em Geografia, com licenciatura plena, na Faculdade de Formação de Professores de Petrolina. Especializou-se em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, MG.

Iniciou as atividades profissionais na Secretaria de Obras em Petrolina, onde permaneceu no período de 1991 a 1993. Em 1995, ingressou na Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, onde atua até a presente data.

Iniciou o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, em nível de Mestrado, no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, em 2004, defendendo tese em abril de 2006.

## SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS .....	xi
LISTA DE FIGURAS .....	xii
LISTA DE SIGLAS .....	xv
RESUMO .....	xvii
ABSTRACT .....	xix
1. INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 .....	9
O PROJETO SENADOR NILO COELHO .....	9
1.1. A implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	9
1.2. Os primeiros projetos de irrigação .....	12
1.3. O papel da CODEVASF e os recursos financeiros .....	16
1.4. População atingida e população beneficiada pelo Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	18

	Página
1.5. A criação do núcleo habitacional e a opção pela fruticultura .....	20
1.6. O impacto do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho na cidade de Petrolina .....	36
CAPÍTULO 2 .....	41
A MULHER E O TRABALHO NA AGRICULTURA .....	41
2.1. As transformações do mundo do trabalho na agricultura nos últimos anos .....	41
2.2. A incorporação da mulher no mundo do trabalho fora de casa .....	48
2.3. O trabalho da mulher na agricultura .....	52
CAPÍTULO 3 .....	58
A INSERÇÃO DA MULHER NA FRUTICULTURA IRRIGADA ...	58
3.1. A inserção da mulher na fruticultura irrigada .....	58
3.2. Os critérios para recrutamento de mão-de-obra para a fruticultura irrigada .....	65
3.3. Sindicalização das mulheres que trabalham na fruticultura irrigada ..	68
CAPÍTULO 4 .....	71
A MULHER NA CULTURA DA UVA .....	71
4.1. A demanda de mão-de-obra na fruticultura da uva .....	77
4.2. O nível de satisfação e as condições de trabalho .....	84
CAPÍTULO 5 .....	91
A MULHER NA ESFERA DOMÉSTICA .....	91
5.1. O núcleo habitacional N-04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	91
5.2. Origem das famílias .....	94

	Página
5.3. Multiplicidade das atividades .....	95
5.4. A vida comunitária .....	97
5.5. As atividades domésticas das mulheres no Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	102
5.6. Conflitos que o trabalho fora de casa trouxe para a mulher .....	106
CAPÍTULO 6 .....	110
INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DO TRABALHO SAZONAL: É POSSÍVEL? .....	110
6.1. A inclusão social .....	117
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120
REFERÊNCIAS .....	125
APÊNDICES .....	128
APÊNDICE A – Questionário n.º 01 para coleta de dados junto às mulheres que trabalham na fruticultura irrigada no raleio da uva .....	129
APÊNDICE B – Questionário n.º 02 para coleta de dados junto aos homens do Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	133
APÊNDICE C – Questionário n.º 03 para coleta de dados junto a empresários e, ou, colonos do Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	135
APÊNDICE D – Memória fotográfica .....	137

## LISTA DE TABELAS

		Página
1	Número de habitações do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	20
2	Evolução da área plantada e área em produção da cultura da manga no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	33
3	Evolução da área plantada e área em produção da cultura da uva no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	33
4	Evolução da área plantada e área em produção da cultura da banana no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	34
5	Evolução da área plantada e área em produção da cultura do coco no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	34
6	Critérios de recrutamento .....	66
7	Evolução da produção e exportação da uva no Vale do São Francisco .....	75
8	Evolução da produção da uva no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho .....	76

## LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Localização do pólo Petrolina/Juazeiro .....	10
2	Evolução percentual da área plantada por tipo de exploração .....	22
3	Evolução de área plantada e área em produção da manga .....	28
4	Manga tommy atkins mais produzida no Vale .....	29
5	Evolução de área plantada e área em produção da uva .....	29
6	Uva redglobe de mesa, modelo para exportação .....	30
7	Evolução de área plantada e área em produção do coco .....	30
8	Coqueiro anão que produz coco para consumo da água .....	31
9	Evolução de área plantada e área em produção da banana .....	31
10	Banana pacovan, variedade mais plantada na região .....	32
11	Virando a página .....	38
12	Escolha feita pelas mulheres rurais e urbanas entre trabalho remunerado e dedicação ao lar .....	51

	Página
13	Participação das mulheres na produção mundial de alimentos (projeção 2000) ..... 53
14	Participação das mulheres na produção mundial de alimentos (projeção 2010) ..... 54
15	Trabalho da mulher no <i>packing-house</i> na cultura da manga ..... 63
16	Atividades das mulheres, anteriores ao ingresso na cultura da uva ..... 64
17	Número de trabalhadores sindicalizados na fruticultura irrigada . 69
18	Evolução das áreas de uva plantada e em produção no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (ha) ..... 76
19	O primeiro raleio mais conhecido como o pinicado ..... 78
20	Menina de 13 anos fazendo o segundo raleio ..... 79
21	Trabalhadoras no horário do almoço em pleno parreiral ..... 81
22	Trabalhadora usando máscara para se proteger dos agrotóxicos . 82
23	Faixa etária das mulheres entrevistadas ..... 84
24	A família de dona Lírio reunida ..... 86
25	Perfil das mulheres que trabalham na fruticultura da uva ..... 87
26	Trabalhadora raleando uva, exposta ao sol ..... 90
27	Áreas cultivadas pelos associados da ASPIN ..... 93
28	A simplicidade do interior das casas ..... 98
29	Decoração das casas que marcam a singularidade dos seus proprietários ..... 99
30	Os moradores à noite nos bares ..... 100
31	Meninos arriscando a própria vida nos canais ..... 101

	Página
32	A dupla jornada de trabalho ..... 104
33	Distribuição das tarefas domésticas das mulheres no Núcleo 04 . 106
1D	Sangramento das turbinas da Barragem de Sobradinho ..... 137
2D	Subestação da Barragem de Sobradinho ..... 138
3D	Trabalhadora raleando uva em cima de um banco ..... 138
4D	Trabalhadora com mais de 60 anos raleando uva ..... 139
5D	A beleza do parreiral com a variedade de uva redglobe ..... 139
6D	Rua principal do Núcleo 04 ..... 140
7D	Único posto de saúde do Núcleo 04 ..... 140
8D	Há poucos telefones públicos no Núcleo 04 e estes na maioria já estão sucateados ..... 141
9D	Uma das igrejas onde muitas das nossas entrevistadas buscam refúgio para as agressões sofridas pelos maridos ..... 141
10D	Associação dos Produtores Irrigantes do Núcleo ..... 142

## LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNB - Banco de Desenvolvimento do Nordeste.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento.

CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária para o Trópico Semi-Árido.

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO - Food and Agriculture Organization.

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

PISNC – Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

PLANVASF – Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SUVALE – Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

## RESUMO

GRANJA, Maria Sueli, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2006.  
**Inclusão social pelo trabalho sazonal: é possível? Um estudo sobre trabalhadoras na cultura da uva em Petrolina-PE.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Conselheiras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Maria Izabel Vieira Botelho.

Com a expansão da fruticultura, no Submédio São Francisco, cresceu a oferta dos postos de trabalho destinados à mão-de-obra feminina. Entretanto, a atuação da mulher nesse mercado de trabalho se deu em condições desiguais e excludentes. Conforme aborda Noronha (1985, p. 87), a mulher rural que trabalha na fruticultura irrigada é apontada como população economicamente ativa; todavia, mesmo que desenvolva atividades iguais às desenvolvidas pelos homens, o seu salário é, quase sempre, inferior ao do homem. A mulher rural enfrenta uma jornada longa. Isso, porque o homem, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas. De acordo com Bruschini (1990), a falta de equidade na participação da força masculina nas tarefas de casa faz com que a mulher assuma uma carga de trabalho exaustiva, nos espaços doméstico e extra-doméstico. A inserção da mulher rural ao trabalho assalariado se dá, em geral, em atividades sazonais, restritas a algumas etapas do ciclo

produtivo, não se constituindo, na maioria dos casos, como uma ocupação permanente. Diante desse cenário, buscou-se, neste trabalho, investigar as mudanças nas relações sociais e familiares a partir da inserção das mulheres na prática produtiva da fruticultura, particularmente na cultura da uva, no Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, e se essa inserção propiciou a elas e as suas famílias uma maior inclusão social. Buscando responder a esse questionamento, realizou-se pesquisa de campo, por amostra, com aplicação de questionários, onde foram entrevistadas mulheres que trabalham na fruticultura irrigada, mais especificamente, no raleio da uva, como também homens que trabalham, também, na fruticultura irrigada e empregadores deste segmento. Constatou-se que trabalho sazonal proporciona à mulher um maior poder de compra, o que representa uma situação de inclusão social, cujos benefícios são também estendidos à família. Concluindo-se, ainda, que o tipo de inclusão proporcionado pelo trabalho sazonal é, quase sempre, precário e instável.

## ABSTRACT

GRANJA, Maria Sueli, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April 2006.  
**Social inclusion through seasonal labor: is it possible? A study on vine-growing workers in Petrolina-PE.** Adviser: Sheila Maria Doula.  
Committee Members: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Maria Izabel Vieira Botelho.

The expansion of fruit culture in the Submedio São Francisco region has allowed the creation of work places for female labor. However, the participation of women in this work sector is characterized by unequal and excluding conditions. As stated by Noronha (1985, p. 87), rural women working in irrigated fruit culture areas are considered economically active; however, despite performing the same activities performed by men, their salary is almost always inferior. Rural female workers also face longer working hours since men, in general, do not share housework. According to Bruschini (1990), unequal male participation in housework forces women to undergo an exhaustive work load both at home and outside the house. The insertion of rural female workers as wage earners is generally via seasonal activities, restricted to some stages of the productive cycle, thus not constituting a permanent occupation, most of the times. Faced with this scenario, this work aimed to investigate the changes in the

social and family relations resulting from the insertion of women in fruit culture, particularly vine-growing, at the Nucleus 04 of the Senador Nilo Coelho Irrigation Project in Petrolina-PE, and to verify whether such participation provided them and their families a greater social inclusion. Aiming to find answers to these questions, a field research was carried out by applying sample questionnaires, where women who work in irrigated fruit culture, more specifically, grape picking, as well as male workers and employers working in this sector were interviewed. It was concluded that seasonal work provides women a greater buying power leading to social inclusion whose benefits are also extended to their families. It was also concluded that the type of inclusion provided by seasonal work is almost always precarious and unstable.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho parte de algumas inquietações surgidas do meu contato profissional, como funcionária do CEFET de Petrolina (PE), com a realidade rural do Submédio São Francisco e as modificações ali impostas após a instalação de um pólo de irrigação. Em particular, o foco da pesquisa se orienta na direção de investigar os impactos da agricultura irrigada na trajetória das mulheres trabalhadoras na fruticultura, notadamente da uva, procurando analisar os efeitos do assalariamento sazonal na vida dessas mulheres e de suas famílias. Para além da vantagem econômica que o salário propicia, procurou-se investigar se a inserção da mulher em uma cultura agrícola altamente tecnificada como a da produção de uva, possibilitou também outras vantagens ou reconhecimento de direitos que pudessem indicar um grau maior de inclusão social, entendida aqui como acesso a bens e serviços, observância dos direitos trabalhistas e maior participação social, seja através de novas possibilidades de acesso a educação ou capacitação, seja através de outras oportunidades de socialização.

As mulheres foram e continuam sendo atores sociais importantes nas modificações ocorridas em nível regional porque, como trabalhadoras da agricultura, elas vivenciaram as conseqüências da crise pela qual passou o Submédio São Francisco a partir da década de 1980, quando a agricultura irrigada de culturas de ciclo curto como cebola, melão, melancia, tomate, feijão,

milho e pimentão se tornaram economicamente inviáveis resultando no fracasso daquele segmento da agricultura.

A alternativa da fruticultura irrigada, cogitada posteriormente como saída para a crise por que passava a agricultura irrigada de culturas de ciclo curto, só foi possível após a construção da Barragem de Sobradinho, obra essa de enorme impacto social, ambiental e econômico para região, que modificou inclusive a estruturação fundiária a partir da desapropriação das terras de pequenos agricultores. As trabalhadoras entrevistadas nesta pesquisa guardam com nitidez, na memória, as transformações e adaptações exigidas delas e de suas famílias, não só no que se refere à nova condição de colonos que eles passaram a assumir no Núcleo de Irrigação, como também às novas imposições na esfera do trabalho que a fruticultura irrigada passou a imprimir.

De acordo com Silva (2001), a fruticultura desencadeou um processo de reestruturação da produção agrícola quando este segmento entrou numa fase de forte expansão e de direcionamento para a exportação, em detrimento das culturas de ciclo curto.

Segundo Bloch (1996), fatores econômicos, geográficos e climáticos do Vale do São Francisco fizeram com que a fruticultura irrigada nessa região conhecesse, nos últimos anos, um nível de expansão sem precedentes, com destaque para as culturas da manga e da uva. De acordo com o Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho – órgão gestor do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho –, em 2005 a manga e a uva representaram, respectivamente, cerca de 82% e 96% do total exportado pelo Brasil, chegando a aproximadamente 200 toneladas de uva e 350 toneladas de manga.

A fruticultura irrigada, a partir da década de 80, passou a configurar-se na região como a emergência de um novo complexo de produção e exportação de frutas frescas. Entretanto, as mudanças decorrentes da reestruturação impostas pela nova realidade da agricultura não trouxeram apenas benefícios para o Submédio São Francisco.

A necessidade de altos investimentos para a produção da fruticultura e a ausência de uma política de créditos adaptada às condições dos pequenos

produtores, conforme denuncia Bloch (1996), contribuíram para exclusão de muitos deles dessa nova realidade da agricultura irrigada, tendo como conseqüência a elitização e a concentração de produtores na fruticultura, como também a concentração da posse da terra. As políticas públicas de financiamento deram prioridade à organização da irrigação na forma de grandes empreendimentos, em detrimento das pequenas e médias unidades produtivas, contemplando grandes grupos empresariais brasileiros e multinacionais que, dada a sua estrutura organizacional, contaram com os incentivos fiscais e financeiros do Estado para desenvolverem os seus projetos. Essa concentração – fundiária e de capital – é uma das principais marcas do pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA.

Toda essa evolução e reestruturação das atividades agrícolas, da composição dos produtos cultivados e da base técnica da produção, provocaram, entre outros efeitos, um verdadeiro desmonte do pólo agroindustrial até então instalado nas cidades de Petrolina e Juazeiro, modificando, por conseqüência, também a estrutura do emprego na região (SILVA, 2001). A elitização da agricultura e a concentração da posse da terra contribuíram para o empobrecimento dos pequenos produtores que, em grande parte, passaram a ser empregados, submetendo-se, muitas vezes, a situações de precariedade salarial, de condições de salubridade e de direitos trabalhistas.

Apesar do grande número de postos de trabalho gerados pela agricultura irrigada, a grande maioria deles é temporária, principalmente aqueles destinados às mulheres. No caso das mulheres trabalhadoras na fruticultura do Pólo de Petrolina e Juazeiro vale a constatação de Siliprandi (2004) quando afirma que “*o trabalho assalariado das mulheres no campo é, em geral, restrito a algumas etapas do ciclo produtivo (...) não há segurança quanto à existência de maiores oportunidades de empregos permanentes para as mulheres*”.

Embora as estatísticas revelem que as trabalhadoras da zona rural representam um contingente, em média, superior a 50% da força de trabalho total e que as mulheres são responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos e por cerca de 80% dos alimentos na maioria dos países em

desenvolvimento (FAO, 2000), essa mão-de-obra é subestimada, conforme revelam Suárez e Libardoni (1992, p. 4):

*... a subestimação do contingente de mulheres que trabalham ocorre também porque as coletas de dados partem do pressuposto ideológico de que a mulher – no singular, ou seja, toda mulher – ocupa espaço da casa e de que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica ...*

Essa subestimação estatística pode, segundo alguns autores pesquisados, estar contribuindo para a exclusão social da mão de obra feminina, notadamente rural, na medida em que a minoração quantitativa exerce menor pressão sobre o atendimento das demandas sociais dessas trabalhadoras.

Quando se fala de exclusão, parece se estar falando de pobreza, pura e simples. Mas isso ocorre, segundo Escorel (1996), pela generalização, por parte de jornalistas, políticos e até de estudiosos, que usam este termo para designar qualquer situação ou condição social de carência, dificuldade de acesso, segregação, discriminação e precariedade em qualquer âmbito. Mas o autor faz um alerta: “quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba por não caracterizar fenômeno algum”.

Para Sawaia (2001), “os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seu valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural”.

Apesar de todas essas reflexões, que são pertinentes ao nosso trabalho, foi no pensamento do sociólogo José de Souza Martins que encontramos maior afinidade com a proposta deste trabalho. Martins (1997) trata concomitantemente os termos exclusão e inclusão, pois para ele não há inclusão sem ter havido anteriormente uma exclusão. Para o autor, essa é uma característica da sociedade capitalista, que tem a sua lógica própria de tudo desenraizar e excluir para depois incluir segundo suas próprias regras.

Seguindo essa linha de pensamento, considera-se que uma pessoa que tem uma renda oriunda de determinada atividade que lhe possibilite a sobrevivência, mesmo que indigna, não é uma excluída social, já que de alguma forma ela está incluída, ainda que instável e precariamente. Assim sendo, não se

deve confundir pobreza com uma situação de exclusão social propriamente dita. Para Martins, excluídos mesmo, rigorosamente falando, só os mortos estão: “*A idéia de exclusão pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. Os que sofrem essa privação seriam os excluídos*” (MARTINS, 2002, p. 45-46).

Assim, se o critério econômico estabelece apenas um dos patamares que nos permite analisar a inclusão e a exclusão social, não devemos nos esquecer que na esfera do trabalho, além das disparidades salariais entre homens e mulheres, há outras formas mais sutis de a exclusão se instalar. De acordo com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (SILIPRANDI, 2004), as mulheres rurais se ressentem de trabalhos pesados, da dupla jornada de trabalho e da falta de apoio ao trabalho doméstico. Essa falta de apoio resulta em conflitos para essas mulheres, uma vez que sua presença é exigida no lar por seus familiares, que cobram a execução das tarefas cotidianas da casa. Bruschini (1990) atribui esses conflitos ao fato de a mulher não ter conquistado a equidade de gênero na esfera privada, ou seja, a participação da força masculina nas tarefas domésticas.

Apesar desse círculo vicioso, a pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra ainda que as trabalhadoras rurais aspiram um maior acesso ao mercado de trabalho, aos estudos e formas de capacitação, a novas formas de sociabilidade e obtenção de conhecimentos e à maior participação social como forma de conseguir melhores empregos, melhores salários, maior garantia dos direitos e, conseqüentemente, uma maior inclusão social.

É no âmbito dessa discussão que se colocam os objetivos deste trabalho, na medida em que buscamos analisar as mudanças sociais e familiares a partir da inserção das mulheres na prática produtiva da fruticultura, particularmente na cultura da uva. Tomando como lócus privilegiado o Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, buscamos identificar os procedimentos utilizados para a contratação da mão-de-obra feminina; a importância econômica e social que o trabalho representa na vida dessas mulheres; as formas de inclusão social da mulher e sua família a partir da entrada no mercado de trabalho na fruticultura irrigada e verificar se o trabalho sazonal lhes propicia maior inclusão social.

O método utilizado neste trabalho foi o estudo de caso, que permitiu reunir dados sobre realidade da prática produtiva das mulheres trabalhadoras na fruticultura irrigada, sobre o ambiente de trabalho e sobre as implicações da inserção no mercado de trabalho na vida pessoal e doméstica.

A pesquisa de campo foi realizada em diferentes ambientes e com vários atores sociais. Através da pesquisa participante e da aplicação de questionários semi-estruturados procurou-se observar e descrever as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras na esfera doméstica, acompanhando suas rotinas diárias no Núcleo 04 e também nas etapas em que elas participam na cultura da uva, acompanhando suas atividades no campo e nos *packing-houses*<sup>1</sup> das empresas. Além das mulheres, entrevistaram-se também os maridos dessas trabalhadoras, com o objetivo de mapear a visão masculina sobre o trabalho feminino e identificar as possibilidades de conflitos nas relações familiares. Foram entrevistados ainda alguns empregadores, com o intuito de perceber as qualificações exigidas quando da contratação da mão-de-obra para a fruticultura irrigada.

Quanto às instituições locais, procuramos dados e realizamos entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Petrolina, no Distrito de Irrigação e na Associação de Produtores Irrigantes do Núcleo 04 (ASPIN). A alegada inexistência ou a falta de sistematização de dados por parte das instituições governamentais procuradas e também do sindicato impediram que fossem aprofundadas algumas análises; isso indica o desinteresse do setor público nas coleta e organização de informações da esfera trabalhista do município, o que certamente compromete a eficácia das políticas públicas de inclusão social.

O Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho é formado por 160 famílias e desse total determinou-se uma amostra para as entrevistas seguindo os seguintes critérios:

---

<sup>1</sup> *Packing-house* – Galpão de embalagem, local onde acontece todo o processo de limpeza, seleção e embalagem das frutas.

- Foram entrevistadas 30 mulheres que vivem e trabalham em unidades produtivas. Mulheres em diferentes estágios do ciclo familiar, com filhos adolescentes, idosas, jovens, mães solteiras, casadas sem filhos, separadas e viúvas. Para resguardar a identidade das entrevistadas optamos identificá-las por nome de flores.
- Entrevistas com 15 homens que vivem e trabalham em unidades produtivas, casados ou viúvos, com a finalidade de observar a forma como encaram o trabalho feminino fora de lar. Optamos identificar os homens pelas iniciais do nome e sobrenome, resguardando assim sua identidade.
- 10 empregadores, que forneceram informações sobre quais os requisitos adotados quando do recrutamento da mão-de-obra feminina, como é feita a distribuição das tarefas, sobre o desempenho das mulheres no raleio da uva e sua contribuição para o mercado sócio-econômico.

Este trabalho está organizado em seis partes. No primeiro capítulo faz-se uma abordagem histórica sobre a implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, sobre os objetivos e justificativas do projeto, destacando-se os primeiros estudos que deram origem ao sistema de irrigação; descreve-se também a ação da CODEVASF e os recursos financeiros requeridos para a instalação do projeto; finalmente destaca-se a população atingida e a população beneficiada pelo Projeto de Irrigação, como também o impacto econômico e populacional para as cidades de Petrolina e Juazeiro.

No segundo capítulo procede-se a uma revisão da literatura da sociologia do trabalho, buscando entender as transformações do mundo do trabalho na agricultura nos últimos anos, fazendo-se um comparativo dessas transformações com outros segmentos produtivos. Neste capítulo dá-se ênfase à questão da incorporação da mulher no mundo do trabalho extra-doméstico e da participação dela na produção da agricultura familiar, destacando-se a importância dessa mão-de-obra para a segurança alimentar das nações subdesenvolvidas, sem esquecer de pontuar a falta de reconhecimento da força de trabalho da mulher, que permanece subestimada.

O terceiro capítulo trata da inserção da mulher na fruticultura irrigada: a importância e a especificidade dessa mão-de-obra, os critérios utilizados para o recrutamento de mão-de-obra feminina para a fruticultura irrigada, as tarefas por elas executadas, a sazonalidade na fruticultura, as condições de trabalho e de sindicalização dessas trabalhadoras.

No quarto capítulo faz-se uma descrição da cultura da uva, de seu desenvolvimento no Submédio São Francisco e o início do processamento do vinho, com a instalação das primeiras vitivinícolas nessa região. Procura-se, também fazer a identificação e descrição das tarefas desempenhadas por homens e mulheres nessa cultura, destacando as condições a que são submetidas às mulheres no espaço de trabalho.

Já o quinto capítulo trata de descrever o núcleo residencial N 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, buscando identificar a origem das famílias que residem e trabalham naquele núcleo de colonos, descrever a vida comunitária e a vida doméstica das mulheres que trabalham na fruticultura da uva e que residem naquela comunidade; destaca-se ainda a identificação dos conflitos que o trabalho na fruticultura trouxe para as famílias.

No sexto capítulo faz-se uma revisão da literatura pertinente ao tema da inclusão social, procurando, dessa forma, subsídios que propiciem uma base conceitual que nos permita analisar se a sazonalidade do trabalho feminino na fruticultura possibilita ou dificulta a sua inclusão social.

## **CAPÍTULO 1**

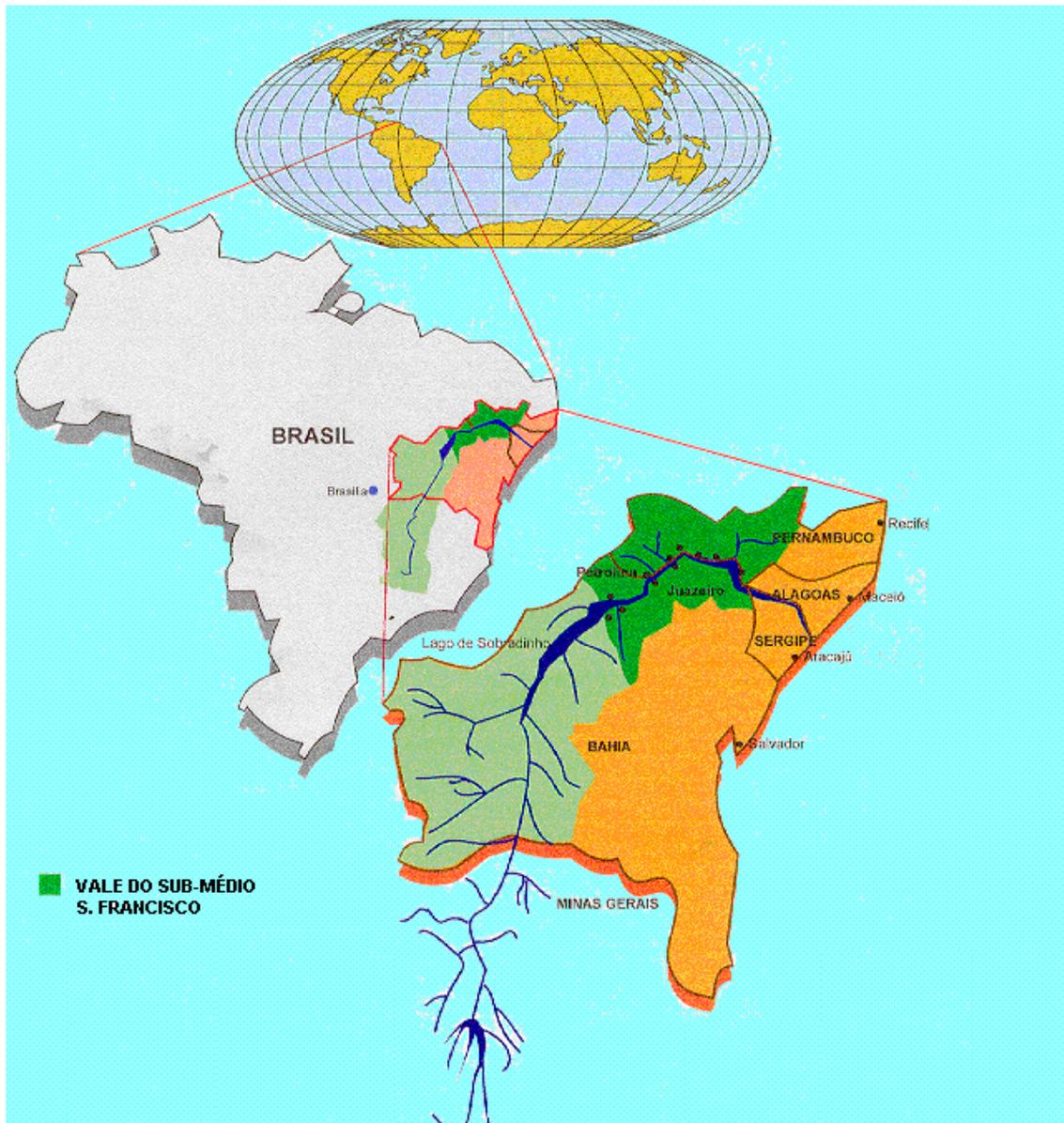
### **O PROJETO SENADOR NILO COELHO**

#### **1.1. A implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho**

Implantado à margem esquerda do rio São Francisco, na cidade de Petrolina-PE (Figura 1), que fica a aproximadamente 800 km da capital pernambucana, na região denominada Submédio São Francisco<sup>2</sup>, abrangendo, também, terras do município vizinho de Casa Nova-BA, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho teve suas operações iniciadas em abril de 1984. Segundo pesquisa da Embrapa (2002) a área do Projeto é de 40.763 ha, mas desse total apenas 20.388 ha são irrigados.

---

<sup>2</sup> O Submédio São Francisco é uma das quatro regiões fisiogeográficas do Vale do São Francisco e abrange áreas dos estados da Bahia e de Pernambuco, que se estende desde o município de Remanso até Paulo Afonso na Bahia. Portanto, é nesse trecho que está inserido o Pólo Petrolina/Juazeiro, cuja territorialidade inclui, também, os municípios baianos de Curaçá, Sobradinho, Casa Nova e, no lado pernambucano, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.



Fonte: Cedido pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 1 – Localização do pólo Petrolina/Juazeiro.

Ainda segundo a pesquisa, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, que se constitui em uma das mais importantes obras já construídas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) tem a sua ocupação espacial assim distribuída: 2.005 pequenos produtores com lotes familiares e 172 pequenas, médias e grandes empresas, gerando 75.807 empregos diretos e indiretos. Os pequenos produtores possuem lotes de, em

média, 6,9 ha; as pequenas, médias e grandes empresas possuem lotes que variam de 7,10 a 20,0 ha, de 20,01 a 50,0 ha e acima de 50,0 ha, respectivamente.

O Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho está situado numa excelente posição geográfica, pois é cortado por três rodovias federais: a BR 235 (Petrolina-PE/Remanso-BA), a BR 407 (Petrolina-PE/Picos-PI) e a BR 122 (Petrolina-PE/Parnamirim-PE), através das quais é possível alcançar-se as principais cidades do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do País, além de contar com um aeroporto internacional; juntos, os sistemas viário e aéreo se constituem nos principais meios para o escoamento da produção agrícola do perímetro irrigado.

Segundo dados da empresa HYDROS Engenharia e Planejamento Ltda. (1986), a concepção do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (ex-Projeto Massangano) teve sua origem nos estudos realizados, em 1966, pela UNDP/FAO e pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Mas o plano original foi modificado pela CODEVASF em razão da construção da barragem de Sobradinho-BA, que permitiria um ganho significativo de cota e um sistema único de adução. Segundo a pesquisa da empresa o Projeto inicial previa atender a uma área de cerca de 15.000 hectares de superfície agrícola útil, na qual seria adotado o sistema de irrigação por sulcos de infiltração. No detalhamento do projeto foi constatada a impossibilidade de se alcançarem níveis satisfatórios de eficiência, surgindo então a mudança para o sistema de irrigação por aspersão, o que possibilitaria elevar-se a eficiência e o tempo diário de irrigação, permitindo, por conseguinte, ampliar a área irrigável em cerca de 40% da original.

Bloch (1996) frisa que a grande atividade econômica dessa região até meados do século XX era a criação de gado em grandes latifúndios; os animais, em sua maioria, destinados ao abastecimento de carne de Olinda-PE e Salvador-BA, eram levados por terra a essas cidades. Outros animais eram utilizados nos engenhos de açúcar como animais de tração. Mas além da pecuária já se desenvolviam a agricultura de subsistência praticada na área de sequeiro<sup>3</sup> e a

---

<sup>3</sup> Agricultura praticada em área não irrigada, onde o cultivo é realizado com o aproveitamento da água das chuvas.

agricultura de várzea, onde se aproveitavam as margens férteis do rio São Francisco. Esta última atividade praticamente desapareceu com a construção da barragem de Sobradinho e com o advento da agricultura irrigada.

Para Silva (2001), a atividade agrícola do Vale do São Francisco sempre se desenvolveu mediocrementemente à sombra da pecuária, a principal atividade econômica dessa região. Praticava-se a agricultura utilizando-se os locais mais úmidos e mais favoráveis, como as lagoas secas. Praticava-se também a agricultura de vazantes no leito do rio São Francisco e de seus afluentes. À medida que as águas iam baixando e deixando descobertas as áreas próprias para o cultivo, plantava-se, milho, feijão, melão e melancia destinados ao abastecimento da população das fazendas de gado. Cultivava-se ainda a mandioca e a cana-de-açúcar, que permitia o funcionamento de pequenas agroindústrias artesanais, com a construção de casas-de-farinha e engenhos.

O cultivo de frutíferas era uma atividade de “fundo de quintal” e de pequenas áreas dispersas às margens do rio São Francisco e seus afluentes, a exemplo de rio Salitre. Cultivava-se frutas tradicionais como banana, laranja, limão e manga que se destinavam ao auto-consumo das famílias e apenas um pequeno excedente era destinado ao abastecimento de áreas urbanas próximas.

## **1.2. Os primeiros projetos de irrigação**

Conforme o trabalho de SILVA (2001), nos anos 1963 e 1964 foram instaladas duas estações experimentais nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, onde seriam instalados respectivamente o Projeto-Piloto de Irrigação de Bebedouro e o Perímetro Irrigado de Mandacaru.

O mesmo autor revela que em 1966, a SUDENE, através de um convênio com a FAO (Food Agricultural Organization), realizou o levantamento pedológico das áreas irrigáveis no Submédio São Francisco e elaborou um Plano Diretor da Irrigação dessa região. A elaboração desse Plano viabilizou a implantação de todos os projetos públicos implantados nessa região até hoje:

Bebedouro, Nilo Coelho e Pontal no lado pernambucano, e Mandacaru, Tourão, Maniçoba, Curaçá e Salitre no lado baiano.

Em 1968, ainda segundo Silva (2001), foi inaugurado o Projeto-Piloto de Irrigação de Bebedouro, com 130 hectares, dividido em 16 lotes de colonos. Ali se instalaria um verdadeiro laboratório de “pesquisa-ação” com o objetivo de sanar, na prática, todas as dúvidas técnicas e operacionais que inquietavam tanto os técnicos da SUDENE que estavam à frente do projeto quanto os colonos que se propuseram a assumir os lotes como “cobaias” de uma experiência nova que apresentava alto risco. Dessa experiência orientada inicialmente pela SUDENE e posteriormente pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) começaram a ser difundidas importantes culturas, entre elas o tomate, a melancia e também a uva, que ali era cultivada por empresas privadas, simultaneamente.

Para Silva (2001), o grande investimento realizado pelo Governo Federal na região do Submédio São Francisco foi direcionado aos projetos de irrigação pública, dada a potencialidade e elevado efeito multiplicador dessa atividade.

Para este pesquisador, os marcos iniciais e fundamentais para essa evolução foram os estudos de viabilidade técnica e econômica da atividade de irrigação na região, realizados desde o início da década de 60, e a implantação dos dois Projetos-Piloto de Irrigação Bebedouro e Mandacaru, que mesmo de pequeno porte, serviram para impulsionar um projeto de maior magnitude.

Assim, comprovada a viabilidade da construção de um “pólo” de irrigação e desenvolvimento na área do semi-árido nordestino, o setor público passou a investir maciçamente no projeto, sendo logo seguido pelos investimentos do setor privado. Os dados publicados no trabalho de Silva (2001) mostram que investimentos em obras de irrigação no pólo Petrolina/Juazeiro realizados, em valores na base de preço de dezembro de 1988, foram da ordem de 674 milhões de reais da iniciativa pública e de 604 milhões de reais da iniciativa privada.

Mas a agricultura irrigada no Submédio São Francisco ganhou mais relevância e visibilidade com a construção, em 1979, da barragem de Sobradinho, o maior lago artificial da América Latina, com 4.200 km<sup>2</sup>.

Construída, não com o objetivo de colaborar no desenvolvimento da agricultura irrigada no Vale do São Francisco, pois a barragem visava, principalmente, à produção de energia elétrica para atender à grande demanda dos pólos petroquímicos e cloro-químicos do litoral baiano, o fato é que a construção de Sobradinho acabou contribuindo decisivamente, mesmo que de forma não planejada, para a decolagem da atividade agrícola (BLOCH, 1996).

Para Bloch (1996) e Silva (2001), os benefícios trazidos pela barragem de Sobradinho vão muito além do fornecimento de energia elétrica para a região são franciscana, uma vez que resolveu também o problema da oscilação do volume de água no rio, o que provocava inundações das áreas ribeirinhas quando ocorriam as enchentes nas estações das chuvas durante o verão. De acordo com o estudo da HIDROS Engenharia e Planejamento Ltda. (1986), a construção da barragem foi responsável pela alteração do projeto inicial de implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, já que propiciaria ganhos técnicos, econômicos e operacionais de grande significado, ao possibilitar a utilização de um sistema único de adução.

Mas a construção da hidrelétrica não trouxe só benefícios para a região, mas também, a degradação ambiental provocada pelas águas que represaram e deixaram cidades inteiras submersas, a exemplo de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, denuncia Bloch (1986) que a construção das duas hidrelétricas, de Sobradinho, em 1979, e de Itaparica, em 1987, juntas, desapropriaram mais de 110 mil pessoas, que foram desalojadas e mal indenizadas. Muitas delas foram reassentadas em agrovilas, geralmente com infra-estrutura inadequada.

Esses deslocamentos compulsórios tiveram conseqüências sociais e culturais drásticas, tais como a desestruturação familiar, a perda da terra e do status de proprietário, assim como a perda da própria identidade, conforme frisa Aquino (2004). Entretanto, a mesma pesquisa mostrou que, por outro lado, a regularização da vazão das águas do rio pela barragem de Sobradinho, possibilitou aos agricultores ribeirinhos o desenvolvimento da agricultura irrigada artesanal que garantiu o sustento de muitas outras famílias. Para a prática

da agricultura artesanal esses agricultores lançaram mão de pequenos motores a diesel para mover bombas para a irrigação de alguns hectares.

Para a sedimentação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, vários órgãos governamentais estiverem envolvidos, desde os estudos preliminares até a operacionalização das suas atividades. A CODEVASF, criada em 1974, em substituição à Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), como Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, passando depois a ser denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba foi, como já frisado no início deste capítulo, o órgão responsável pela elaboração e implantação do Projeto.

Concluída a obra, a CODEVASF, através de contrato de delegação de competência, passou a operação e manutenção do projeto para o Distrito de Irrigação do Perímetro Senador Nilo Coelho. Criado pela própria CODEVASF, o Distrito é uma associação civil sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio e administração próprios, constituída com prazo de duração indeterminado, com sede fora do município de Petrolina – PE, regida pelo Código Civil Brasileiro, por estatuto e pelas normas legais vigentes e congrega os usuários na área de abrangência do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho.

Com um investimento do Governo Federal da ordem de US\$ 200 milhões, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho tinha como objetivo promover o desenvolvimento da região do Submédio São Francisco, considerada uma das mais áridas e pobres do nordeste brasileiro.

Com os investimentos do Governo Federal, do Governo do Estado e com a participação da Prefeitura da cidade de Petrolina-PE e do setor privado, a região se transformou em um grande centro de produção agrícola, chegando a ser definida pela grande imprensa como a “Califórnia Brasileira”, conforme frisa Bloch (1996).

### **1.3. O papel da CODEVASF e os recursos financeiros**

Conforme relatam Bloch (1996) e Silva (2001), a CODEVASF, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede em Brasília-DF, possui seis superintendências regionais, sendo que duas delas ficam no Submédio São Francisco, 3.<sup>a</sup> DR em Petrolina-PE e a 6.<sup>a</sup> DR em Juazeiro-BA.

Apesar de ter sido criada com a responsabilidade pelo planejamento e “desenvolvimento rural integrado” dos 640.000 km<sup>2</sup> do São Francisco (BLOCH, 1996, p. 28), a meta prioritária da CODEVASF é o fortalecimento da irrigação pública e o incentivo à irrigação privada, coordenando ou executando diretamente as obras de infra-estrutura. Nessa linha de atuação firmou convênios com o Banco Mundial (BIRD), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Governo do Japão para financiar vários projetos de irrigação, dentre os quais a extensão do Perímetro Nilo Coelho e o futuro Projeto Pontal.

Com o aporte de recursos do Tesouro Nacional e de empréstimos externos, a CODEVASF passou a ter e a desempenhar um papel decisivo para o alavancamento da irrigação no Vale do São Francisco, especialmente no Submédio São Francisco, pois dos dezenove projetos de irrigação em operação, seis estão nessa região, além de mais três grandes projetos em fase de estudos (BLOCH, 1996, p. 29).

Mas a linha de atuação não se limitava às obras hidráulicas e implantação dos projetos públicos de irrigação e incentivo aos projetos privados. Sob a concepção do planejamento integrado, coube à mesma desenvolver uma série de atividades multissetoriais, em parceria com a iniciativa privada. Isso justificava a instalação de grandes empresas agroindustriais, pois além de trazerem à região novas tecnologias indispensáveis à modernização da agricultura, elas dispunham também de mecanismos de comercialização que exerceriam efeitos-demonstração sobre as médias e pequenas empresas.

Nessa concepção, os programas de irrigação da CODEVASF, desde o começo, já consideravam as oportunidades na área da agroindústria (SILVA,

2001, p. 83). Assim, as atividades de transformação eram priorizadas com linhas de financiamentos especiais e incentivos que beneficiavam as empresas agroindustriais e também as empresas agrícolas que tinham sua produção voltada para o fornecimento de matéria prima para a agroindústria.

A partir de 1974, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com recursos oriundos de instituições como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), e Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), instituíram o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, que tinha como objetivo atrair capital do centro-sul do país para a região do Submédio São Francisco.

Vários projetos foram viabilizados e aprovados, possibilitando a implantação de empreendimentos de natureza e finalidade diversas, entre eles as agroindústrias de concentrado de tomate, sucos e doces de frutas e açúcar (SILVA, 2001, p. 84).

Assim, instalaram-se na região do Submédio São Francisco a Agroindústria do Vale do São Francisco (AGROVALE), empresa voltada para a produção de cana-de-açúcar, processamento e produção de álcool e açúcar e a CICANORTE (em Juazeiro), empresa dedicada ao cultivo, processamento e produção de polpa de tomate. Esta última se constituindo a pioneira do segmento na região. Essas pioneiras foram seguidas por várias outras empresas, instaladas então no Distrito Industrial de Petrolina, como a ETTI Nordeste Industrial S.A., Frutos do Vale S.A., Costa Pinto Industrial de Alimentos do Nordeste S.A., Conservas Colombo S.A. e a Nichirei do Brasil Agrícola Ltda., esta última especializada no processamento de acerola. Contudo, a crise resultante da retirada das políticas de apoio e o fomento diferenciado a determinadas culturas agrícolas, teve como consequência o fechamento de todas as indústrias de processamento de tomate da região.

#### **1.4. População atingida e população beneficiada pelo Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho**

A implantação de um projeto de irrigação é, normalmente, precedida de um processo de desapropriação e com o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho não foi diferente. A CODEVASF procedeu inicialmente ao processo de desapropriação dos antigos ocupantes das terras - que em teoria, teriam, além da indenização pecuniária, a prioridade para adquirir os lotes irrigados - para em seguida iniciar as obras de infra-estrutura: canais de irrigação, casas, escolas, etc. e, finalmente, a seleção dos demais colonos e das empresas (BLOCH, 1996).

Ainda de acordo com Bloch (1996), o processo de seleção das empresas foi feito por concorrência pública, onde os concorrentes apresentaram um projeto técnico de irrigação e uma proposta financeira. Foram selecionados os melhores projetos técnicos e, somente depois, foram comparadas as melhores propostas financeiras. As empresas vencedoras se tornaram então proprietárias de uma área dentro do Perímetro “Público”.

Quanto aos colonos selecionados, esses só receberiam o título de posse após um prazo de dois anos. Durante esse prazo os colonos seriam “observados” e avaliados quanto a sua capacidade e idoneidade, e se conseguiriam, realmente, produzir e saldar os compromissos. Quando não lograssem êxito, veriam seus lotes colocados à venda, num processo chamado de “seleção natural”.

Esse prazo de experiência anteriormente era de 10 anos, período em que a CODEVASF se responsabilizava pelo planejamento e comercialização da produção. Porém, a partir 1986, ela pôs em prática uma nova política de emancipação dos colonos.

O agravamento da crise fiscal brasileira, que teve como consequência falta de recursos públicos, inviabilizou a continuação da política intervencionista da CODEVASF, que criou cooperativas e associações de irrigantes para assumirem aquela responsabilidade que antes era assumida por ela própria (BLOCH, 1996, p. 30).

Foi constatado por Bloch (1996) que essa nova política agravou a situação dos colonos que passaram por uma fase de privatizações – a venda para a iniciativa privada dos lotes com que haviam sido contemplados - dos seus lotes em ritmo acelerado. Isso porque, ainda que se considere projeto público de irrigação aquele em que a infra-estrutura, o planejamento e a implantação sejam efetuados por órgãos públicos, muitas das grandes empresas privadas estavam situadas tanto fora como dentro do perímetro da CODEVASF, e essas foram beneficiadas com importantes incentivos públicos oriundos do Finor-Irrigação (SUDENE) e do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE/BNB), em detrimento dos colonos que tiveram vários benefícios suspensos. Além disso, os colonos ainda tiveram reduzido o tempo para a sua “emancipação”, uma vez que não conseguiam rendimento suficiente para o auto-sustento e ainda pagar o seu lote, que custava entre US\$ 12 mil e US\$ 17 mil, com juros de 6% ao ano mais a taxa de juros a longo prazo. Esse endividamento resultou, para muitas famílias, a retomada do lote e sua posterior revenda.

Segundo Bloch (1996), apesar de os projetos de irrigação serem justificados pela utilidade pública e pelo interesse social para a população de abrangência, em que pese a orientação para que fosse priorizada a distribuição dos lotes irrigados para os desapropriados, principalmente para os pequenos agricultores, no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho não houve uma política de seleção capaz de atender a todos os “atingidos”. E, para aqueles selecionados, problemas como dificuldade de comercialização dos produtos, inadimplência junto às instituições financeiras e também junto ao órgão gestor do projeto – Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho – uma vez que deveriam pagar, em média, US\$ 2 mil anuais – para ao fim de determinado tempo se tornarem definitivos proprietários dos lotes – levaram-nos ao fracasso e a desistência de seu pedaço de terra.

O mesmo autor ainda frisa que só em 1993, 400 lotes foram repassados para outros donos. Contudo, mais perversa ainda era a situação dos posseiros, moradores, agregados, comodatários e parceiros que viviam na área desapropriada. Esses, além de não fazerem jus a nenhuma indenização, ficaram

em segundo plano no processo de seleção, o que significa dizer que não foram beneficiados.

Em resumo, para muitos dos desapropriados que não foram contemplados com um lote irrigado, e para aqueles que mesmo sendo contemplados, não conseguiram manter o seu lote, só restou a alternativa de se tornarem empregados nas terras que antes haviam sido suas.

### **1.5. A criação do núcleo habitacional e a opção pela fruticultura**

Foram criados, dentro do Projeto Senador Nilo Coelho, os núcleos residenciais posicionados de maneira que os lotes associados não ficassem a mais de 4.000 metros de distância, com objetivo de facilitar o deslocamento diário dos colonos.

Dentro deste princípio foram criados sete núcleos habitacionais com os respectivos núcleos agrícolas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Número de habitações do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Núcleo habitacional	Núcleo agrícola	Número de habitações
NH – 1	NA – 1	85
NH – 2	NA – 2 e NA – 3	162
NH – 3	NA – 4 e NA – 5	77
NH – 4	NA – 6	97
NH – 5	NA – 7 e NA – 8	136
NH – 6	NA – 9, NA – 10 e NA – 12	163
NH – 7	NA – 11 e NA – 13	132
Total		836

Fonte: Estudo realizado pela HYDROS Engenharia e Planejamento Ltda. (dez./1986).

Segundo informações da CODEVASF, hoje o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho abriga uma população estimada entre 35 mil e 45 mil habitantes.

De acordo com Bloch (1996) e Silva (2001), a fruticultura surgiu com grande destaque no Projeto de Irrigação a partir do final dos anos 80. O projeto havia sido idealizado e implantado com o foco voltado para a produção de uma agricultura irrigada diversificada. Esse modelo prevaleceu até o final dos anos 80 e início da década de 90, quando algumas culturas tornaram-se muito pouco lucrativas ou pouco atrativas.

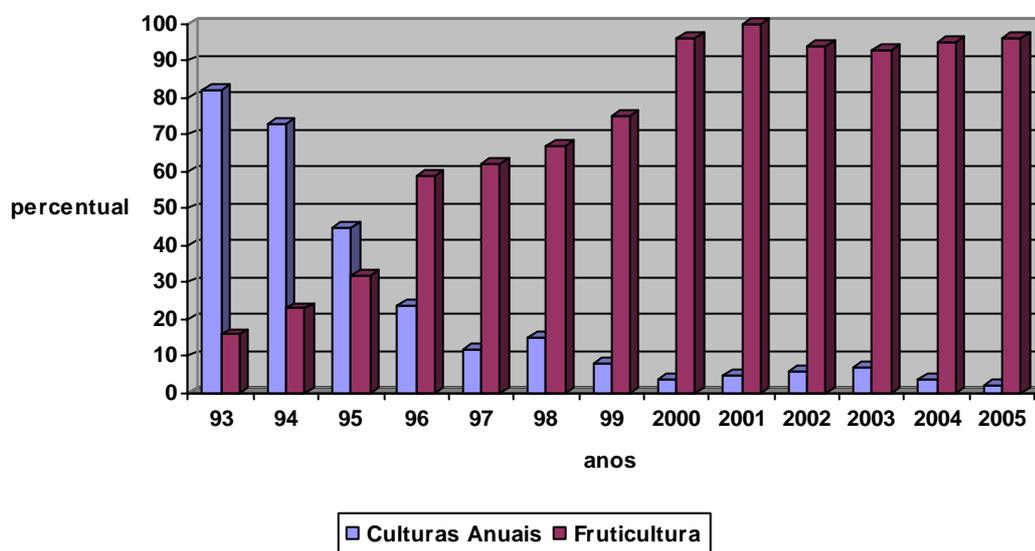
No início das atividades do projeto, as principais culturas ali desenvolvidas eram aquelas de ciclo curto como melão, melancia, cebola, feijão e tomate. Porém, com o fim de algumas políticas de financiamento, apoio e fomento diferenciados e diante do alto custo da irrigação, aos irrigantes foi imposta a lógica de maximização dos lucros por hectare irrigado. E aí as culturas tradicionais, mesmo aquelas de maior valor comercial, não respondiam positivamente em termos econômicos. Ou seja, o resultado da produção não pagava a dívida e nem o custo para produzir. Com isso, viram-se reduzidas as chances de sucesso para a pequena produção, segmento onde estavam inseridos os colonos, pequenos produtores.

Enquanto a agricultura irrigada tradicional entrava em crise, a fruticultura avançava e se expandia rapidamente na região. De acordo com Silva (2001), nesse ínterim registrou-se um processo de transição, diferenciação e exclusão de agricultores, ocasionado pelas sucessivas transferências da posse da terra, a que o autor chamou de “seleção natural”. Essa seleção mudou completamente o perfil dos produtores da região, exigindo mais capacidades técnicas e poder de investimento na atividade frutícola.

Despontando como saída para a crise, a fruticultura foi o alvo de aposta das grandes empresas, que investiram fortemente nas culturas de manga e uva, além da banana, goiaba, coco, acerola e pinha. Contudo, a maioria dos produtores, especialmente os pequenos, não conseguiu inserir-se nessa nova realidade. Segundo Silva (2001), uns porque já estavam arruinados e outros

porque não tinham como arcar com os investimentos iniciais exigidos pela fruticultura.

A expansão da fruticultura se deu com tanta rapidez, conforme mostra a Figura 2, que, segundo Bloch (1996), entre 1987 e 1992 a produção de frutas passou de 8 mil para 55 mil toneladas, e as exportações saltaram de 600, para 28 mil toneladas. Contudo, os principais produtos responsáveis por esses resultados foram somente a uva e a manga, que em 1994 já representavam, juntas, uma área de mais de 7 mil hectares em produção.



Fonte: Cedido pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 2 – Evolução percentual da área plantada por tipo de exploração.

Enquanto isso, a crise abateu de vez sobre aquele setor agroindustrial que havia se estruturado durante as décadas de 70 de 80 em torno da agricultura irrigada, principalmente indústrias destinadas ao processamento de tomate. Segundo Silva (2001), aconteceu um verdadeiro desmantelamento desse setor industrial, causando grandes problemas para a economia local, uma vez que houve a quebra de toda uma cadeia produtiva.

Detentor de mais de 60% das áreas destinadas aos colonos de todos os perímetros públicos localizados no pólo Petrolina/Juazeiro, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho é um retrato do processo de reestruturação produtiva alicerçado na fruticultura. Segundo Silva (2001), no período 1992 a 1997, as culturas de feijão, melancia e tomate sofreram uma redução da ordem de 2.369,3%, 592,6% e 132,7% em suas áreas de cultivo respectivamente, ao mesmo tempo em que as frutíferas como manga, uva, goiaba e banana, no mesmo período apresentaram um acréscimo de 273,3%, 159,4%, 1.267% e 144,3%, respectivamente.

Portanto, a expansão da fruticultura irrigada deu-se em detrimento das culturas de ciclo curto anteriormente dominante no sistema de produção irrigada desse projeto. De acordo com o pesquisador da Embrapa, João Albuquerque (SILVA, 2001, p. 94), até a década de 80 só havia duas empresas que trabalhavam com a fruticultura no Vale do São Francisco, as fazendas Milano e Ouro Verde, que produziam uva já no início da década de 70.

Os proprietários dessas empresas que se instalaram na região são respectivamente, Franco Pérsico, paulista descendente de italianos e Mauro Yamamoto, descendente de japoneses. Na fazenda Milano, situada no município de Santa Maria da Boa Vista-PE, foi instalado o projeto pioneiro de produção de vinho, que deu origem a mais nova região vitivinícola do País. Já o Sr. Yamamoto, grande produtor de batata no Paraná, chegou à região no início da década de 70, quando implantou a fazenda Ouro Verde situado no atual município de Lagoa Grande-PE, logo se destacando como o maior produtor de uva em escala comercial da região. Só a partir de meados dos anos 80, atraída pelos incentivos governamentais, através da SUDENE, instalou-se no Perímetro do Projeto Irrigação Senador Nilo Coelho a empresa Fruit Fort, o primeiro grande empreendimento que tinha como objetivo a produção e exportação de melão.

De acordo com Silva (2001), o foco dos grandes projetos de irrigação era voltado para a produção de melão; contudo, problemas com a exportação acarretaram forte crise envolvendo essa cultura na região. Apesar de não saber

precisar, o autor acredita que os problemas estavam relacionados à dificuldade de produção no período da principal janela de exportação para a Europa (setembro/abril) devido às chuvas na região, além da superioridade dos principais concorrentes do pólo Açu/Mossoró, no Rio Grande do Norte que àquela época já tinha uma logística consolidada para a exportação dessa fruta.

Diante de tais dificuldades, logo as empresas começaram a abandonar essa cultura e a produzir em pequena escala outras culturas frutícolas permanentes como manga, limão e banana, como se estivessem tentando identificar aquelas que apresentassem um mercado mais promissor (SILVA, 2001). Com a Fruit Fort, considerada a maior empresa da região, não foi diferente. Em 1994, de acordo com Bloch (1996), ela já possuía mais de 300 hectares de manga produzindo. Apostando no negócio, investiu pesado na construção de “packing-house”, onde se processa o tratamento hidrotérmico da fruta – banho de água a uma temperatura de 50 °C durante uma hora – a fim de atender aos cobiçados mercados norte-americano e japonês. Além de processar e exportar toda a sua produção de manga, a Fruit Fort ainda compra a produção de produtores de menor porte, para atender à demanda do mercado exportador.

Do grande leque de culturas frutícolas inicialmente cultivadas, a manga e a uva se destacaram e atraíram os interesses das empresas, principalmente pela possibilidade de exportação. Mas o crescimento da produção dessas culturas é devido, também, ao suporte técnico oferecido pelo Centro de Pesquisa da Embrapa (CPATSA), que disponibilizou às empresas informações sobre variedades e manejo das culturas nas condições de cultivo irrigado em clima semi-árido.

Além do apoio técnico fornecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), aos produtores de agricultura irrigada do Submédio São Francisco como um todo, os pequenos produtores, em particular, receberam até 2003 assistência técnica através do convênio firmado com o Distrito de Irrigação, cujos recursos financeiros necessários ao programa eram repassados pela CODEVASF. Após um período sem assistência, a partir de 2005 voltaram a

receber apoio técnico através da empresa privada PLANTEC, que foi vencedora da licitação promovida pela CODEVASF.

De acordo com Silva (2001), apesar da conjuntura desfavorável desencadeada pelos planos de estabilização econômica, na década de 90, esse período foi marcado por grandes investimentos no setor de fruticultura no pólo Petrolina/Juazeiro, onde está inserido o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho. Foram investimentos realizados pelo Estado e por empresas privadas. Investiram grandes empresários do mercado brasileiro e multinacional como Carrefour, Bom Preço, Magnesita, Silvio Santos, Queiroz Galvão, entre outros, atraídos pelas possibilidades promissoras de lucros, oriundas, principalmente das exportações.

Mas, o avanço da fruticultura no pólo Petrolina/Juazeiro na última década não trouxe para a região só riquezas, pois produziu uma grande concentração de posse das terras nos projetos públicos de irrigação e, em 1999, os dados da CODEVASF já mostravam que em uma área correspondente a 40 mil hectares estavam instalados 2.163 colonos e 219 empresas. Porém, daquele total as empresas já detinham 61,7% da área, evidenciando que, além do desenvolvimento, os investimentos realizados na região produziram também assimetrias econômicas e sociais.

De acordo com os dados da CODEVASF, ainda nesse período, no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho apenas 30% dos beneficiários originais permanecem nos seus lotes.

A necessidade de altos investimentos para a produção e a ausência de uma política de créditos adaptada às condições dos pequenos produtores contribuíram para exclusão de muitos deles do cultivo da fruticultura irrigada. Mesmo entre aqueles que conseguiram engajar-se no ramo, valendo-se do crédito bancário, muitos amargam, atualmente, dívidas impagáveis (SILVA, 2001).

Os processos de elitização e de concentração de produtores da fruticultura irrigada e a conseqüente exclusão dos pequenos produtores são criticados por Tania Bacelar, economista da SUDENE e por Henrique Barros, economista da Fundação Joaquim Nabuco, citados por Bloch (1996), pois,

segundo eles, as políticas públicas do setor têm dado prioridade à organização da irrigação na forma de grandes empreendimentos, em detrimento das pequenas e médias unidades produtivas e dos produtores associados.

Além dos incentivos governamentais, os grandes empreendedores que investem no cultivo da fruticultura irrigada, em especial das culturas de uva e manga, vêem-se também atraídos pelas peculiaridades que a região do Submédio São Francisco lhes oferece.

As condições climáticas da região permitem, por exemplo, que se obtenham duas safras e meia de uva por ano, devido ao ciclo de 150 dias, alcançando-se uma produtividade anual de cerca de 30 toneladas por hectare. Mas para isso são necessários elevados recursos financeiros – fator de exclusão dos pequenos – para cobrir os custos inerentes a cada ciclo. As principais etapas desse ciclo são respectivamente: a poda, onde se retira o excesso de folhagens da planta, de forma que a mesma posteriormente venha a ter vigor produtivo; a desbrota, que é a retirada das gemas não produtivas, para eliminar a concorrência por nutrientes; o amarrio verde que, conforme o próprio nome, tem a função de amarrar os galhos sobressalentes; o raleio, onde inicialmente são retiradas algumas bagas para deixar as outras crescerem e, num segundo momento as bagas são retiradas para dar uma forma simétrica ao cacho e, por último, a colheita. Durante o ciclo todo, aduba-se e faz-se um controle fitossanitário rigoroso com fungicidas, acaricidas, bactericidas e inseticidas.

Bloch (1996) afirma que a implantação completa de um hectare de uva requer um investimento, em média, de US\$ 15.000, valor esse que só começará a ser amortizado um ano e oito meses após o plantio, quando se inicia a produção. Acrescente-se a isso o custo da mão-de-obra, uma vez que a uva irrigada emprega cinco pessoas por hectare.

Todavia, toda a produção de uva tem mercado garantido. De acordo com Bloch (1996), quase toda a uva produzida no Submédio São Francisco é vendida *in natura* no mercado interno e externo, mas uma pequena parte é transformada no próprio Vale. Num ano típico, cerca de 20% da uva ali produzida é exportada para a Europa, Estados Unidos e a América Latina – principalmente para a

Argentina. Assim, o Vale ainda é um pequeno exportador, sobretudo se comparado com dois “gigantes” que são o Chile e a África do Sul, mas é um dos locais mais favoráveis do país para a produção de uva destinada ao mercado externo. Os estados do Sul do Brasil, mais úmidos e mais frios, só permitem uma colheita por ano, coincidindo com a safra chilena; por isso sua produção (a maior do País) se destina ao mercado interno e à produção de vinho.

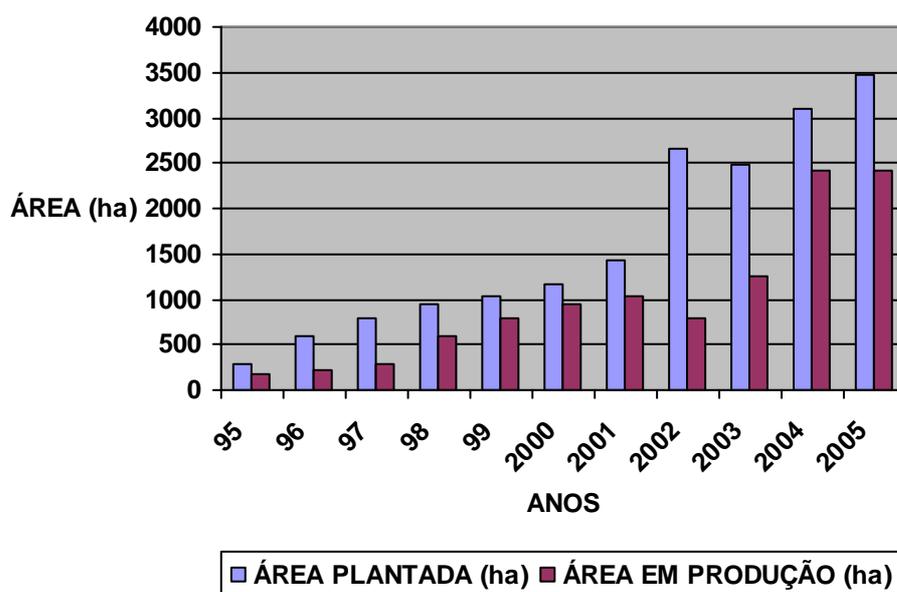
O mesmo autor frisa que no mercado externo, o melhor preço é conseguido nos ciclos de produção abril-maio-junho e outubro-novembro-dezembro. Na época natalina, o Vale, graças ao clima tropical e à irrigação, possui quase o monopólio da oferta; é cedo demais para países do sul, como Chile, oferecerem uva, e no hemisfério norte, que já entrou no inverno, a produção acabou.

A cultura da manga, diferente da uva, produz uma única safra por ano no Vale do São Francisco, mas ela ocorre no período de setembro-novembro, período de exportação em que o Vale detém o monopólio quase que absoluto do mercado mundial. Isso porque os principais exportadores de manga, como México, Flórida e Israel só atuam no mercado nos meses de maio a agosto, ficando os exportadores brasileiros sem concorrentes até o mês de dezembro, quando entram no mercado países como Peru, Equador, África do Sul, Quênia e Tanzânia.

Apesar de a cultura da manga só permitir a produção de uma safra por ano, ela conta com algumas vantagens, como a indução química da floração, o que possibilita a antecipação da frutificação e, por conseguinte, colher nos meses mais favoráveis à exportação. Além do mais, a manga requer pouca mão-de-obra, se comparada com a uva, uma vez que, enquanto são necessárias cinco pessoas por hectare para a uva, para a manga a necessidade é de apenas 0,3 a 0,4 pessoas (BLOCH, 1996). Ainda segundo o mesmo autor, em 1994, a área de cultura de manga implantada no Submédio São Francisco era de 6.200 hectares, enquanto que área de mangueiras em produção era de 3.600 hectares; essa diferença entre a área plantada e a área em produção traduz o quanto os produtores estavam apostando nessa fruta, que atinge uma razoável produtividade de 16 a 18

toneladas a partir dos três anos, chegando a uma produtividade média de 30 toneladas a partir do sexto ano.

De acordo com os dados da CODEVASF, dos 6.200 ha de manga implantados no Submédio São Francisco, em 1994, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em 1995, já respondia por 45,10% com 2.976 ha implantados, conforme mostra a Figura 3.



Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 3 – Evolução de área plantada e área em produção da manga.

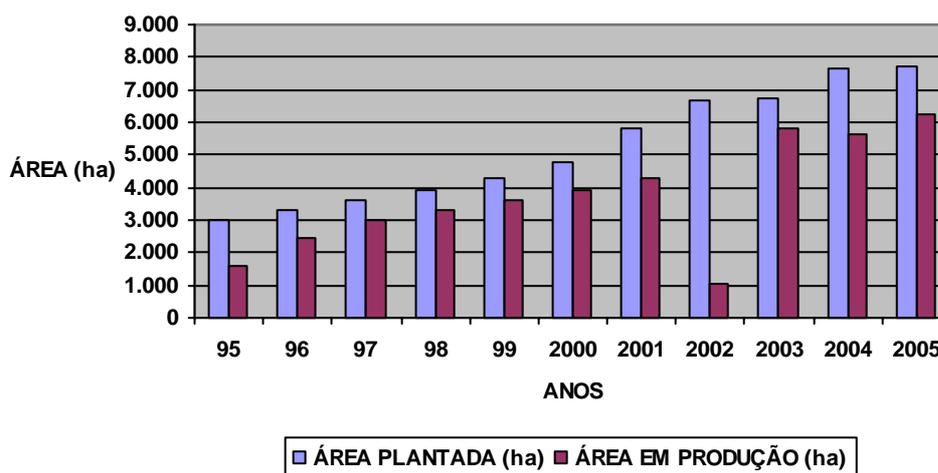
Já a uva, ainda segundo Bloch (1996), apresentava em 1994, uma área de 4.100 ha implantados no Submédio São Francisco; nessa cultura o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho apresentava em 1995, de acordo com os dados da CODEVASF, números mais modestos, da ordem de 284 ha, representando um percentual 6,9 % conforme Figura 5.

Como mostram as Figuras 4, 5, 6 e 7, houve um crescimento absoluto da área cultivada com fruticultura, em especial com a manga e a uva, que juntos representam 11.163 hectares implantados.



Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 4 – Manga tomy atkins mais produzida no Vale.



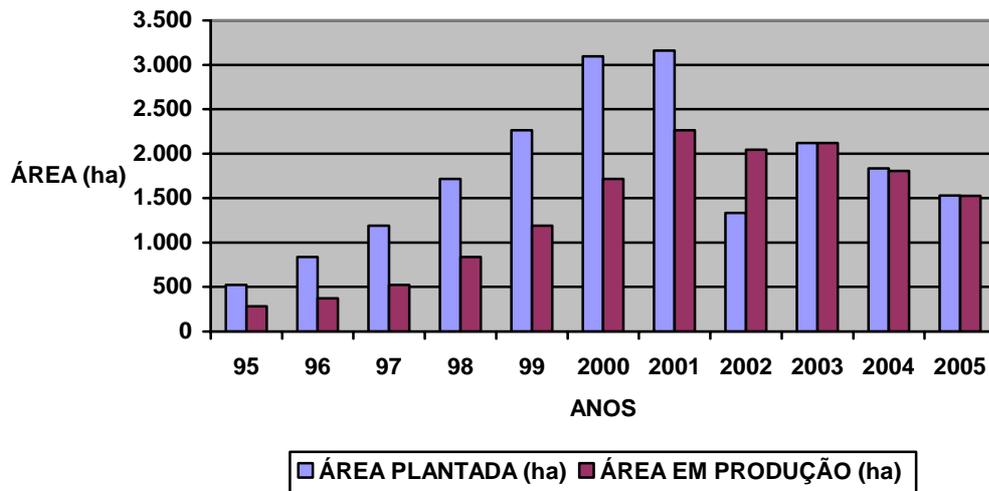
Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 5 – Evolução de área plantada e área em produção da uva.



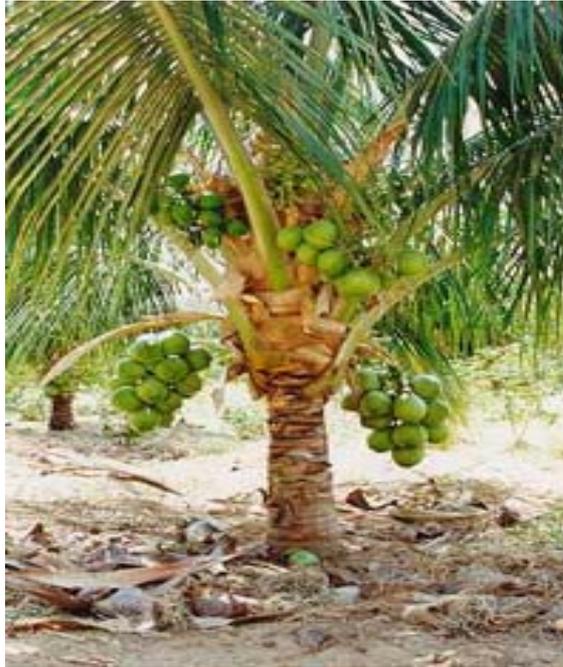
Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 6 – Uva redglobe de mesa, modelo para exportação.



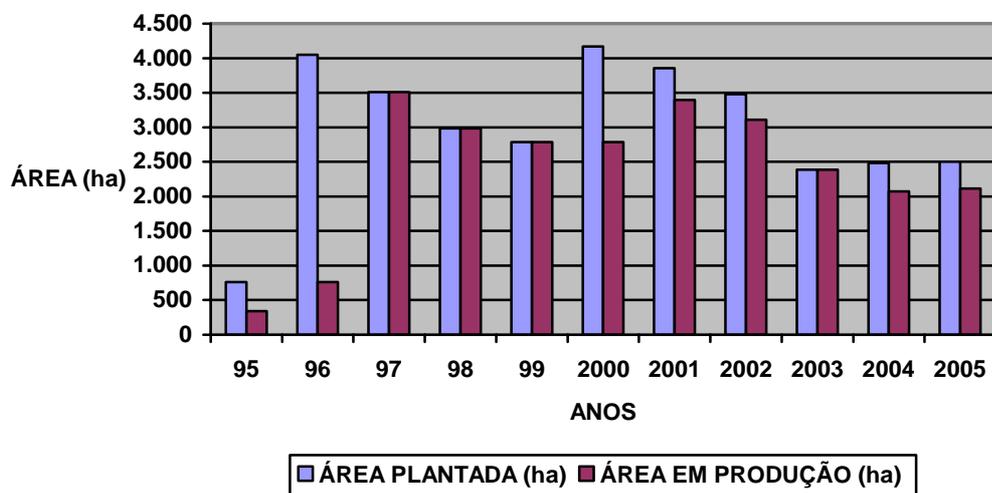
Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 7 – Evolução de área plantada e área em produção do coco.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 8 – Coqueiro anão que produz coco para consumo da água.



Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 9 – Evolução de área plantada e área em produção da banana.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 10 – Banana pacovan, variedade mais plantada na região.

Como as variedades mais comuns, como a manga Espada, não são aceitas no mercado internacional, as variedades produzidas no Submédio São Francisco são Tommy Atkius, Haden e Yan Dyck, oriundas da Flórida, uma vez que estas têm penetração internacional (BLOCH, 1996, p. 103).

As principais variedades de uva cultivadas no Submédio São Francisco são uvas do tipo verde, como Itália e Moscato; e uvas vermelhas ou rosadas como Rubi, Piratininga e Red Globo. Mas já começa a ser introduzida, em menor escala, a variedade Seedless (sem sementes), destinada a conquistar o mercado norte-americano.

Tabela 2 – Evolução da área plantada e área em produção da cultura da manga no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Ano de plantio	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área plantada (ha)	2.976	3.296	3.632	3.937	4.289	4.761	5.845	6.660	6.714	7.628	7.698
Área em produção (ha)	1.593	2.479	2.976	3.296	3.632	3.937	4.289	1.039	5.845	5.619	6.270
Produção (t)	31860	49580	59520	65920	72640	78740	85780	7,698	102852,5	112386,8	112299,7

Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Tabela 3 – Evolução da área plantada e área em produção da cultura da uva no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Ano de plantio	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área plantada (ha)	284	596	799	947	1.032	1.165	1.431	2.666	2.487	3.089	3.465
Área em produção (ha)	175	227	284	596	799	947	1.032	799	1.248	2.427	2.412
Produção (t)	7000	9080	11360	23840	31960	37880	39317,6	3,465	45984,7	72798,3	72772,8

Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Tabela 4 – Evolução da área plantada e área em produção da cultura da banana no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Ano de plantio	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área plantada (ha)	759	4.047	3.510	2.986	2.785	4.168	3.856	3.476	2.385	2.483	2.501
Área em produção (ha)	340	759	3.510	2.986	2.785	2.785	3.393	3.109	2.385	2.074	2.114
Produção (t)	8495	18970,2	87750	74650	69625	69625	101804,4	104286,9	59625	51860,7	52.854

Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

34

Tabela 5 – Evolução da área plantada e área em produção da cultura do coco no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Ano de plantio	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área plantada (ha)	523	837	1.191	1.716	2.264	3.095	3.159	1.331	2.121	1.833	1.531
Área em produção (ha)	282	373	523	837	1.191	1.716	2.264	2.046	2.121	1.807	1526
Produção (x 1.000)	14640	18400	22200	25110,9	53311,6	72682,3	89937,5	1,531	84840	72280	60475,6

Fonte: Cedida pelo Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

De acordo com Bloch (1996), nos anos de 1993 e 1994, o Submédio São Francisco já exportava, em média, 20% da produção de uva e 50 % da produção de manga.

A maior parte das frutas era exportada através do porto de SUAPE (PE), e uma menor parte pelos portos de Salvador (BA) e Cabedelo (PB), tendo como principal destino o mercado europeu, entrando através dos portos de Roterdã (Holanda), Tilbury (Reino Unido), Hamburg (Alemanha), Lisboa (Portugal) e de Havre (França).

Enquanto cerca de 20 empresas exportavam para a Europa, a Fruit Fort e a Nova Fronteira iniciavam suas exportações também para os Estados Unidos.

Com o avanço das exportações e, diante dos problemas com o mercado de frutas, a CODEVASF, passou a promover a idéia de se criar uma associação que teria a incumbência de desenvolver ações nas áreas técnico-agronômicas e de logística, como também representar seus associados junto aos poderes públicos.

Para Daniani, citado por Silva (2001, p. 132), a CODEVASF teve um papel crucial na criação dessa associação que viria a ser a Valexport, já que ela não apenas promoveu as discussões sobre as vantagens de criação daquele instrumento, mas também, forneceu o suporte financeiro necessário para o funcionamento da recém-criada organização durante seus primeiros estágios de existência.

Conforme esclarece Bloch (1996), as atividades dessa associação incluem a promoção da fruticultura através de seminários e feiras, contratos com bancos, a criação de convênios de pesquisas com universidades e com a Embrapa, além de buscar financiamentos junto ao BNDES, a Sudene (Finor) e aos bancos privados. Atualmente ela invoca a condição de representante de 1500 fruticultores da região junto aos poderes públicos.

Além da Valexport, outras organizações estão se estruturando na região, a exemplo da Cooperativa de Produtores de Manga e Derivados do Estado da Bahia (Comamba), ainda em fase de estruturação e liderada pelo maior exportador individual de uva do Vale do São Francisco, Suemi Koshiyama e alguns produtores de manga. Essa organização já congrega 24 associados, entre

os quais quatro cooperativas das áreas irrigadas do lado baiano do Submédio São Francisco, envolvendo cerca de 280 pequenos e médios produtores de manga, conforme mostra Silva (2001).

O surgimento de outras organizações exportadoras de frutas ocorre devido à grande demanda de frutas destinadas à exportação no Submédio São Francisco, que segundo o Distrito de Irrigação, representa cerca de 96% da uva e 82% da manga que são exportadas pelo Brasil, chegando-se a um total de 200 toneladas de uva e 350 toneladas de manga em 2005.

### **1.6. O impacto do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho na cidade de Petrolina**

A cidade de Petrolina-PE tinha em 1970, de acordo com Bloch (1996), cerca de 60 mil habitantes. Em 1996, essa população já ultrapassava 200 mil habitantes, apresentando um verdadeiro *boom* populacional. Hoje a população de Petrolina é de aproximadamente 250 mil habitantes.

É evidente que em condições normais não haveria uma expansão demográfica de tamanha grandeza. Ainda segundo a pesquisa de Bloch, tal explosão demográfica é explicada e atribuída, em especial, ao avanço da agricultura irrigada no Submédio São Francisco.

Com a implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, o maior projeto público de irrigação do Submédio São Francisco, a agricultura irrigada sofreu um grande impulso, provocando a migração de milhares de nordestinos atraídos pela oferta de trabalho em diversas áreas economia.

De acordo com uma pesquisa realizada em 1994 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Juazeiro-BA, a irrigação não se limitou a mudanças da face agrária da região, ela provocou uma verdadeira revolução regional, mudando a estrutura social, as dotações de capital e tecnologia e as relações de mercado. Mas essa revolução na agricultura produziu também desigualdades.

De acordo com a pesquisa da CPT, figura entre os beneficiados, os grupos empresariais oriundos do setor urbano-industrial e comercial, que

chegaram à região, atraídos, principalmente, pelas políticas de crédito e investimento.

Os dados da pesquisa da CPT mostram que entre 1960 e 1980, no setor industrial o número de estabelecimentos quase quintuplicou nos municípios de Juazeiro e Petrolina; no comércio, o número de estabelecimentos foi multiplicado por seis; no setor de serviços, por 10. No setor agrícola a estimativa é de que até 1990, as culturas irrigadas teriam gerado 50 mil empregos diretos adicionais.

A análise dos autores da pesquisa é de que entre aqueles que não se beneficiaram com as transformações, estão os que tiveram de sair de suas terras para dar lugar à implantação do perímetro irrigado; mesmo aqueles que foram beneficiados com um lote, mas por falta de meios para pagar os custos de modernização, perderam a sua posse e passaram a ser empregados das terras que antes foram suas.

Os dados disponíveis do censo agropecuário (realizado pelo IBGE em 1985) mostram a precariedade do emprego agrícola nessa região, onde cerca de dois terços dos empregos agrícolas são temporários.

Na área urbana, de acordo com Bloch (1996), 19,2% dos jovens entre 10 e 17 anos cumpriam jornada de trabalho de até oito horas diárias, sem direito às garantias previstas em leis; apenas 6,6% possuíam registro em carteira e 93,7% ganhavam menos de um salário mínimo.

De acordo com os dados do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho, de setembro de 2005, a agricultura irrigada é responsável pela geração de 90.622 empregos diretos e indiretos (dentro e fora do perímetro). É necessário apontar que só o projeto Senador Nilo Coelho gera em torno de 75.807 empregos diretos e indiretos.

A cidade de Petrolina pode ser imaginada com duas faces diferentes: uma antes da Irrigação e outra depois da implantação do principal Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, conforme mostra a Figura 11.



Fonte: Cedida pela CODEVASF, em 2005.

Figura 11 – Virando a página.

O grande contingente de trabalhadores da agricultura irrigada distribuídos no perímetro irrigado do Submédio São Francisco tem as mais diferentes origens. Segundo Bloch (1996), entre as mais representativas estão os chegados do interior de vários estados nordestinos – atraídos pelo “milagre” da “Califórnia Brasileira”, já referida antes neste trabalho –, aqueles que são ou já foram pequenos produtores de “roça de chuva”. Desses, uma parte trabalha sazonalmente na região e volta para as suas terras na época das chuvas, outra parte é formada por famílias de “retirantes” que abandonaram suas terras e se fixaram nas periferias das cidades de Petrolina e Juazeiro. Existem também aqueles do próprio Submédio São Francisco, oriundos da pequena agricultura e da pesca, que tiveram as suas atividades enfraquecidas, tornando-se insuficientes para o sustento de suas famílias; como também os antigos moradores das áreas que foram desapropriadas que não foram contemplados com um lote e, ainda

aqueles que foram contemplados, mas não conseguiram manter a posse, e passaram a ser empregados, como já frisamos anteriormente nesta dissertação.

Trabalhadores de todas essas origens engrossam o contingente de assalariados diaristas, safristas e permanentes dos projetos irrigados dessa região.

Ainda de acordo com Bloch (1996), mesmo com elevado número de postos de trabalho temporário gerados pela agricultura irrigada, principalmente no período de colheita, permanece um grande desequilíbrio entre a demanda de mão-de-obra e a oferta. Isso porque a demanda potencial é de 2 milhões de sertanejos da zona rural e a oferta potencial gerada pela irrigação é de 100 mil empregos agrícolas, à época da pesquisa. Essa situação favorece a precarização do trabalho e provoca o inchamento das cidades da região, mas, mesmo assim, a irrigação ainda não é capaz de conter o êxodo rural em direção às grandes metrópoles, como planejado inicialmente (BLOCH, 1996, p. 50).

Somente a uva emprega, segundo pesquisa realizada por Bloch (1996) com os empresários da região do Médio São Francisco, cerca de 20 mil trabalhadores, predominando os postos de trabalho ocupados pelas mulheres. A uva é também um dos setores mais desenvolvidos da agricultura irrigada, seja do ponto de vista da tecnologia, seja do ponto de vista dos aspectos trabalhistas. Mesmo assim é possível se verificar flagrantes inobservâncias aos direitos dos trabalhadores. Pode-se dar como exemplo, os casos em que os trabalhadores, que mesmo permanentes, são obrigados a cumprir certa cota diária chamada de “produção”, que varia conforme o tipo de trabalho, por exemplo, 350 cachos na colheita de uva, por dia. Quem não atinge a cota tem seu dia descontado ou deve ficar até mais tarde pra atingir a produção, mas quem produz além da cota nem sempre recebe acréscimo de salário.

Mas de acordo com a pesquisa realizada em 1994 pela Comissão Pastoral da Terra, a questão do desrespeito aos direitos dos trabalhadores rurais tem sido enfrentada pelos movimentos sindicais e apesar de a resistência da classe patronal ser muito forte, os trabalhadores têm conseguido alguns avanços em suas conquistas. Ainda segundo a pesquisa, graças ao maior grau de organização das entidades sindicais na cidade de Petrolina-PE, é possível verificar-se a

existência de uma grande melhoria das condições de trabalho na fruticultura irrigada nesse município.

Em pesquisa realizada no Sindicato Rural de Petrolina, constatou-se a existência de 4.121 trabalhadores sindicalizados no PISNC, desse total encontram-se no Núcleo 04, 122, sendo 82 mulheres sindicalizadas. É um número exíguo de trabalhadores sindicalizados, considerando-se a quantidade de postos de trabalho gerados no PISNC.

Não obstante a afirmação da pesquisa da CPT de que as entidades sindicais de Petrolina – à época, 1994 – atingiram um maior grau de desenvolvimento em relação à cidade de Juazeiro-BA, parece-nos ainda bastante tímida a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, talvez por faltado do exercício de sua verdadeira função.

## **CAPÍTULO 2**

### **A MULHER E O TRABALHO NA AGRICULTURA**

#### **2.1. As transformações do mundo do trabalho na agricultura nos últimos anos**

Antes de adentrar-se nos estudos sobre as transformações do mundo do trabalho especificamente da área escolhida para nossa pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico no universo da sociologia do trabalho, como um todo, onde verificou-se a existência de um paralelo quanto às transformações, aos problemas, principalmente quanto às questões de gênero, entre o segmento produtivo que é objeto desta tese e outros segmentos produtivos, a exemplo da indústria. Constatou-se – em análise das obras adiante citadas – que o mundo do trabalho tem passado por grandes transformações e que as estratégias de reestruturação exigidas pelas necessidades de maior competitividade impostas pelo mercado têm deixado à margem a modernização e a valorização da mão-de-obra feminina.

Dessa forma, para dar maior propriedade ao estudo, iniciamos este capítulo mostrando as transformações por que tem passado o mundo do trabalho na indústria, dando ênfase à questão de gênero, onde se mostra, também nesse

segmento, a carência de atenção – poucos estudos - para a importância da mão-de-obra feminina, que este problema não é uma exclusividade do segmento produtivo especificamente estudado neste trabalho.

De acordo com a literatura da sociologia do trabalho, o que antes fora um sucesso, como por exemplo, o sistema implantado por Henry Ford – que não é a especificidade deste trabalho –, que consistiu na criação de um dia de trabalho de oito horas com pagamento, à época, de cinco dólares aos trabalhadores da linha de montagem automática de carros de sua fábrica, mostrou-se, mais tarde, de acordo com Santana e Ramalho (2004), obsoleto.

As exigências de maior competitividade impostas pelo mercado impuseram à necessidade de reestruturação do quadro produtivo, com novas estratégias de racionalização e redução de custos. Entrava então em crise o modelo conhecido como fordismo.

No modelo concebido por Ford valorizava-se a fragmentação do processo de trabalho com a desqualificação do trabalho em si, onde cada homem desempenhava uma tarefa específica na linha de montagem, com o tempo rigorosamente cronometrado, e que tinha como eixo central da qualificação a disciplina. Nesse modelo, o operário assumia o papel de um robô e a aceitação do saber dos trabalhadores era pouca ou nenhuma (SANTANA; RAMALHO, 2004).

O exíguo aproveitamento do saber operário se explica pelo fato de que os sindicatos, à época, embora fossem “aceitos”, eram vistos como “cargos estranhos”, essencialmente oponentes e externos à produção.

Dessa forma, o ingresso de pessoas com maior capacidade intelectual representaria possibilidade de fortalecimento das forças antagônicas aos interesses dos empregadores. Todavia, com a evolução do mercado, que deu origem a um novo quadro produtivo, a qualificação dos trabalhadores passou a ser a exigência central para a implementação de um novo sistema produtivo exigido pela economia.

O novo paradigma produtivo tem como pressuposto de empregabilidade o aumento da qualificação do trabalhador. Para Mônica Leite, citada por Santana

e Ramalho (2004), o desemprego se daria em função do descompasso entre a população economicamente ativa e a oferta de trabalho.

Dessa forma, a oferta de trabalho estaria garantida para toda a população economicamente ativa, desde que houvesse uma adaptação às demandas ou uma reformulação no sistema educativo que preparasse os jovens para o mercado de trabalho e também na mentalidade do trabalhador, para que esse fosse motivado a procurar meios de capacitação.

Todavia, essa idéia de que a educação seria uma panacéia, que resolveria o problema do desemprego, apresenta alguma fragilidade, uma vez que os investimentos feitos na qualificação profissional não têm conseguido atenuar as tendências de desemprego (SANTANA; RAMALHO, 2004, p. 26).

As transformações por que tem passado o mundo do trabalho não têm tido os mesmos significados para ambos os sexos. Para Danielle Kergoat, citada por Santana e Ramalho (2004), uma cegueira tem acompanhado os estudos da sociologia do trabalho no que diz respeito às questões de gênero. Isso porque a questão da divisão sexual do trabalho tem sido tratada de forma muito vaga.

Santana e Ramalho (2004) também concordam, analisando que os impactos dos novos paradigmas e conceitos de produção são bastante diferenciados para homens e mulheres, quando na nova organização industrial, dá-se um tratamento diferenciado ao trabalhador homem, como se ele representasse de forma plena e cabal a força do trabalho, oferecendo ainda a possibilidade de reprofissionalização e treinamento, e até mesmo o surgimento de novas carreiras. Enquanto isso, para as mulheres estaria ocorrendo a simples formação para um posto de trabalho sem a criação de novas carreiras profissionais.

Todo esse direcionamento dado às políticas de requalificação dos trabalhadores que visam à adequação destes para atender às exigências dos novos padrões de produção conserva a idéia de divisão sexual do trabalho, podendo reforçar a exclusão das mulheres no mercado do trabalho, principalmente as menos qualificadas. Danielle Kergoat, citada por Santana e Ramalho (2004), relativiza esta perspectiva destacando que os efeitos da modernização para as

mulheres operárias seguem o caminho inverso daquele dos homens e os empregos não qualificados se feminizam cada vez mais. Nesse aspecto, o trabalho das mulheres no meio urbano assemelha-se ao desempenhado no meio rural.

De acordo com estudos realizados por Kageyama e Bergamasco (1989), a partir de dados do Censo Agropecuário de 1980, cerca de 40% da área agriculturável total do Brasil encontrava-se, na década de 80, ocupada por unidades de produção familiar, cuja produção representava, aproximadamente, 50% da produção nacional de alimentos. Todavia, nos últimos anos, esse cenário tem passado por grandes transformações, tais como a industrialização da agricultura, a pluriatividade dos moradores do mundo rural, a crescente combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas, a urbanização do campo etc. São verdadeiras mudanças do perfil produtivo e econômico do campo, segundo Siliprandi (2004).

Para os pesquisadores do Projeto Rurbano, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), citado por Siliprandi (1996, p. 123), as mudanças no meio rural foram tão grandes que hoje se pode falar de “um novo rural brasileiro”, onde cada vez mais se misturam o rural e o urbano. Essa mescla opera-se tanto no que diz respeito às atividades econômicas quanto aos valores e aos modos de vida. Assim, do ponto de vista das atividades econômicas, as cidades já não podem ser identificadas apenas pelas atividades industriais, como também o campo não pode ser identificado somente pelas atividades da agricultura e da pecuária. A industrialização da agricultura e o transbordamento do mundo urbano no espaço que era tradicionalmente definido como rural são os principais fatores de transformações do mundo do trabalho na agricultura.

De acordo com Siliprandi (2004), já não se deve mais olhar o rural e o urbano existentes no Brasil, como mundos estanques, sem comunicação, sobretudo porque já não há mais uma exclusividade, ou seja, o rural já não é exclusivamente agrícola e o urbano já não é exclusivamente industrial.

Um outro fator de transformação do mundo do trabalho na agricultura é a ação do capitalismo introduzido no campo. Essa ação tem sido alimentada pelas

políticas públicas para a agricultura, onde o Governo deu prioridade aos grandes empreendimentos, em detrimento dos pequenos produtores, conforme denunciam Tânia Bacelar e Henrique Barros, economistas da Sudene e da Fundação Joaquim Nabuco, respectivamente, citados por Bloch (1996). É certo que essa realidade foi denunciada há 10 anos, como também é certo que novas políticas foram desenvolvidas com o intuito de reverter esse quadro, entretanto, dos efeitos daquela política, alguns são irreversíveis, pois quando as políticas de incentivo à pequena produção agrícola foram implementadas, muitos já haviam perdido os seus lotes.

Tais denúncias encontram abrigo na abordagem de Suárez e Libardoni (1982) que afirmam que nos anos 80 houve uma consolidação, na agricultura brasileira, de duas tendências iniciadas nas décadas anteriores, onde a primazia da produção se dividiu em produção agroexportadora e agroindustrial. Esses desdobramentos implicaram modernização da agricultura, afetando os produtores de alimentos básicos, atingindo mais severamente os produtores organizados no modelo de produção familiar, onde predomina a mão-de-obra feminina.

Ainda segundo essas autoras, essas transformações trouxeram como consequência a perda da importância do trabalho das mulheres, enquanto produtoras de alimentos básicos, que passaram a vender a sua força de trabalho, recebendo, na maioria das vezes, baixa remuneração.

Críticas contundentes a esse direcionamento, dadas à agricultura, são feitas também por Mascarenhas (1985), que afirma que se trata de um modelo equivocado, praticado na maioria dos países em desenvolvimento, que gerou, na maioria dos países que foram colônias, uma excessiva concentração nos cultivos comerciais e uma tendência a ignorar a importância da força de trabalho das mulheres, quando do planejamento, desenvolvimento e execução das políticas para o setor agrícola. Isso teve como consequência o aumento da carência alimentar. Em países como a África, onde as mulheres são responsáveis por 60% da produção de alimentos para a família, essas políticas tiveram como consequência a redução da importância dos cultivos alimentares, gerando, por conseguinte, um dos mais graves problemas de fome que se tem notícia.

Essas políticas trouxeram conseqüências devastadoras, entre elas a concentração da posse das terras, conforme revela Bloch (1996). Para mostrar essa crescente tendência de concentração fundiária, o pesquisador usou dados da CODEVASF de 1999, que mostram que em uma área correspondente a 40 mil hectares no pólo Petrolina/Juazeiro, onde estavam instalados 2.163 colonos – pequenos produtores – e 219 empresas, estas já detinham 61,7% da área total.

O que também tem contribuído muito para as transformações do espaço rural e, por conseqüência, das relações de trabalho no campo é a implantação dos projetos públicos de irrigação. Apesar de serem, via de regra, justificados pela utilidade pública e pelo interesse social para a população de abrangência, os projetos públicos de irrigação possuem uma faceta dissimulada que se concretiza quando da desapropriação das terras, fase em que os proprietários são indenizados. Acontece que nem todos os moradores fazem jus à indenização, uma vez que muitos são posseiros, moradores, agregados, comodatários ou parceiros, como já relatamos nessa tese através da denúncia de Bloch (1996). Indenizados ou não, o fato é que todos são obrigados a deixarem as terras, tendo como destino, na maioria dos casos, a venda da sua força de trabalho por meio de uma mão-de-obra não qualificada assalariada. Isso, de certa forma, é uma violência patrocinada pelo Estado, haja vista que mediante a regulamentação de um ato jurídico, o poder público patrocina a expulsão dos trabalhadores das terras de onde tiravam o seu sustento. Resulta, dessa forma, a concentração desses trabalhadores nas pequenas cidades, conforme aponta Silva (1999) em sua obra “Errantes do Fim do Século”.

Se tomarmos como exemplo a região do Vale do São Francisco, veremos que a implantação desses projetos nessa região, não trouxe somente benefícios, mas trouxe também a desagregação daqueles que tiveram de deixar suas terras para dar lugar à implantação dos projetos. Conforme já tratado anteriormente, muitos desses pequenos produtores da agricultura de sequeiro que tiveram as suas terras expropriadas se transformaram em trabalhadores assalariados nas terras que antes foram suas, conforme denuncia Bloch (1996).

Ainda segundo esse pesquisador, o enfraquecimento das atividades da pequena agricultura, que as tornam insuficientes para o sustento das famílias, faz com que essas famílias deixem as suas terras e saiam rumo às cidades vizinhas, às áreas onde estão implantados os grandes projetos de irrigação, ou ainda rumo às grandes metrópoles em busca de melhores dias, o que nem sempre conseguem, face à falta de qualificação.

No Submédio São Francisco, por exemplo, o grande contingente de trabalhadores oriundos do interior de vários estados nordestinos, uns que abandonaram as suas terras e se fixaram nas periferias das cidades de Petrolina e Juazeiro; outros, pequenos produtores de “roça de chuva” que trabalham como assalariados sazonalmente na agricultura irrigada e voltam para as suas terras na época de chuvas formam a grande massa de mão-de-obra não qualificada assalariada na agricultura e aumentam os índices nas estatísticas do êxodo rural.

De acordo com Bloch (1996), o maior número de postos de trabalho gerados pela agricultura é temporário, principalmente no período de colheita. Mas, apesar de elevado o número de postos de trabalho, a oferta de mão-de-obra é muito inferior à demanda, o que contribui para a precarização do trabalho e o inchamento das cidades.

A modernização da agricultura, a necessidade de novas técnicas e investimentos para os pequenos produtores e unidades produtivas familiares, que na década de 80 representavam 50% da produção nacional de alimentos, diante das políticas públicas de incentivos aos grandes empreendedores agrícolas em detrimento dos pequenos produtores têm sido fator preponderante para o enfraquecimento dessas unidades produtivas que não conseguem implementar a modernização, que constitui uma implacável necessidade, como bem coloca Marx (1998, p. 213):

*A própria terra é um meio de trabalho, mas, para servir como tal na agricultura, pressupõe toda uma série de outros meios de trabalho. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados.*

## **2.2. A incorporação da mulher no mundo do trabalho fora de casa**

Para Bruschini e Rosemberg (1982), a atuação da mulher no trabalho fora de casa se dá em condições desiguais e excludentes. O preconceito de inferioridade designado ao sexo feminino, durante séculos – através da religião, das leis, da escola e da família, onde, cotidianamente, a própria mulher reproduz a superioridade masculina através da educação familiar ou informal - é apropriado, inclusive, pelo capital, que convoca a mulher para o mercado de trabalho remunerado e que a aceita como trabalhadora legítima.

Todavia, a mulher rural que trabalha fora de casa é submetida, via de regra, à longa jornada de trabalho, tendo como deveres o trabalho na casa e na agricultura, e ainda a educação e a saúde da família. A mulher rural que trabalha na agricultura irrigada é apontada como população economicamente ativa; entretanto, mesmo que desenvolva atividades iguais às desenvolvidas pelos homens, o seu salário é quase sempre inferior ao do homem (NORONHA, 1985, p. 87).

Segundo a abordagem feita por Anita Brumer (2004), até os dias atuais as mulheres rurais assalariadas recebem cerca de 60% da remuneração que recebem os homens e as tarefas destinadas a essas trabalhadoras são predominantemente atividades manuais, principalmente durante a fase de colheita dos produtos, atividades relacionadas ao processamento de produtos agrícolas, ou à embalagem. São atividades que exigem algumas habilidades que supostamente as mulheres possuem – por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização – o que a sua situação de trabalhos eventuais propícia, como por exemplo, a capacidade de executar tarefas repetitivas, tediosas e intensivas.

Na interseção do mundo público e do privado, a desvantagem feminina também permanece. O homem, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas. Por não ter conquistado a equidade de gênero na esfera privada, ou seja, a participação da força masculina nas tarefas de casa, a mulher assume uma carga de trabalho no espaço público semelhante ou mais exaustivo

do que a do trabalhador masculino, e no âmbito privado cabe-lhe a responsabilidade da labuta de casa, do preparo do alimento, do cuidado dos filhos e sua educação informal, do cuidado dos velhos da família, da saúde dos familiares e, evidentemente, da reprodução biológica e física da força de trabalho (BRUSCHINI, 1990).

A inserção da mulher no trabalho assalariado – principalmente da mulher rural – não foi capaz de propiciar a ela um tratamento igual ao dispensado ao homem, conforme preceitua a nossa Constituição Federal, haja vista que o trabalho das mulheres no campo é, em geral, sazonal, restrito a algumas etapas do ciclo produtivo, não se constituindo – na maioria dos casos – como uma opção de ocupação permanente e segura. De forma geral, as atividades econômicas continuam sob a tutela masculina (SILIPRANDI, 2004, p. 127).

Na conjuntura da reestruturação produtiva e implementação do projeto neoliberal, ou seja, no quadro que Mota, citado por Duque (2000), define como busca de estabelecimento de um novo equilíbrio instável, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como das relações sociais, a situação da mulher vem tomando visibilidade. O desemprego provocado pela chamada onda tecnológica tem levado a mulher a assumir cada vez mais a chefia da família. O homem, como tradicional provedor da família, cede lugar à mulher, que se torna provedora parcial ou total das necessidades da prole, afirmando assim sua competência no desempenho da atividade masculina, mesmo numa conjuntura adversa e desigual, já que ela permanece ganhando, em geral, menos do que o homem mesmo desempenhando atividades semelhantes.

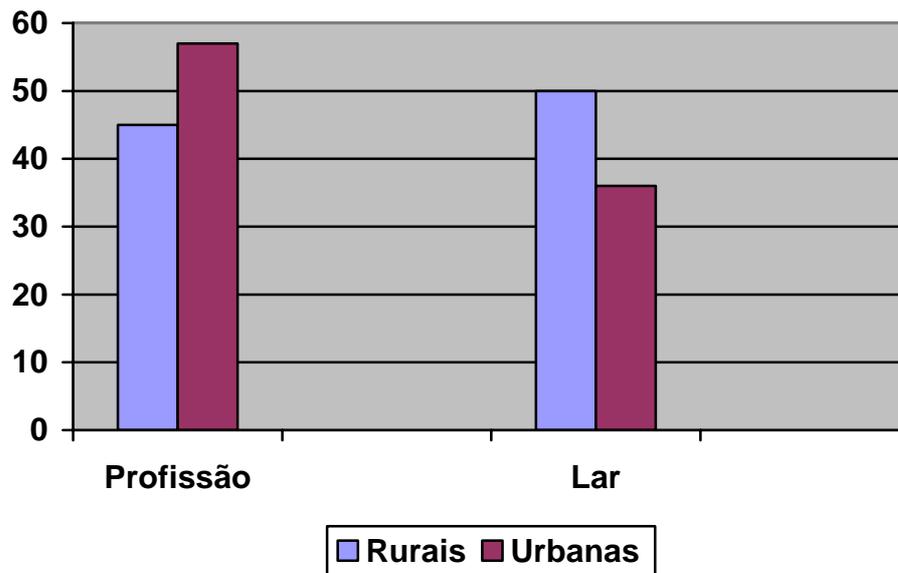
Apesar de as mulheres que estão nos dois mundos, rural e urbano, enfrentarem problemas idênticos, tais como dupla jornada de trabalho doméstico e extra-doméstico, tratamento com submissão, salário inferior aos pagos aos homens, dentre outros já citados, os dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, citada por Siliprandi (2004), mostram que as mulheres urbanas estão mais convencidas que as rurais de que a vida melhorou para todas as mulheres nos últimos 30 anos. O acesso ao mercado de trabalho é o fator mais

importante que provocou esta melhoria para a vida das mulheres, porque lhes proporcionou mais liberdade pessoal, econômica e social; ao mesmo tempo, consideram que é no mercado de trabalho que mais se localizam as injustiças e discriminações contra as mulheres e é neste espaço, principalmente, que se manifesta o machismo.

De acordo com Siliprandi (2004), para as mulheres urbanas, uma melhora de vida e, conseqüentemente, uma maior inclusão social passa por melhores empregos, melhores salários e mais oportunidades educacionais. No entanto, elas sinalizaram que se pudessem escolher, gostariam de dedicar mais tempo ao lar (à família) do que ao trabalho remunerado.

Já as mulheres rurais se ressentem de trabalhos pesados, da dupla jornada, da falta de apoio ao trabalho doméstico; ao mesmo tempo, aspiram também a um maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos, como uma forma de melhorar de vida e, conseqüentemente conseguir uma maior inclusão social.

Ainda segundo a pesquisa, 57% das mulheres urbanas e 45% das mulheres rurais dão prioridade ao trabalho remunerado, enquanto que 36% das mulheres urbanas e 50% das mulheres rurais se pudessem dedicariam mais tempo ao lar (família), conforme mostra a Figura 12.



Fonte: Fundação Perseu Abramo (SILIPRANDI, 2004).

Figura 12 – Escolha feita pelas mulheres rurais e urbanas entre trabalho remunerado e dedicação ao lar.

Mas não é só no espaço do trabalho que as mulheres enfrentam os problemas da discriminação, do machismo e da opressão, pois eles estão presentes também nas relações pessoais da vida privada. De acordo com os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, 16% das mulheres rurais e 8% das urbanas declararam ter relações sexuais com o marido ou parceiro, apenas por obrigação; para 4% das rurais e 3% das urbanas isso é motivo de sofrimento, mas por se encontrarem em situação de submissão, são obrigadas a aceitar e conviver com esse tipo de constrangimento doméstico.

Ainda de acordo com os dados dessa pesquisa, mais da metade das mulheres entrevistadas, tanto urbanas como rurais, relataram já ter sofrido algum tipo de violência por parte dos homens. Com exceção dos casos de assédio sexual, as mulheres rurais afirmaram ter sofrido mais violência do que as urbanas, em categorias como, tentativa de estupro/abuso sexual, tapas,

empurrões, uso de armas, bate-bocas, insinuações e xingamentos (SILIPRANDI, 2004, p. 131).

Sobre o prisma analítico dessa autora, ter que conviver quase sempre com algum tipo de violência constitui uma realidade muito dura para as mulheres rurais. Para elas, para que a vida melhorasse, além do trabalho e do estudo já apontados anteriormente, seria necessário mudar a relação entre homens e mulheres, onde houvesse mais respeito por parte da sociedade e mais compreensão por parte dos maridos/companheiros.

### **2.3. O trabalho da mulher na agricultura**

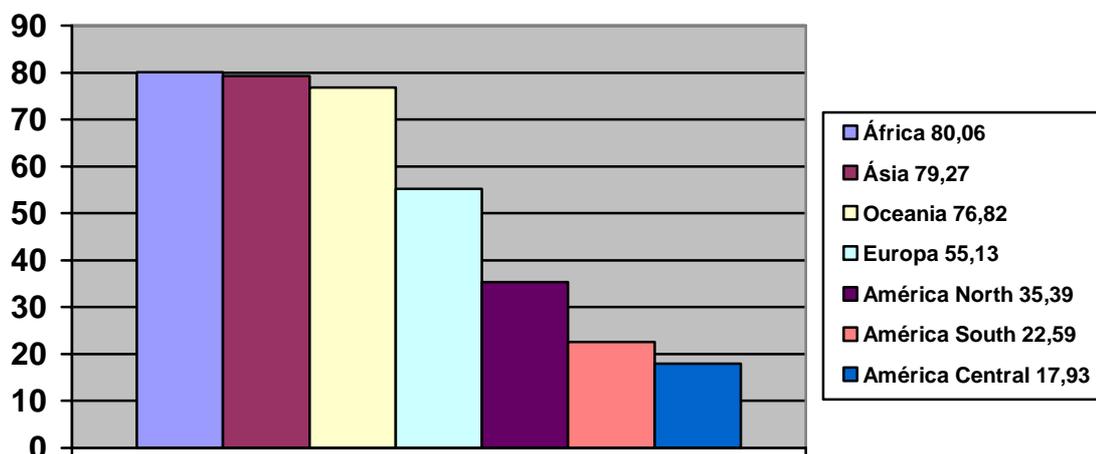
Brumer (1996) revela que em praticamente todas as sociedades humanas existem diferenciação e complementaridade de papéis entre homens e mulheres, porém, no passado essas relações não eram hierarquizadas. Para Hartmann (1976), citado por Brumer (1996), os estudos antropológicos indicam que a estratificação social ocorreu simultaneamente com o aumento da produtividade, da especialização e da complexidade da sociedade. A hierarquização e conseqüente superiorização do homem são atribuídas, segundo Hartmann (1975), entre outras, às seguintes mudanças: a perda, por parte das mulheres, do controle dos meios de subsistência como conseqüência das transformações e da desvalorização de sua participação na divisão do trabalho; a substituição de um trabalho focalizado no grupo parentesco, que levou o seu trabalho a ser privado e centrado na família. Esse poder dos homens sobre as mulheres é mantido diretamente na família e apoiado por instituições sociais tais como o Estado e a Igreja, afirma a autora.

A agricultura, principalmente a familiar, é tradicionalmente desenvolvida com a divisão de tarefas entre homens e mulheres, onde cada papel tem a sua importância peculiar. As estatísticas disponibilizadas pela Food Agricultural Organization – FAO (2000) indicam que as trabalhadoras da zona rural constituem um contingente, em média, superior a 50% da força total de trabalho (Figuras 13 e 14) e são responsáveis pela metade da produção mundial de

alimentos. De acordo com as estatísticas, as trabalhadoras são responsáveis por cerca de 60 a 80% dos alimentos nos países em desenvolvimento. Os alimentos básicos como arroz, trigo e milho são na sua maioria cultivados pelas mulheres rurais, que são responsáveis pela produção de cerca de 90% dos alimentos consumidos pela população pobre da zona rural.

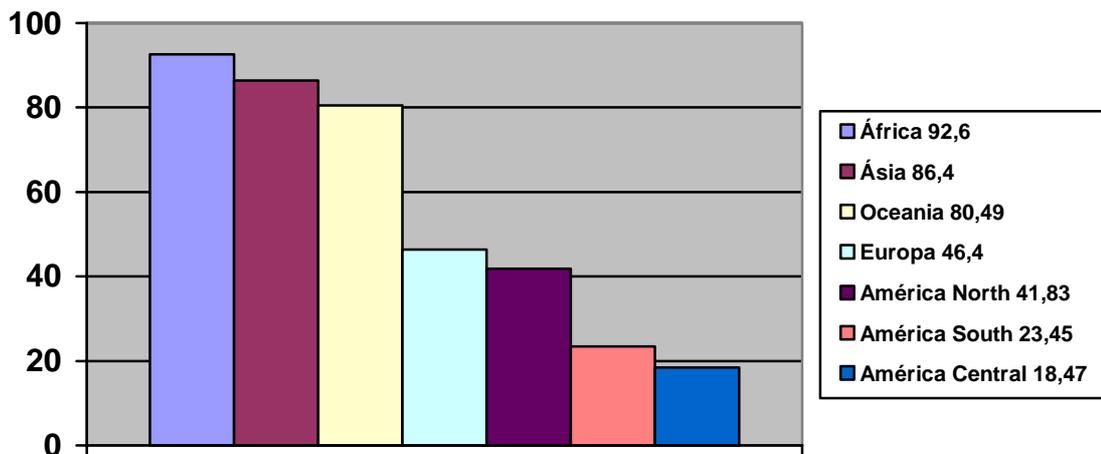
Vê-se, dessa forma, a inquestionável contribuição das mulheres rurais para a segurança alimentar mundial. Todavia, elas permanecem à margem das estratégias de desenvolvimento e a sua força de trabalho permanece subestimada.

No Brasil, de acordo com o estudo realizado por Kageyama e Bergamasco, a partir do Censo Agropecuário de 1980, as unidades de produção familiar eram responsáveis, na década de 80, por cerca de 50% da produção nacional de alimentos, onde metade da mão-de-obra era constituída por mulheres. Ressalte-se que os censos e levantamentos sempre subestimaram a participação das mulheres nas atividades produtivas, uma vez que, historicamente, a ideologia dominante atribui às mulheres o papel principal de dona de casa a quem são atribuídas apenas as atividades domésticas.



Fonte: FAO (2000).

Figura 13 – Participação das mulheres na produção mundial de alimentos (projeção 2000).



Fonte: FAO (2000).

Figura 14 – Participação das mulheres na produção mundial de alimentos (projeção 2010).

Para Suárez e Libardoni (1992), as diferenças de objetivos e métodos dos vários levantamentos censitários, levam à dificuldade de qualificar o trabalho realizado pelas mulheres. Essa é uma tendência brasileira e latino-americana das estatísticas, onde ideologicamente as coletas de dados partem do pressuposto de que toda mulher tem como ocupação principal as atividades domésticas.

Para essas autoras, as abordagens metodológicas das pesquisas impõem uma linha divisória entre as atividades da produção agrícola e as atividades domésticas e ainda adotam critérios de difícil mensuração que requerem uma rígida separação entre os espaços doméstico e produtivo, o que culmina com a marginalização das mulheres.

Essas conclusões encontram consonância em Brumer (1996), quando ela afirma que o trabalho realizado pela mulher na agricultura é visto como uma ajuda natural da mulher ao marido. Isso acontece, segundo ela, justamente pelo fato de os espaços onde a mulher desempenha as suas atividades profissionais e domésticas ainda não serem bem definidos, contribuindo assim para a falta de

reconhecimento da importância da sua participação no processo produtivo e na segurança alimentar, sendo reservada a ela apenas um papel secundário e coadjuvante.

Esses deslizes teórico-metodológicos atribuídos à sociologia do trabalho, bem como às demais teorias sociais, se evidenciam também no relatório citado por Brumer (1996), de 1988, do Secretariado da Comissão Feminina da Comissão das Comunidades Europeias sobre a situação das mulheres agricultoras em doze países que compõem a Comunidade Econômica Européia, onde se afirma que:

*As agricultoras estão ainda a braços com o peso sociológico da mentalidade agrícola tradicional. Acontece que ainda hoje carecem de um lugar bem definido na exploração. Lamentam, nesse caso, que só lhes seja reconhecido um papel secundário de “tapa-buracos”, quando, na realidade, assumem responsabilidades tão importantes como, por exemplo, a manutenção da contabilidade (p. 4).*

De acordo com Presvelou (1996), o papel da mulher na produção alimentar carece do reconhecimento da sua importância na segurança alimentar da família. Os estudos demonstram inclusive que a renda da mulher é usada quase sempre na compra de alimentos para a manutenção da família.

Às mulheres rurais que trabalham em regime da pequena produção familiar compete a participação em todas as fases do ciclo produtivo que vão desde a produção, a colheita, pós-colheita, atividades relativas à preservação dos alimentos; tudo isso implica na necessidade de grande dispêndio de energia e forças físicas (PRESVELOU, 1996, p. 19), nem sempre computados como “trabalho”.

Ao ingressar no trabalho assalariado fora de casa, as mulheres passam por profundas mudanças no seu cotidiano, tornando-se difícil conciliar as atividades, domésticas e extra-domésticas; levando-se em conta as condições do trabalho exercido no espaço extra-doméstico, a própria arquitetura desse trabalho, o deslocamento e os horários fixados. Esses fatos acabam por alterar profundamente o universo do trabalho e a vida das trabalhadoras e de suas famílias.

Mas apesar das adversidades enfrentadas pelas mulheres rurais que ingressam no trabalho assalariado, elas ainda conseguem ter a preferência quando da seleção para trabalhos, como por exemplo, nos campos de uva. Todavia, essa preferência não lhes confere a devida respeitabilidade, uma vez que na maioria das vezes exige-se delas a submissão, são remuneradas com salário inferior ao pago aos homens e, ainda são potenciais vítimas de agressões verbais, assédio sexual e constante desvalorização do trabalho, conforme pontua Bloch (1996).

Ainda de acordo com esse autor, a preferência pela mão-de-obra feminina em algumas atividades da agricultura, dá-se pelo fato de serem as mulheres consideradas habilidosas, cuidadosas, e delicadas, qualidades importantes para o desempenho de atividades como raleio da uva, colheita e embalagem. Entretanto, essas qualidades não podem mascarar a rusticidade, o emprego da força física e o desgaste corporal que a cultura da uva, por exemplo, exige das mulheres.

Na agricultura diferentes atividades são desempenhadas por homens e mulheres, todavia, o trabalho assalariado das mulheres no campo é geralmente sazonal, restrito a algumas etapas do ciclo produtivo, não se constituindo, na maioria dos casos, como oportunidade de ocupação permanente (SILIPRANDI et al., 1998). Ainda segundo esses autores, mesmo com a urbanização no campo não se criou um ambiente de maior segurança para as mulheres, quanto ao surgimento de empregos permanentes para elas. Isso tem conseqüências profundas na esfera dos direitos trabalhistas já que a sazonalidade impõe certos limites à extensão dos benefícios a essas trabalhadoras; tem conseqüências na economia de escala doméstica devido à irregularidade dos salários e, finalmente, pode restringir o acesso a serviços e políticas públicas, dificultando a inclusão social tanto das trabalhadoras como de suas famílias. Para Suárez e Libardoni (1992), isso acontece porque a força de trabalho das mulheres, na agricultura, é subestimada, não lhes sendo dada a devida relevância. Essa subestimação acontece, principalmente, pelo fato de que as coletas de dados das pesquisas partem do pressuposto ideológico de que a mulher que ocupa o espaço da casa

para desempenhar suas atividades tem como ocupação principal atividade doméstica.

*... A subestimação do contingente de mulheres que trabalham ocorre também porque as coletas de dados partem do pressuposto ideológico de que a mulher – no singular, ou seja, toda mulher – ocupa espaço da casa e de que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica... (SUÁREZ; LIBARDONI, 1992, p. 4).*

A subestimação da força feminina é uma realidade verificada através dos estudos inerentes à sociologia do trabalho, um contra-senso diante da realidade mostrada pelas estatísticas.

## **CAPÍTULO 3**

### **A INSERÇÃO DA MULHER NA FRUTICULTURA IRRIGADA**

#### **3.1. A inserção da mulher na fruticultura irrigada**

Como vimos no capítulo anterior, a crise pela qual passou a agricultura irrigada no Submédio São Francisco, no final dos anos 80 e início da década de 90, quando começava a definhar atividade de produção das culturas tradicionais como melão, melancia, cebola, feijão e tomate fez com que os investimentos desse setor fossem direcionados à produção da fruticultura irrigada, que despontava como a saída para a crise (BLOCH, 1996; SILVA, 2001). A fruticultura passava a ser o alvo de aposta das grandes empresas que investiram fortemente nesse segmento, com destaque para a produção de manga e uva.

Com a expansão da fruticultura no Submédio São Francisco e com a ênfase para a produção dessas duas frutas em particular, surgiu a necessidade de uma mão-de-obra diferenciada, considerando-se que as mulheres seriam mais bem adaptadas para determinadas tarefas, inclusive para as atividades novas.

As tarefas que hoje são consideradas femininas na fruticultura, sempre o foram; entretanto havia uma menor visibilidade, dada a pequena oferta dessa mão-de-obra em comparação com os dias atuais. Segundo Silva (2001), no final

da década de 70, só a fazenda Ouro Verde chegou a produzir em torno de 800 mil litros de vinho e mais de 1 milhão de caixas de uva de mesa por ano. Bloch (1996) revela que o Vale do São Francisco passou da produção de 8 mil toneladas de frutas em 1987 para 55 mil toneladas em 1992, sendo a uva e a manga os principais responsáveis por essa performance. Em 1994, a manga e uva juntas já representavam cerca de 100 mil toneladas por ano. Esses aumentos anuais de produção são dados importantes a serem destacados, pois na medida em que a fruticultura se expandia, havia também a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e as atividades femininas ganhavam maior relevância e visibilidade social.

Bloch (1996) afirma que já em 1994, só a Fruit Fort, uma empresa instalada no perímetro irrigado do Projeto Senador Nilo Coelho, possuía mais de 300 hectares de manga em produção, surgindo, então, a necessidade da construção de um *packing-house* para processamento e acondicionamento da manga. Esse também é um marco importante, pois nesse tipo de instalação a manga passa por vários processos que vão da seleção à embalagem, sendo todos eles, absorvedores de grande contingente de mão-de-obra feminina. Isso foi observado “in loco” na Fruit Fort.

Segundo a pesquisa de Bloch (1996), junto aos empresários do Sub-médio São Francisco, somente a uva empregava, à época, cerca de 20 mil trabalhadores, sendo que desse total, mais de 50% dos postos de trabalho já eram ocupados pelas mulheres.

Procurando avaliar essa situação hoje, realizamos pesquisa de campo no Núcleo 04 do PISNC e entrevistas com mulheres trabalhadoras nas culturas de uva e manga e também com seus empregadores. Foram 30 mulheres entrevistadas e 11 empresários.

De acordo com os dados das entrevistas, constatou-se que a grande maioria das mulheres que trabalha na fruticultura irrigada aprendeu as tarefas sem receber nenhum tipo de treinamento. Do total das mulheres entrevistadas, apenas 25% responderam que já tinham recebido algum tipo de treinamento, sendo esse oferecido pela própria empresa.

Os dados desta pesquisa confirmam, ainda, o que já havia sido constatado por Bloch (1996) e Silva (2001), de que somente os trabalhadores permanentes possuem registro na carteira de trabalho; os trabalhadores sazonais, aqueles contratados, principalmente para o período da colheita – que representam a maioria –, assinam apenas contratos temporários, categoria essa que abrange todas as mulheres entrevistadas.

Além de grande absorvedora de mão-de-obra feminina, a uva é também um dos setores mais desenvolvidos da agricultura irrigada, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista do cumprimento dos direitos trabalhistas, segundo conclusões da Comissão Pastoral da Terra, através de pesquisa realizada em 1994. Na pesquisa de campo, procurou-se um contato com a Pastoral objetivando analisar os dados que permitissem corroborar ou não essas afirmações, mas não encontramos ninguém com disponibilidade para informar sobre a pesquisa realizada. Assim, quanto ao fato de a cultura da uva ser considerada mais desenvolvida do ponto do respeito aos direitos trabalhista, contamos apenas com a afirmação de Bloch, que com base nas informações da pesquisa da CPT, constatou um menor número de inobservâncias às leis trabalhistas nesse segmento.

As atividades desenvolvidas na cultura da uva são predominantemente femininas, constatação já feita por Bloch (1996) e ratificada por esta pesquisa. Apenas as atividades consideradas mais pesadas como a limpeza, adubação e pulverização são destinadas aos homens.

As atividades femininas inerentes à cultura da uva iniciam no raleio, passando pela colheita e finda *no packing-house*, onde acontece o processo de embalagem. Esta última atividade é considerada a mais leve de todas as desempenhadas pelas mulheres nessa cultura. Isso porque em atividades como o raleio e a colheita, as trabalhadoras ficam expostas ao sol o dia inteiro, sem contar que, conforme já citado anteriormente, o trabalho nos campos da uva requer grande esforço físico das mulheres, que permanecem o dia todo de braços para cima se equilibrando sobre um pequeno banco. Adicione-se a isso, a exposição direta aos efeitos dos produtos químicos pulverizados nos parreirais.

São essas informações confirmadas através da fala das mulheres entrevistadas por esta pesquisa, e que serão objeto de análise mais adiante.

A quase totalidade das mulheres entrevistadas por Bloch (1996), que trabalhavam no raleio e na colheita na época de sua pesquisa, afirmaram sentir tontura após a pulverização dos produtos químicos; outras confirmaram sentir dor de barriga ou ter o “corpo formigando” após o dia de trabalho. Essa situação, na qual as trabalhadoras apontam os resultados negativos que o próprio corpo sofre nas atividades “em campo” contrastam de maneira forte e valorativa com o trabalho no *packing-house*, que consiste em limpar, selecionar os cachos da uva e colocá-los nas embalagens. Neste caso, não só o esforço físico é menor, como também as condições do próprio ambiente de trabalho, pois as trabalhadoras estão protegidas da ação das variações climáticas, do desgaste à exposição ao sol e do risco de contaminação dos defensivos agrícolas.

Entretanto, apesar de o trabalho no *packing-house* ser valorizado positivamente pelas mulheres quando comparado ao trabalho no campo, de forma geral é a este trabalho que os homens se referem quando afirmam a especificidade e as vantagens da participação feminina. A relevância da mão-de-obra feminina na cultura da uva fica patente nas palavras do colono F.L.L., 57 anos, proprietário de uma área de 6 hectares, no Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, que afirma, quando questionado sobre a importância da mulher na atividade do raleio da uva:

*Essa função é de fundamental importância, pois um raleio mal feito acarretará graves conseqüências na produção da uva podendo até não ser exportada.*

De acordo com Bloch (1996), a preferência da mão-de-obra feminina na cultura da uva é devido à fama atribuída às mulheres de que são cuidadosas e habilidosas. Essa fama veio se perpetuando ao longo do tempo que separa a pesquisa de Bloch e a nossa, pois na fase do processo de raleio se encontra a etapa crucial de conformação dos cachos, o que determinará o valor econômico e a aceitação do produto no mercado interno e externo.

Essa centralidade da mulher no processo também foi confirmada pelo senhor J. I. de 38 anos, encarregado da área das mulheres de uma grande empresa

pesquisada no Núcleo 04, que afirma que o trabalho feminino no raleio é fundamental para que se tenha uma boa produtividade “pois esse trabalho requer muita atenção, dedicação e habilidade”.

O período de maior oferta de mão-de-obra na cultura da uva são os meses de abril-maio-junho e outubro-novembro-dezembro, janelas de maior demanda do mercado importador e, conseqüentemente, de maior concentração da colheita da uva.

Observou-se no decorrer desta pesquisa que há certa semelhança entre as culturas da uva e da manga quanto à distribuição das tarefas entre homens e mulheres. Assim como na uva, na cultura da manga também as atividades mais pesadas, como capina, poda, aplicação de herbicidas e carregamento dos containeres são desempenhadas pelos homens. Já as atividades consideradas “mais leves”, para as quais são recrutadas as mulheres, são a colheita e as desenvolvidas no *packing-house*, como mostra a Figura 15, onde essas frutas também passam por um processo de seleção, limpeza, tratamento hidrotérmico e embalagem. O tratamento hidrotérmico, como já foi dito anteriormente, consiste em banhar as frutas em água a uma temperatura de 50°C durante uma hora para evitar qualquer contaminação pela “mosca-das-frutas”; esse procedimento de esterilização é específico para as frutas destinadas à exportação, principalmente para os mercados americano e japonês.

O período de maior contratação da mão-de-obra feminina na fruticultura da manga são os meses de setembro a novembro, quando o Vale do São Francisco detém o monopólio quase absoluto do mercado mundial (BLOCH, 1996).

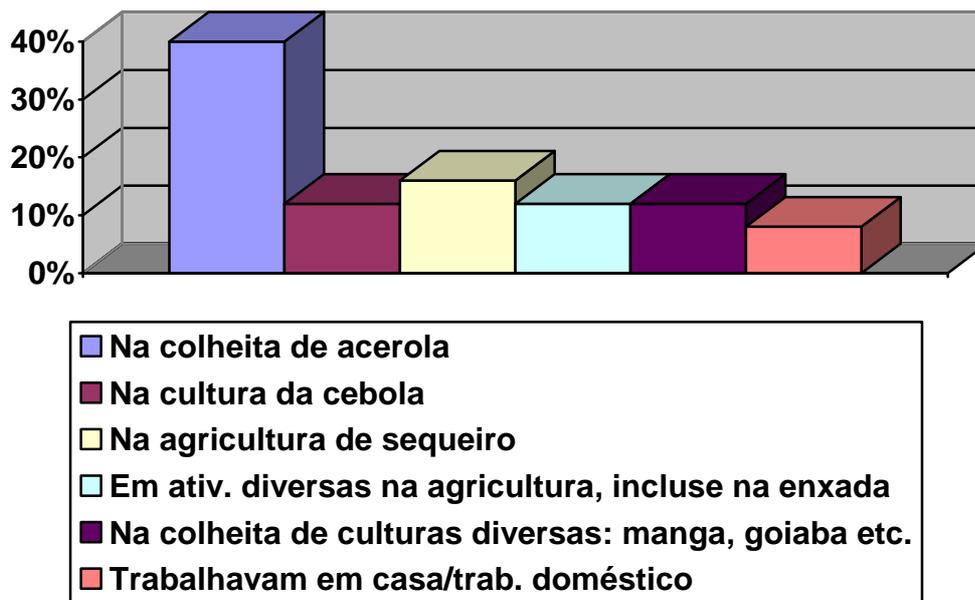
Os estudos da CODEVASF revelam que o Submédio São Francisco exportou cerca de 350 toneladas de manga em 2005, representando 82% de toda manga exportada pelo Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 15 – Trabalho da mulher no *packing-house* na cultura da manga.

Na fruticultura, além da uva e da manga, outras culturas de menor relevância são também absorvedoras da mão-de-obra feminina, a exemplo da acerola, da goiaba e da pinha, estas especificamente para a colheita. Das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, na fruticultura da uva, 40% disseram que antes trabalhavam na colheita da acerola. A Figura 16 mostra as atividades desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas (total de 30), antes do ingresso na cultura da uva. As mulheres que atualmente trabalham na cultura da uva, já haviam percorrido o trajeto de outras culturas irrigadas, dentre as quais alguns produtos destinados à exportação, restando uma pequena minoria (8%) que não havia tido experiência com o trabalho na agricultura.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 16 – Atividades das mulheres, anteriores ao ingresso na cultura da uva.

Além disso, há que se considerar que todas as mulheres que já tinham experiência no trabalho agrícola tinham também experiência com o trabalho remunerado, seja na forma de salário/mensal, seja na forma de diária/diarista. Nas culturas da acerola, manga, cebola e goiaba, as mulheres haviam trabalhado sazonalmente, recebendo salários. Assim, o ingresso na cultura da uva não representou mudanças significativas nesse aspecto.

Já com relação à agricultura de sequeiro, as atividades desempenhadas pelas mulheres incluíam a limpeza do terreno para plantio (queima, remoção de árvores e tocos, alinhamento do solo, abertura de covas e sementeira), bem como o trato de pequenos animais, especialmente caprinos e ovinos. Essas atividades eram executadas somente na época da chuva, ou seja, no inverno, e eram realizadas na própria terra da família ou em terrenos de vizinhos, sendo, nesses casos, remuneradas através de diárias. Nessa época, o trabalho da mulher sempre foi intenso e pesado, não havendo divisão entre tarefas femininas e masculinas, chegando as mulheres a serem responsáveis inclusive pela construção de cercas e vacinação do gado. A época da chuva é um momento particularmente agitado nas

pequenas propriedades, absorvendo toda a mão-de-obra familiar, pois representa o tempo de garantir a cultura de feijão e milho, que sustentará a família no resto do ano.

Atualmente, pelas atividades desempenhadas na fruticultura irrigada, as mulheres recebem, em média, um salário-mínimo, o que representa um grande avanço econômico para algumas delas, principalmente aquelas que haviam experimentado a remuneração apenas na forma de diária.

### **3.2. Os critérios para recrutamento de mão-de-obra para a fruticultura irrigada**

Com o intuito de verificarmos as exigências mais comuns requeridas para a contratação da mão-de-obra feminina na fruticultura, incluímos na pesquisa de campo entrevistas com empregadores, representados por empresários, mas também colonos que geram empregos para as mulheres. Foram entrevistados, nos mês de dezembro de 2005, 11 empresários e, ou, colonos, sendo: um gerente de uma grande empresa (área de 100 ha); dois proprietários de pequenas empresas (7,10 a 20,0 ha); três proprietários de médias empresas (21,0 a 50,0 ha) e cinco colonos (proprietários de áreas inferiores a 7,0 ha). A amostra das entrevistas havia sido inicialmente definida por cotas iguais entre as empresas, mas as dificuldades de entrevistar gerentes de grandes empresas impediram a manutenção desse critério.

Os critérios utilizados para a contratação da mão-de-obra feminina na fruticultura, segundo os entrevistados, apresentam certa uniformização não havendo diferença na concepção de colonos e, ou, pequenos empresários que foram unânimes em responder que não há exigência de experiência anterior, mas é necessário ter vontade de aprender, já ter trabalhado na roça e ser responsável. Esses critérios são confirmados no depoimento de Maria R. da S., 40 anos, proprietária de uma área de 12 hectares onde produz uva e acerola, segundo a mulher precisa:

*Ser responsável, ter vontade de aprender; não exigimos experiência, ensinamos, mas tem que ter boa vontade, de preferência já ter trabalhado na agricultura.*

Sobre a mesma pergunta, Genivaldo da C.R., 58 anos, proprietário de uma área de 45 hectares, que produz uva e manga confirmou:

*De preferência já ter trabalhado na agricultura, ter vontade de aprender, mas tem que ter vontade, não gostar de conversa ou fazer “fofoca”.*

Assim, as exigências ressaltam a responsabilidade e a habilidade, depreciando uma característica considerada tipicamente feminina que é a conversa, pejorativamente chamada também pelos entrevistados de “fofoca”. Nesse caso percebe-se uma tentativa de cerceamento da sociabilidade das mulheres, notadamente nas tarefas ao ar livre.

A Tabela 6 mostra as respostas de todos os entrevistados.

Tabela 6 – Critérios de recrutamento

Critérios adotados	Colono	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa
Não exige experiência na fruticultura, exige experiência na agricultura. Exige responsabilidade	2	-	2	-
Não exige experiência. Exige responsabilidade e vontade de aprender.	-	1	-	-
Exige experiência na agricultura, responsabilidade, não gostar de fofoca ou jogar conversa fora.	1	-	1	-
Trabalham, basicamente, com a família.	2	-	-	-
Exige responsabilidade e habilidade.	-	1	-	-
Não contrata ninguém com experiência, para poder moldá-la de acordo com a filosofia da empresa.	-	-	-	2

Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Quando perguntados se todos os trabalhadores têm carteira assinada, os entrevistados foram unânimes em responder que não, só as que são fixas, ou seja, somente as trabalhadoras permanentes possuem registro em carteira; normalmente essas trabalhadoras são selecionadas após a safra, dentre aquelas que haviam sido contratadas temporariamente. São selecionadas as que apresentam melhor desempenho nas atividades desenvolvidas e que tenham um comportamento considerado “adequado” pelo empregador.

Já entre as grandes empresas – aquelas com área superior a 50 hectares – constatou-se a existência de “filosofias” diferentes. Para a maioria, os critérios utilizados para a contratação da mão-de-obra coincidem com aqueles utilizados pelos colonos, pequenas e médias empresas, todavia, há as que preferem recrutar mulheres sem nenhuma experiência, para moldá-las a seu sistema de trabalho, sem heranças de vícios de experiências anteriores. Para essas empresas, a contratação de alguém com experiência, principalmente, que já tenha trabalhado em outras “grandes empresas”, só acontecerá se for por indicação de alguém de confiança da administração. Pode causar estranheza, mas para esse tipo de filosofia a experiência é vista como ponto negativo, pois acredita-se que essa trabalhadora pode, inclusive, representar obstáculos ou até mesmo oferecer resistência de adaptação às normas e filosofias próprias da contratante.

Isso se confirma na fala do Senhor Ednaldo D. da S., 35 anos, gerente geral de uma empresa com área de cerca 100 hectares, produtora de uva e manga, que ao ser perguntado sobre o critério mais importante para recrutamento de mão-de-obra feminina, respondeu:

*Não saber ralar, gostamos de moldá-las no nosso sistema, de preferência não ter trabalhado em grandes empresas, pois elas já acham que sabem tudo, não ter vícios maliciosos, não gostar de fofocas. Só pegaria alguém com experiência se fosse indicado por alguém da minha confiança.*

Quando questionado se todas as trabalhadoras têm carteira assinada, respondeu:

*As que são contratadas depois da safra, sim, hoje em torno de 50; mas as que são contratadas na época da safra só é contrato temporário, em torno de 150 dias.*

A partir deste depoimento, é possível deduzir-se que os direitos trabalhistas das mulheres que trabalham na fruticultura irrigada no Vale do São Francisco não são totalmente observados, nem mesmo pelas grandes empresas, já que fazem apenas contratos, quando deveriam assinar as carteiras de trabalho.

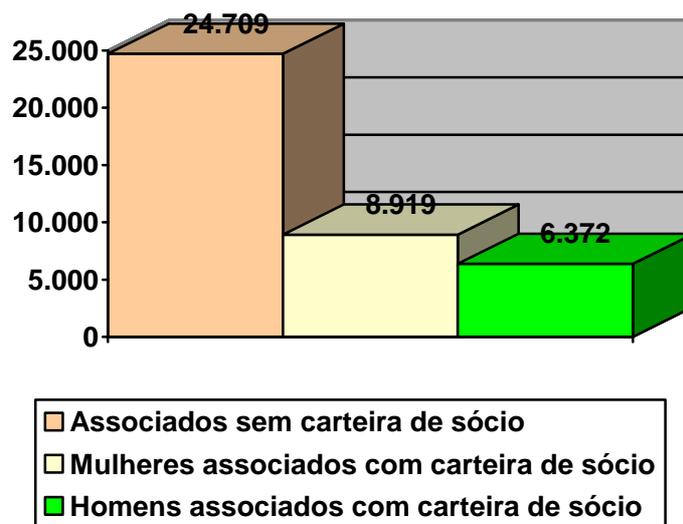
### **3.3. Sindicalização das mulheres que trabalham na fruticultura irrigada**

Os poucos dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Petrolina mostram que houve um grande crescimento do número de sindicalizados a partir da implantação do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho. Em 1984 havia apenas 3.000 associados. Atualmente só na fruticultura irrigada existem aproximadamente 40 mil trabalhadores sindicalizados, sendo que desse número, a maioria (o Sindicato não especificou quanto) é de mulheres. Todavia, estes números demonstram grande defasagem em relação aos dados disponibilizados pelo Distrito de Irrigação em 2005, onde foram confirmados mais de 70.000 trabalhadores só na fruticultura irrigada, o que nos induz a pensar em número bem maior de sindicalizados.

O número total de sindicalizados com “carteira de sócio” é de 15.291, sendo 6.372 homens e 8.919 mulheres. Essa carteira demonstra que o Sindicato tem o registro atualizado apenas desse número de trabalhadores.

A Figura 17 representa o total de sindicalizados na fruticultura irrigada no Vale do São Francisco segundo dados fornecidos pelo Sindicato.

Segundo informações do Sindicato o crescimento de sindicalizados se deu não só pelo aumento do contingente de trabalhadores na agricultura, mas também pelo maior nível da conscientização desses trabalhadores e pela melhoria da imagem do próprio movimento sindical; atualmente os trabalhadores procuram o Sindicato “por ideologia” ou porque precisam de assistência médica e consideram que o sindicato serve apenas para esse fim assistencial.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 17 – Número de trabalhadores sindicalizados na fruticultura irrigada.

Ao procurarmos o Sindicato durante a pesquisa de campo, havia um interesse em analisar a evolução dos números de sindicalização dos trabalhadores e trabalhadoras, mas nossa pretensão foi frustrada, já que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina não disponibilizou todos os dados que nos permitiriam essa análise. As frustrações aumentaram quando constatamos que lá não existem registros do número de acidentes de trabalho envolvendo mulheres, número de processos litigiosos envolvendo patrões e trabalhadoras da fruticultura irrigada e não há dados sobre o número de licenças-maternidade. Isso só confirma que, apesar de o sindicato contar com mais de 15.291 associados na fruticultura irrigada, e sendo esse número composto por uma maioria de mulheres, que paga uma taxa mensal para essa entidade, sua atuação na defesa de seus representados tem sido pautada pela desorganização administrativa, pelo desinteresse em registrar e fornecer informações, inclusive sobre o número de processos litigiosos entre patrões e mulheres associadas, alegando que a entidade nunca é notificada sobre esses processos. Isso indica que nos casos de litígios, os trabalhadores, mesmo sendo sindicalizados, entram no conflito completamente

desprotegidos do amparo legal e institucional que, por lei, o Sindicato deveria prestar.

## **CAPÍTULO 4**

### **A MULHER NA CULTURA DA UVA**

O processo de gestação da fruticultura de mesa em escala comercial na região, de acordo com Silva (2001), remonta à década de 50, com investimentos da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e, posteriormente, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As principais pesquisas e apoio técnico para as culturas irrigadas datam de 1952, com a chegada do português José Cabral de Noronha, técnico da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que deu início às práticas de cultivo mais racionais com o uso de fertilizantes e controle de doenças, entre outras técnicas. Mas das culturas conduzidas pelo Sr. José Cabral de Noronha, a videira ganhou destaque, passando a ser a partir de então, o alvo de atenção das iniciativas públicas e privadas (SILVA, 2001).

De acordo com relatos do ex-técnico da SUDENE e ex-pesquisador da Embrapa Sr. Edson Possídio (SILVA, 2001), o técnico da CVSF José Cabral de Noronha, que era especialista em oliveira, veio para a região do Submédio São Francisco para, através da CVSF, desenvolver aqui essa cultura. Como a oliveira não deu certo aqui e ele conhecia a uva, de Portugal, passou a desenvolver um trabalho com a cultura da uva. Conheceu o Sr. José Molina que havia chegado

em Santa Maria da Boa Vista-PE, região do Submédio São Francisco, e que acabara de comprar uma área agriculturável onde a CVSF resolveu fazer o seu campo experimental de produção da uva, tendo à frente como técnico, o Sr. Cabral. “Chegou-se a produzir uma uva, para a época, de muito boa qualidade”, afirma o ex-pesquisador Edson Possídio.

Mas os relatos de Edson Possídio (SILVA, 2001) indicam que o técnico José Cabral de Noronha ao chegar aqui já encontrou o cultivo de uva na região do riacho do Salitre, município de Juazeiro-BA, onde encontrou parreiras com mais de 100 anos. Havia no Salitre, inclusive, segundo o técnico da CVSF, uma tradição de que quando um rapaz se casava o pai lhe presenteava com uma videira em produção. Há, inclusive, uma variedade mais antiga de uva que o técnico da CVSF não conseguiu identificá-la e então a denominou de “branco salitre”.

Em 1956, a Cinzano (Indústria e Comércio de Bebidas) iniciou em Petrolândia-PE, o plantio de cem mil mudas de uva para a produção de vinho. No ano seguinte, um deputado da região, Milvernes Cruz Lima, iniciou um plantio com novas variedades (Moscato Italiano, Pevrella, Trebbiano, Fernal Preta, Alphonso Savalle e Alicante Preta) no município de Belém do São Francisco-PE. Em 1958, no município de Santa Maria da Boa Vista-PE, o espanhol José Molina Membrado, com o apoio técnico da CVSF, implantou aquela que seria considerada a primeira área de uva em escala comercial (POSSÍDIO, citado por SILVA, 2001, p. 76).

Ainda de acordo com relatos de Silva (2001), o espanhol José Molina Membrado, que na década de 50 havia adquirido uma área de cerca de 200 hectares e que foi considerado o precursor da fruticultura no Submédio São Francisco, em 1958 implantou 10 hectares de uva, contando para isso, com o apoio da CVSF que fez dessa fazenda o seu campo experimental. O investimento contou também com apoio financeiro do Governo de Pernambuco na época do então Governador Cid Sampaio.

Bem sucedido no empreendimento, o Sr. Molina pôde colocar toda a sua produção no mercado, sem dificuldades, principalmente na cidade de Recife,

onde contava com um sócio no empreendimento, responsável pela comercialização naquela cidade (SILVA, 2001).

Ainda segundo o pesquisador da Embrapa Pedro Carlos Gama da Silva, o marco inicial para a produção de vinho nessa região aconteceu em 1969, com a chegada do empresário paulista de origem italiana, Francisco Pérsico proprietário da empresa Pizzamiglio, que produzia tubos de aço no estado de São Paulo e que, naquele ano, implantou no município de Santa Maria da Boa Vista, a Fazenda Milano. Foi ele o primeiro empreendedor do segmento da fruticultura a contar com os incentivos fiscais da SUDENE. Foi nessa fazenda que, na década de 70, se implantou o projeto pioneiro da Vinícola Vale do São Francisco para a produção de vinho. Esse investimento iria dar origem a mais nova região vitivinícola do País (SILVA, 2001, p.78).

Conforme frisa Silva (2001), a Fazenda Milano foi vista por muito tempo como um símbolo de sucesso da grande empresa privada na região, especializada no cultivo de uva para o mercado interno e para exportação.

Dentre os pioneiros da fruticultura destacou-se também o empresário descendente de japoneses Mamouro Yamamoto, que era, de acordo com Silva (2001), grande produtor de batata no Paraná e chegou à região do Submédio São Francisco no início da década de 70, aproximadamente a mesma época que o Sr. Francisco Pérsico da Fazenda Milano. Empresário de espírito arrojado, o Sr. Yamamoto logo se tornou o maior produtor de uva em escala comercial na região (SILVA, 2001).

Todavia, para tanto sucesso o empresário contou com o conhecimento dos ex-técnicos da CVSF que, contratados pelo empresário, orientaram-no nas compras das terras e na implantação da Fazenda Ouro Verde, hoje na cidade de Lagoa Grande-PE.

Também beneficiado com os incentivos fiscais da SUDENE e financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Sr. Yamamoto implantou no município de Casa Nova-BA, a Fazenda Ouro Verde II, onde instalou uma vinícola, chegando a produzir em torno de 800 mil litros de vinho por ano. As duas fazendas, juntas, Ouro Verde e Ouro Verde II, chegaram a

produzir mais de um milhão de caixas de uva de mesa, destinadas tanto ao mercado interno como ao mercado externo. Mas a maior parte da sua produção era destinada ao mercado de São Paulo, conforme destaca Silva (2001).

Mas a história do Sr. Yamamoto foi marcada, também, por fracassos; segundo relata Silva (2001), ele viu o seu empreendimento pioneiro na fruticultura, a Fazenda Ouro Verde ir, literalmente por água abaixo, com as enchentes do rio São Francisco de 1979, que destruiu todo seu parreiral, localizado nas áreas de aluvião, tendo por conseqüência a tomada da fazenda pelos agentes financeiros. Ele manteve a outra em sistema de parceria com os pequenos agricultores.

Para o ex-pesquisador da Embrapa, Edson Possídio (SILVA, 2001), a fruticultura da uva começou com o aproveitamento do conhecimento que vinha da região do Salitre, que remontava à colonização do rio São Francisco, passando pela fase do técnico da CVSF, o português José Cabral de Noronha, do Sr. Molina e do Sr. Yamamoto, seguida da fase dos Campos Experimentais, onde foram introduzidos materiais, estudos de poda e de sistemas de condução. Conforme afirma o Sr. Edson Possídio, ex-pesquisador da Embrapa (SILVA, 2001, p. 79).

*A fruticultura, na verdade, começa com a uva aproveitando esse conhecimento que vem do Salitre e de Molina... a fase de Molina e seu Cabral, a partir de 1959. Depois vieram os Campos Experimentais, não como áreas comerciais, mas como áreas de pesquisa mesmo, onde a gente introduziu material, estudou a poda, estudou sistema de condução. Isso a partir de 1966... Quem primeiro plantou uva aqui em escala comercial, profissionalmente, foi Mamouro Yamamoto, da Ouro Verde, lá nos Vermelhos.*

Bloch (1996) mostra que o cultivo da uva é muito sensível e requer bastante cuidado e conhecimentos técnicos, como também investimentos financeiros de grande monta. Além da mão-de-obra, onde são necessários, em média, cinco trabalhadores por hectare de uva, durante todo o ciclo de produção, que é de 150 dias, há a necessidade de um cronograma eficiente de adubação e de um rigoroso controle fitossanitário com aplicação de fungicidas, acaricidas e inseticidas. Esse mesmo estudo mostra que as maiores fazendas destinam parte

de sua produção à exportação e dispõem de sofisticada infra-estrutura de embalagem, como câmara de refrigeração.

Para Bloch (1996), houve uma expansão marcante na produção de uva no Vale do São Francisco e, em 1994, conforme Tabela 7, a produção já alcançava 65,7 toneladas.

Tabela 7 – Evolução da produção e exportação da uva no Vale do São Francisco

Ano	Área implantada* (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)	Exportação (t)
1991	2.620	2.300	32.000	1.050
1992	3.780	2.500	40.000	5.000
1993	4.000	3.000	52.000	10.000
1994	4.100	3.500	65.700	16.000**

Fonte: Valexport, citado por Gazeta Mercantil (1994).

\* Do plantio à produção tem-se 1 ano e 8 meses.

\*\* Previsão.

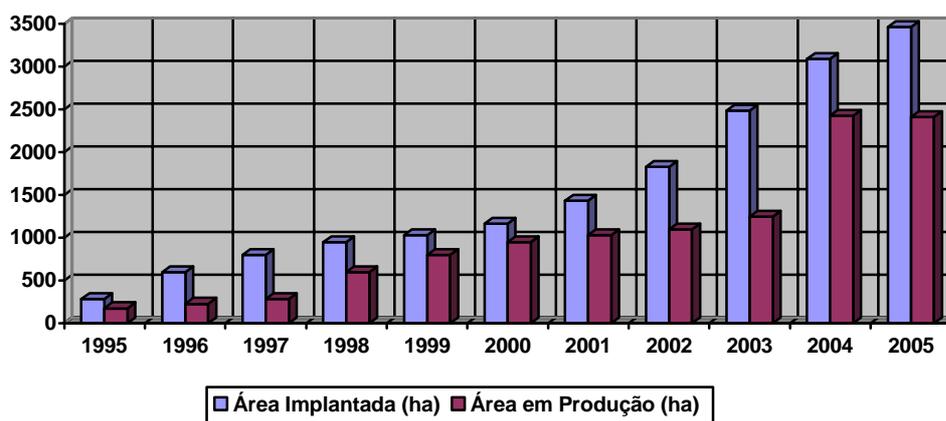
Essa grande expansão da fruticultura no Vale do São Francisco, especificamente da uva, é verificada no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, que fica inserido na região do Submédio São Francisco, onde de acordo com estudos da CODEVASF, de setembro de 2005, existe uma área de 2.427 hectares de uva em produção, resultando cerca 72,77 toneladas de uva, conforme mostra a Tabela 8 e a Figura 18.

Tabela 8 – Evolução da produção da uva no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho

Ano	Área implantada (ha)	Área em produção (ha)	Produção (t)
1995	284	175	7.000
1996	596	227	9.080
1997	799	284	11.360
1998	947	596	23.840
1999	1.032	799	31.960
2000	1.165	947	37.880
2001	1.431	1.032	39.317
2002	1.826	1.097	41.686
2003	2.487	1.248	45.984
2004	3.089	2.412	72.798
2005	3.465	2.427	72.772*

Fonte: Cedida pelo o Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

\* Safra em andamento.



Fonte: Cedida pelo o Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho (set./2005).

Figura 18 – Evolução das áreas de uva plantada e em produção no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (ha).

O crescimento da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco, no caso específico da uva, é atribuído à vinda para essa região de grandes empreendedores, conforme já tratado no Capítulo 1, atraídos pelos incentivos governamentais e pelas peculiaridades do Submédio São Francisco, onde as condições climáticas da região permitem que se obtenham duas safras e meia de uva por ano, devido ao ciclo de 150 dias, conforme já esclarecido anteriormente (BLOCH, 1996).

Um outro fator preponderante para o crescimento dessa cultura é a garantia de mercado para toda a produção. Segundo Bloch (1996), quase toda a uva produzida no Submédio São Francisco é vendida *in natura* no mercado interno e externo, mas uma pequena parte é transformada no próprio Vale, na produção de vinho.

A pesquisa de Bloch (1996) mostra que as principais variedades de uva cultivadas no Submédio São Francisco são uvas do tipo verde, como Itália e Moscato, e uvas vermelhas ou rosadas, como Rubi, Piratininga e Red Glob, além das variedades Seedless (sem sementes) destinadas ao mercado norte-americano. Na época da pesquisa de Bloch (1996) estas últimas variedades ainda estavam em fase de pesquisa, mas confirmamos em campo que tais variedades já estão definitivamente sendo cultivadas no Submédio São Francisco.

Em um ano típico, cerca de 20% da uva produzida no Vale é exportada para a Europa, Estados Unidos e América Latina – principalmente para a Argentina, afirma Bloch (1996).

Os dados do Distrito de Irrigação mostram que em 2005 o Submédio São Francisco representou cerca de 96% de toda uva exportada pelo Brasil, chegando a um total de 200 toneladas de uva exportada.

#### **4.1. A demanda de mão-de-obra na fruticultura da uva**

Esta pesquisa nos permitiu observar as principais tarefas que demandam mão-de-obra na fruticultura da uva, quais sejam: adubação de fundação, momento em que são feitas escavações onde se coloca adubo que posteriormente

é coberto com a terra anteriormente retirada; pulverização, que pode ser feita com pulverizadores costais ou mecanizada, roço ou capina e poda; o amarrio verde, que conforme o próprio nome indica, tem a função de amarrar os galhos sobressalentes. Essas são atividades consideradas mais pesadas e tradicionalmente desempenhadas pelos homens. As atividades consideradas mais “leves” e tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres são a desbrota, que consiste na retirada das gemas não produtivas, para eliminar a concorrência por nutrientes, possibilitando, assim, definir a quantidade de cachos desejada, por galho da videira; o raleio, onde inicialmente são retiradas algumas bagas para deixar as outras crescerem e num segundo momento as bagas são retiradas para dar uma forma simétrica ao cacho. A primeira fase do raleio, também conhecida como pinicado é feita com as próprias mãos; e a segunda, com a tesoura de raleio, como mostram as Figuras 19 e 20.



Figura 19 – O primeiro raleio mais conhecido como o pinicado.



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 20 – Menina de 13 anos fazendo o segundo raleio.

Outra etapa consiste na desfolha, na qual se retiram as folhas que estão penduradas abaixo da linha dos arames de sustentação do parreiral, misturando-se com os cachos de uvas. Por fim, vem a colheita e a embalagem. Esta é realizada no *packing-house*, onde a uva passa por um processo que tem a seguinte seqüência: limpeza dos cachos, que consiste na retirada das bagas ruins e de qualquer outra impureza; a classificação dos cachos; o acondicionamento em pequenas sacolas onde cabem de um a dois cachos – se a uva for destinada aos Estados Unidos ou à Inglaterra, essas sacolas são de plástico, mas se for destinada para o restante do mercado externo, as sacolas são de papel –; a embalagem das sacolas contendo os cachos em caixas de papelão e, por último a pesagem e controle de qualidade. Todavia, se a uva for destinada ao mercado interno, ela é embalada em caixas de papelão forradas com uma folha de papel

especial, sem o acondicionamento em sacolas. Tudo isso acontece como em uma linha de montagem, onde cada mulher tem uma atividade definida.

Através de observações *in loco* nos *packing-house* das empresas, podemos constatar que as tarefas mais “leves” – menos pesadas – são desempenhadas pelas mulheres. Não obstante serem consideradas mais “leves”, atividades em que elas para desempenhá-las precisam permanecer o tempo todo em pé.

Em pesquisa de campo verificou-se que nas médias e grandes empresas, onde existe uma infra-estrutura de *packing-house*, as mulheres que ali trabalham na parte da limpeza e da embalagem são obrigadas a usar bota, touca e luvas; entretanto, entre os pequenos empresários e os colonos, a grande maioria não dispõe da estrutura de um *packing-house* e, por essa razão, a embalagem da uva muitas vezes é realizada no próprio parreiral ou em pequenos galpões.

Constatou-se ainda que o mercado importador paga melhor preço pelo produto, mas também impõe exigências como a existência de *packing-house* e o controle mais rigoroso das condições de higiene no processo de embalagem.

Verificou-se também juntamente aos produtores pesquisados, que a partir de 2006, a condição essencial para que as frutas sejam aceitas pelo mercado externo é a certificação do produtor com o certificado EUREPGAP<sup>4</sup>. Aqueles que não adquirirem essa certificação ficarão impedidos de enviar seus produtos para o mercado externo.

Para que o produtor adquira tal certificação, a empresa certificadora exige que a empresa a ser certificada seja dotada de toda a infra-estrutura de *packing-house*, com área de embalagem, banheiros, local de refeições, local para lavar as mãos, galpão para guardar defensivos e adubos, com banheiro exclusivo para quem lida com esses produtos, além de exigir que todos trabalhadores, a

---

<sup>4</sup> EUREPGAP – Associação privada, sem fins lucrativos, que se originou da organização de grandes varejistas europeus (Euro Retailer Produce Working Group Eurep) preocupados em assegurar a qualidade de produtos destinados ao consumo humano. Criado em 1997, o foco inicial era com fornecedores de frutas e vegetais, sendo, a partir do ano de 2000 expandidos para outros segmentos. O protocolo Eurepgap é um conjunto de requisitos básicos de boas práticas agropecuárias que correspondem a padrões globais de segurança alimentar.

partir da colheita, trabalhem devidamente uniformizados, devendo usar bata, touca e luvas, entre outras exigências.

Observamos *in loco* que a grande maioria das empresas ainda não dispõe de espaço próprio para os trabalhadores fazerem suas refeições, ou seja, não há restaurante ou refeitório, não havendo também lugar para esquentar a comida, que é trazida pronta de casa, como mostra a Figura 21. Basicamente a marmitta contém arroz e feijão, esporadicamente algum tipo de mistura (carne, ovo etc.).



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 21 – Trabalhadoras no horário do almoço em pleno parreiral.

Nesse aspecto, particularmente, os trabalhadores da uva se assemelham aos demais bóias-frias encontrados na produção de cana de açúcar em várias regiões do país.

A senhora Girassol, de 45 anos, desabafa:

*Não tem como a gente esquentar a comida, o jeito é comer fria mesma, senão fica com fome... o pior é quem não tem nem a comida fria para comer.*

Confirmando o que já havia sido denunciado por Bloch (1996), das mulheres entrevistadas nesta pesquisa que trabalham na cultura da uva, todas raleando, responderam que não usam roupas e instrumentos de proteção nas tarefas nos campos de uva; todavia, somente 15% confirmaram já ter tido problemas com agrotóxicos, como dor de cabeça, tontura e dor de barriga, enquanto na pesquisa de Didier Bloch a maioria já ter sentido tais sintomas.



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 22 – Trabalhadora usando máscara para se proteger dos agrotóxicos.

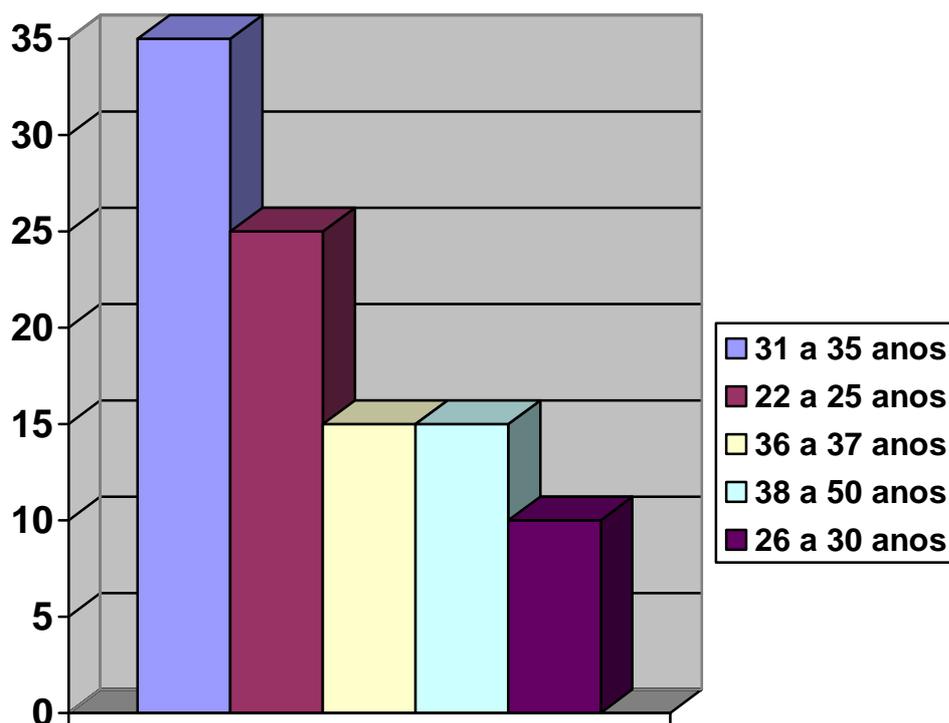
A senhora Margarida, de 32 anos, em um dos seus desabafos:

*Eu achava que aquelas dores de barriga eram da água que não era tratada e as dores de cabeça porque ficamos praticamente o dia todo expostas ao sol... depois que fui ao hospital me consultar descobri que era por causa do agrotóxico, por isso eu uso este pano no rosto, tentando me proteger do veneno.*

Estes dados indicam que houve uma melhor conscientização e/ou maior conhecimento quanto ao uso e manipulação dos agrotóxicos, uma vez que na pesquisa realizada em 1996 por Didier Bloch e, posteriormente por Sueli Granja em 2003, no próprio núcleo de análise, a quase totalidade de mulheres e de homens entrevistadas àquela época responderam já ter sentido algum tipo de mal-estar após a pulverização de produtos químicos nos parreirais.

Quanto à carga horária, confirmamos com os empregadores e também com as trabalhadoras entrevistadas que as mulheres que trabalham na fruticultura da uva cumprem em média, 8 horas diárias – na época do segundo raleio e da colheita, essa média sobe para 10 a 12 horas diárias – cumprindo uma cota diária de 450 a 500 cachos de uva; sendo que pequenas, médias e grandes empresas propõem o cumprimento de horas extras em determinados processos e períodos da produção e muitas mulheres se sentem atraídas pela possibilidade de uma renda maior, chegando a fazer o raleio de 800 cachos por dia.

Das mulheres entrevistadas, a grande maioria está na faixa etária de 22 a 37 anos (Figura 23).



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 23 – Faixa etária das mulheres entrevistadas.

#### 4.2. O nível de satisfação e as condições de trabalho

Os dados desta pesquisa mostram que 85% das mulheres entrevistadas gostam das atividades que desenvolvem e que 100% consideram que a vida melhorou depois que começaram trabalhar na cultura da uva. Conforme relatam a Sr.<sup>a</sup> Rosa e a Sr.<sup>a</sup> Flor de Laranjeira, que são separadas e moram com seus filhos ainda pequenos:

*Quando chega o final do mês posso oferecer algo melhor a mim e a meus filhos... comida no prato não falta não! (Sr.<sup>a</sup> Rosa).*

*Antes eu não tinha um certo, agora não! Tenho o meu certinho todo mês, não preciso ficar me humilhando para os outros, faço as compras de comida e também compro roupas quando sobra um troco para os meus filhos...mas que pena que não sou contratada, pois quando o tempo de contrato acabar não sei como vou manter a mim e aos meninos (Sr.<sup>a</sup> Flor de Laranjeira).*

Para algumas das mulheres entrevistadas, a fase anterior à vinda para o Núcleo 04 do PISNC era caracterizada por uma oscilação intensa entre permanecer na propriedade familiar e sair para as cidades vizinhas; assim, na época da seca as dificuldades de sobrevivência impulsionavam as famílias para as cidades, em busca de empregos temporários; voltavam para suas propriedades na época de entressafra quando não havia mais necessidade de mão-de-obra nas empresas, mas voltavam, também, na época das chuvas para garantir o plantio dos gêneros alimentícios mais básicos.

Esse é, por exemplo, o caso da Sr.<sup>a</sup> Lírio, de 58, aparenta ter mais de 60 anos, que morava antes na cidade de Afrânio-PE, casada, com quatro filhos já adultos, que também trabalham na fruticultura irrigada, residente hoje no Núcleo 04 desde o ano de 1994, que viveu essa experiência de vindas e idas juntamente com sua família, até o momento que conheceu o proprietário do lote no qual ela, seu marido e os filhos residem hoje (Figura 24). Preferiram sair da sua terra e viver na terra dos outros como “moradores” tomando conta das culturas de uva e de acerola, morando no próprio lote, em uma casa semi-acabada de quatro cômodos, só no tijolo, sem reboco Desabafa a dona Lírio:

*Depois que vendi minha terrinha e vim morar aqui, graças a Deus o feijão não falta na mesa, planto batata, macaxeira, abóbora, crio minhas galinhas, tenho um porquinho na engorda... sei que a terra não é nossa, mas minha família toda trabalha no lote, fome não passamos mais.*



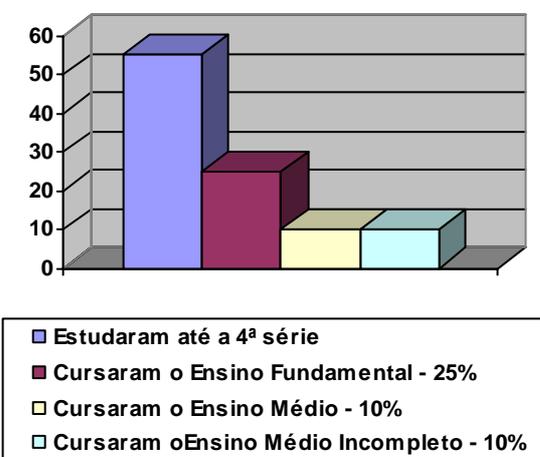
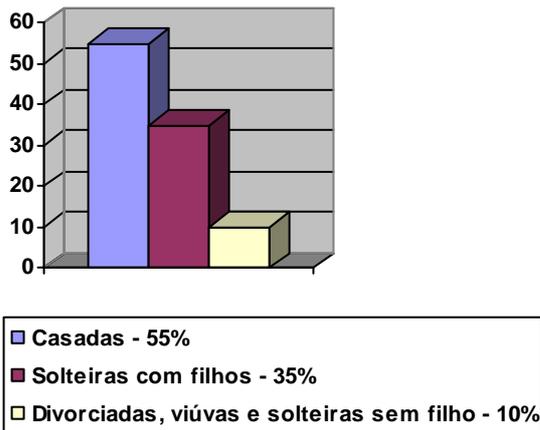
Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 24 – A família de dona Lírio reunida.

Das mulheres entrevistadas, 32% são casadas e 58% são solteiras com filhos, nos 10% restantes estão as divorciadas, viúvas e solteiras sem filhos, representando na grande maioria um nível de escolaridade muito baixo, como mostra a Figura 25.

Das entrevistadas, 16,7% disseram que levam os filhos pequenos para o trabalho; estas são as que trabalham em lotes, não sendo caracterizado como problema levar os filhos para o seu ambiente de trabalho, como foi constatado no lote do J.L.A., 51 anos de idade, onde se verificou a presença de crianças brincando no parreiral sem se dar conta das formigas, dos galhos secos, do sono insistente ou do desconforto da hora do almoço, na qual mãe e filhos agachados no meio do parreiral dividem o almoço frio. Como relata a senhora Margarida:

*Graças a Deus posso trabalhar aqui na uva, trago meus filhos, já que não tenho com quem deixar, aqui eles brincam e não me atrapalham em nada...sei que é temporário, mas Deus vai me mostrar outra rumo quando a colheita acabar.*



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 25 – Perfil das mulheres que trabalham na fruticultura da uva.

As demais entrevistadas deixam os filhos menores com o filho mais velho; na maioria das vezes esse também ainda é pequeno, mas é quem toma conta da labuta da casa e do almoço dos menores. Temos ainda aquelas que deixam os filhos com alguém da família – irmãs, tias ou avós – sempre recebendo uma ajuda de custo.

No que se refere à locomoção, 43% delas disseram que vão de ônibus ou de carro para trabalho; 67% vão ao pé ou de bicicleta. Os dados desta pesquisa nos permitem depreender que os trabalhadores que vão de ônibus e de carro para

o trabalho são aqueles que trabalham em médias e em grandes empresas, já as que vão a pé ou de bicicleta, trabalham, geralmente, em lotes de colonos.

De acordo com os dados coletados junto aos empresários e colonos, apenas as grandes empresas oferecem água potável aos seus trabalhadores e atendimento médico, em casos de acidentes.

Conforme já constatado por Bruschini (1990), a mulher que ingressa no trabalho assalariado passa a assumir dupla tarefa, as desempenhadas no espaço público, assalariado, e as que já assumiam no âmbito privado, com a família, tornando exaustiva a sua rotina, uma vez que é dela a responsabilidade da labuta da casa, do preparo do alimento e dos cuidados com os filhos, haja vista a ausência na divisão das tarefas domésticas, confirmada nesta pesquisa através do relato da senhora Rosa:

*É o meu filho de 11 anos quem limpa a casa, eu faço o almoço e lavo roupa à noite; o meu marido só trabalha na roça e não quer fazer nada em casa, pois ele diz que trabalho de casa ficou para a mulher e não para o homem.*

Em contrapartida, podemos observar diante do relato do K.S., de 28 anos, companheiro de uma das nossas entrevistadas, que essa visão de que o homem não pode participar ativamente da esfera doméstica já está sendo vista como “machistas”, conforme ele mesmo frisa:

*Também trabalho na roça, sei o quanto é cansativo, por isso é que quando chego em casa ajudo minha mulher no que precisar... Quem diz que lugar de homem não é ajudando a mulher em casa é porque tem é medo que os amigos achem que sua mulher agora porque está trabalhando fora vai mandar e desmandar... mas isso não tem nada a ver.*

Esta pesquisa nos permitiu confirmar que o trabalho da mulher, principalmente na agricultura, é quase sempre uma necessidade de garantia da renda familiar, como destaca Pinto, em sua tese de mestrado:

*... o trabalho da mulher, necessário à garantia da renda familiar, trata-se muito mais de uma imposição feita pela própria condição de vida do que por uma opção de vida (PINTO, 1995, p. 105).*

Assim, não podemos perder de vista que o trabalho feminino na fruticultura ainda é visto pelos homens como complementar à renda familiar e que esse trabalho não significa a substituição ou mesmo a diminuição dos

encargos da esfera doméstica. Ainda assim, 41,7% das entrevistadas confirmaram que pretendem permanecer na fruticultura da uva, pensando, particularmente, na importância que o trabalho assalariado implica na garantia e, ou, na melhora dos componentes da cesta básica. Para aquelas que não têm marido, o salário sazonal pode representar a única fonte de renda, mas ele é valorizado também como indicador de independência financeira da trabalhadora.

De acordo com depoimento das mulheres, elas são, quase sempre, inspecionadas por mulheres e declararam ter um relacionamento, em média, bom com as supervisoras. Esse bom relacionamento é sempre justificado por comparação, ou seja, quando a supervisão é feita por homens, estes impõem cobranças mais exaustivas e rigorosas fazendo com que o relacionamento se torne mais “pesado”.

Questionadas sobre os pontos positivos e negativos do seu trabalho, as entrevistadas responderam que os aspectos positivos são o recebimento de pagamento em dia e a independência econômica que ele propicia; como negativo, destaque para 16,7% que reclamaram da falta de transporte, 41,7% da exposição ao sol o dia inteiro, além de dores nas costas pelo excesso de tempo com os braços para cima e 22% que enfatizaram os conflitos com o companheiro, gerados por ciúmes dos supervisores ou colegas de trabalho.

Não foi encontrada nenhuma mulher grávida entre as entrevistadas; os empresários e, ou, colonos entrevistados também afirmaram não haver nenhuma grávida na empresa, mas declararam que já tiveram.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 26 – Trabalhadora raleando uva, exposta ao sol.

## **CAPÍTULO 5**

### **A MULHER NA ESFERA DOMÉSTICA**

#### **5.1. O núcleo habitacional N-04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho**

O núcleo habitacional N-04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho foi criado há 20 anos, com objetivo de abrigar os colonos que trabalham nos lotes associados àquele núcleo. Com uma população de cerca de 600 habitantes, o N-04 fica a 20 km da cidade de Petrolina-PE, nas proximidades da BR 235 (Petrolina-PE/Remanso-BA).

O presidente da ASPIN (Associação de Produtores Irrigantes do Núcleo 04), Sr. J.M. da S., 38 anos, casado, colono, produtor de coco, acerola e goiaba, morador da vila, ressalta a falta de infra-estrutura do núcleo, pontuando como principais problemas a falta de saneamento básico, de água tratada e deficiências graves na área da educação e da saúde. Segundo o entrevistado, foi construída uma escola para 160 alunos, inicialmente para o ensino fundamental, mas atualmente há 1.300 alunos matriculados, comportando até o 2.º grau, sendo que a estrutura da escola nunca foi alvo de melhorias por parte dos órgãos públicos. Com esse número de alunos não há como “os profissionais da área desenvolverem o seu trabalho com qualidade e os alunos estudarem com prazer”,

afirmou ele, que reclamou ainda da falta de um transporte coletivo de boa qualidade.

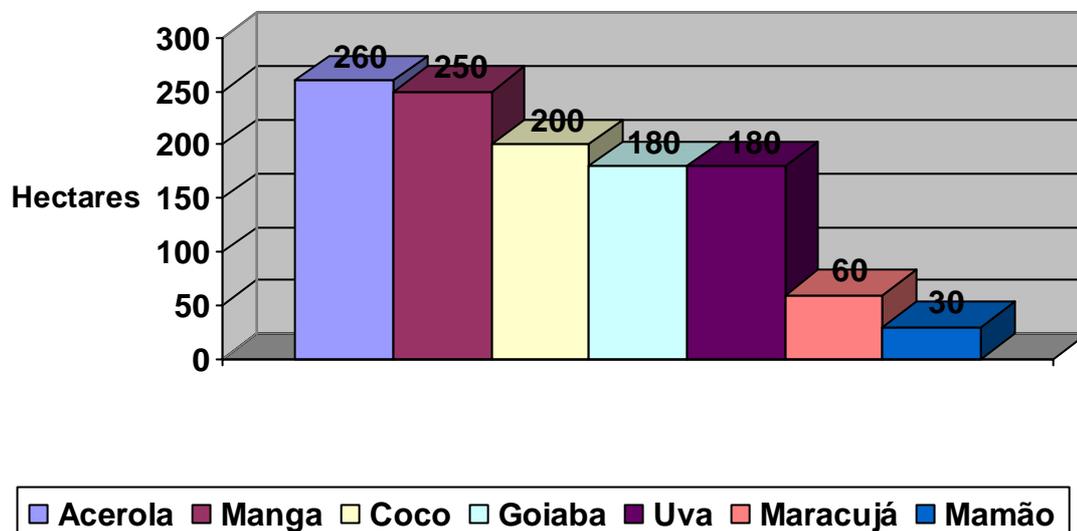
Ainda de acordo com esse representante comunitário, existe no N-04 um posto de saúde, mas há muita insatisfação quanto ao atendimento, com destaque para a insuficiência no atendimento odontológico. O Presidente da ASPIN relatou as dificuldades por que tem passado aquela comunidade, mas enfatizou algumas conquistas, como o apoio recebido pelo Sebrae que viabilizou o projeto da construção de um *packing-house* para a ASPIN, com recursos do Ministério da Tecnologia. Destacou ainda o apoio da Prefeitura Municipal de Petrolina na realização, nos dois últimos anos, das festas de São João, como também do Distrito de Irrigação e das igrejas. Existem três igrejas na comunidade, sendo uma católica e duas evangélicas.

Tratando-se de uma comunidade eminentemente agrícola, o apoio dispensado pelo Sebrae foi de grande relevância, uma vez que além de ajudar na aquisição do *packing-house*, a entidade ainda ministrou cursos de capacitação rural, o que ajudou a credenciar a ASPIN para celebrar parcerias com empresas como a AMACOCO Nordeste e a RUMO Agrícola Distribuidora de Insumos para a comercialização da produção dos associados, conforme relatos do entrevistado.

Os moradores do Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho são fundamentalmente trabalhadores na agricultura irrigada, especialmente na cultura da uva, como revelam os dados desta pesquisa. Aqueles que são produtores têm enfrentado grandes dificuldades de ordem financeira, como se não bastasse a oscilação do mercado que nem sempre oferece um bom preço na hora em que o produtor vai comercializar o seu produto; a comercialização é feita quase sempre a prazo, o que significa dificuldade para a maioria dos produtos daquela comunidade, que não dispõem de recursos financeiros que lhes permitam suportar esse prazo.

A ASPIN é uma das pioneiras em apoio aos pequenos produtores do Vale do São Francisco, com 9 anos de fundação, congregando 93 sócios que

cultivam coco, uva, goiaba, banana, acerola, maracujá, manga e mamão, como mostra a Figura 27.



Fonte: Dados fornecidos pela ASPIN. Pesquisa de campo (2005).

Figura 27 – Áreas cultivadas pelos associados da ASPIN.

O presidente da ASPIN comenta sobre a organização de compra e venda criada dentro da ASPIN, que tem como objetivo a comercialização da pequena produção dos associados.

*Uma das maiores dificuldades da associação hoje é o crédito para a comercialização das nossas frutas com as empresas porque os pagamentos não são efetuados na data certa e por essa causa muita desistência dos próprios sócios, por não ter condições de vender a prazo, porque todos se encontram com dificuldades financeiras (vice-presidente da Associação de Moradores).*

A entrevista com o vice-presidente da Associação revelou o outro lado da fruticultura irrigada na região, referente à situação dos pequenos produtores. Ao contrário do modelo empresarial que utiliza tecnologia sofisticada, capta altos investimentos e escoar a produção através de um modelo agro-exportador que criou uma infra-estrutura eficiente, os pequenos agricultores e os colonos têm dificuldades de atender as exigências de qualidade do mercado externo, tem baixo índice de tecnologia e enfrentam graves dificuldades financeiras,

comprometendo o investimento. Resultado desse quadro é que a Associação também acaba não dispondo de recursos que revertam para uma intervenção no sentido de melhorar a qualidade de vida dos moradores do núcleo; isso, somado ao descaso dos poderes públicos, resulta no comprometimento dos direitos aos serviços básicos de saneamento, educação, saúde, transporte e segurança, funcionando como fatores de exclusão social da população como um todo. Nesse sentido, nota-se que a Associação focaliza sua atuação na melhoria dos índices de produção dos pequenos fruticultores, entendendo que os avanços na esfera econômica reverterão, no futuro, em maior prosperidade para a vida social dos colonos.

## **5.2. Origem das famílias**

Bloch, em seu trabalho de pesquisa, “As Frutas Amargas do Velho Chico”, publicado em 1996, já afirmou que o grande contingente de trabalhadores distribuídos no perímetro irrigado do Submédio São Francisco tem as mais diversas origens, entre as mais representativas estão as chegadas do interior de vários estados nordestinos, entre esses trabalhadores estão as famílias que abandonaram suas terras nas áreas de sequeiro, fugindo da seca atraídas pelo “milagre” da “Califórnia Brasileira”. Essa realidade se confirma através desta pesquisa que constatou no seu núcleo de pesquisa a existência de moradores das mais diversas origens.

Flor de Acássia, 50 anos, vendeu sua terra no município de Cabrobó-PE, fugindo da seca, veio para o Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, onde é dona de um lote, casada, quatro filhos que também trabalham no lote com suas famílias, desabafa.

*Antes de morar aqui a vida era muito sofrida, tinha que sair de casa para buscar água para o consumo. O meu fogão era a lenha, tinha que quebrar lenha, a vida antes de morar aqui era muito dura eu trabalhava na roça, quando chovia, depois que vim pra cá comecei a trabalhar na minha própria roça plantando acerola, goiaba e manga.  
Ainda trabalho no sol de rachar, mas tenho uma vida melhor com um pouco de dinheiro.*

Flor de Hortência, 48 anos do interior de Lagoa Grande-PE, mãe de três filhos que também trabalham hoje na agricultura irrigada foi uma das que migraram da seca em busca de uma chance de uma vida melhor na agricultura irrigada.

*Antes eu trabalhava no que aparecia, arrancando toco, fazendo carvão etc. Depois que cheguei aqui comecei a colher acerola, colher goiaba e fazer empreitada.  
A vida era muito sofrida e angustiada por não ter uma vida digna, mesmo como pobre.*

Das mulheres entrevistadas, constatou-se nesta pesquisa que 32% são hoje proprietárias das terras em que trabalham no N-04 do projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

### **5.3. Multiplicidade das atividades**

Atualmente, os moradores do N-04 procuram empregos em lotes, nas pequenas, médias e grandes empresas, sendo no próprio núcleo de estudo ou em fazendas próximas. Esses empregos são novas oportunidades de trabalho; no entanto, os moradores estão sujeitos às necessidades dos administradores desses locais que, em determinadas épocas do ano, contratam por determinados meses maior número de mão-de-obra, principalmente no período de safras. Isso origina insegurança quanto à garantia de uma renda regular para as famílias:

*Eu trabalho na Fazenda Dam, negócio de uva e manga, só essas coisas aí... A minha função lá é trabalhá com a enxada, depois saí com estrovenga. Roçando mato, mas é por empreita (C.U.S., que trabalha em uma fazenda no Núcleo 04).*

A população do Núcleo 04 se desloca também constantemente à procura de serviço nas duas cidades, de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, em virtude de ambas se constituírem em importante eixo de ligação com as cidades circunvizinhas, com outras regiões do país e com o mundo, já que são pontos de apoio para o escoamento da produção agrícola, através de diferentes modalidades de transporte: rodoviário, hidroviário e aéreo.

A segunda razão é o forte envolvimento entre as populações das duas cidades, em virtude da dependência sociocultural e econômica de ambas, o que

foi impulsionado principalmente pela implantação de grandes Projetos de Irrigação.

Esses projetos deram origem ao surto do progresso experimentado pelas cidades desde a década de 60 e contribuem significativamente para o desenvolvimento de outros setores de sua economia como a implantação de agroindústrias, a expansão imobiliária, e a dinamização do comércio e do setor de serviços, como já descrevemos anteriormente.

A distribuição da população economicamente ativa (PEA) no Pólo Juazeiro/Petrolina apresenta-se da seguinte forma: 51,6% vivem da agricultura, 8,7% da indústria, e 39,95% do comércio e serviços (dados do Censo 2005 – IBGE), o que significa que embora se verifique um crescimento dos setores de transformação, a agricultura irrigada ainda é uma das principais fontes de renda e emprego na região.

De modo geral, o avanço da agricultura irrigada por ser interpretado como uma espécie de revolução agrícola regional que, modificando o valor da terra, a estrutura de classes, as dotações de capital e tecnologia e as relações de mercado, foi mais do que suficiente para alterar os modos de vida e de produção que antes predominavam na região. Como afirma Bloch (1996), agricultura irrigada trouxe mais benefícios para uns do que para outros.

Existe, no Núcleo 04, como já foi afirmado, uma busca por emprego assalariado nas grandes fazendas exportadoras. Bloch afirmou que esse processo é um exemplo dramático da “frequência pela exportação no meio da miséria”. Sobre tais relações o autor constatou que a idéia de que as exportações criam empregos e eliminam a fome é uma farsa, porque em nenhuma hipótese há como empregar os milhões de nordestinos, e seus salários são insuficientes para tirar qualquer um dos bóias-frias da miséria (BLOCH, 1996, p. 5).

Pela avaliação apresentada sobre os efeitos da transformação na agricultura e o estabelecimento do trabalho assalariado, Bloch conclui que a situação do Vale do São Francisco, em relação ao trabalho, demonstra a precariedade do emprego e a demanda de uma mão de obra submetida a determinadas imposições que comprometem a própria sobrevivência. São

diversos os tipos de trabalhadores da área rural e isso oferece, segundo Bloch (1996, p. 47) uma boa idéia da complexidade da situação gerada pelas mudanças dos últimos 20 anos.

São mudanças no campo e no próprio modo de vida. A participação da mulher rural no trabalho remunerado em áreas de irrigação também se fez acompanhar de uma série de variações que afetam a vida dessa trabalhadora, que passam, por exemplo, pela ampliação da jornada de trabalho; monetarização do seu trabalho; fraca conscientização dos seus direitos na esfera pública e privada; exploração no desenvolvimento das atividades agrícolas por meio da especialização do trabalho; comprometimento da saúde e da participação política (BLOCH, 1996, p. 59).

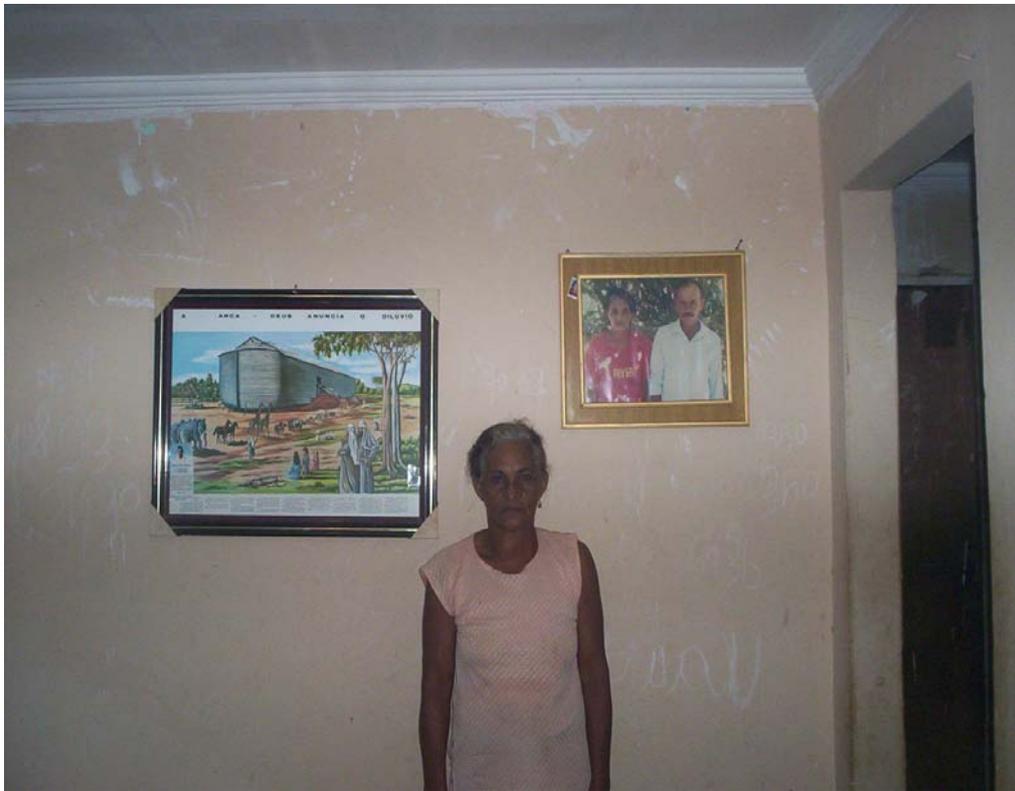
#### **5.4. A vida comunitária**

Para melhor conhecer a rotina e as atividades domésticas das mulheres que trabalham na fruticultura irrigada e que moram no núcleo residencial N-04, a realização dessa pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro de 2005 a janeiro de 2006, sempre em visitas aos lotes dos proprietários de uva e também na própria vila, onde essa pesquisadora conviveu durante alguns dias em tempo integral naquela comunidade, vivenciando, assim, o dia-a-dia daquelas mulheres.

As pessoas que moram na vila do Núcleo 04 consideram-na um lugar bom para se morar, pois as relações familiares e produtivas se baseiam na sociabilidade, principalmente em relação ao trabalho. As mulheres se dividem com o trabalho doméstico de cuidar dos filhos e as atividades destinadas a elas na agricultura irrigada. Além de mães, esposas, funcionárias da escola, do posto saúde, existem outras formas paralelas de participação das mulheres do lugar, como o grupo que faz parte da igreja católica, onde promovem rifas e festas para arrecadar fundos para as famílias carentes da vila. São essas formas que fortalecem o sentimento de pertença ao grupo e demarca as suas identidades.

As casas dos moradores são simples, pequenas, o chão de algumas não tem piso. No interior dos lares o que mais chama atenção são os detalhes da

decoreção que marcam a singularidade de seus proprietários, como mostra a Figura 28.



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 28 – A simplicidade do interior das casas.

Quase em toda casa que foi visitada, observou-se uma profusão de objetos pessoais espalhados pelas paredes, como fotos dos familiares em ocasiões festivas, quadro com imagens de santos, fotos de familiares vivos ou já falecidos. Há ainda alguns arranjos na sala, flores de plástico, aparelho de TV e, ou, som, completam a caracterização do ambiente familiar, marcado pelo entrelaçamento do passado com o presente como mostra a Figura 29.



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 29 – Decoração das casas que marcam a singularidade dos seus proprietários.

A genealogia que as fotografias exibem pelas paredes atesta a origem da família e sua permanência no tempo, tornando-se sagrada também, quando colocada entremeando a galeria de quadros dos santos. Os objetos, principalmente os aparelhos elétricos, atestam o grau de melhoria econômica da família, conferindo status.

Nas noites de sábado e domingo, os homens e algumas mulheres costumam ficar nos barzinhos da própria vila, em conversa animada sobre o trabalho, a vida, as chuvas, os últimos acontecimentos. Como eles mesmos descrevem, entre uma cachaça e outra vão esquecendo os problemas, as desigualdades sociais e também a falta de outras formas de lazer (Figura 30).



Fonte: Pesquisa de campo (2005).

Figura 30 – Os moradores à noite nos bares.

É também comum encontrar a criançada durante o dia brincando nas ruas, jogando futebol e tomando banho nos canais. Observou-se através de relatos de algumas mães que trabalham raleando uva, o desabafo sobre a morte de crianças nesses canais,

*a prefeitura, a CODEVASF... Não sei mais quem... mas deveriam se preocupar com o perigo que o canal representa, já que não tem nenhum tipo cerca ou algo parecido que pudesse evitar que nossas crianças vão pra lá... já que estamos raleando uva, não temos como evitar a ida deles pra lá (Flor de Acássia) (Figura 31).*



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 31 – Meninos arriscando a própria vida nos canais.

Apesar de a quase totalidade das mulheres entrevistadas ter respondido que a vida naquela comunidade é boa e tranqüila, algumas fizeram ressalvas no que se refere à segurança, opiniões que se coadunam com as do presidente da ASPIN do Núcleo 04, que reclama da falta de segurança e de opções de lazer. Como podemos verificar nas suas falas:

Flor de Crisântemo, 50 anos, assim define:

*A vida é regular, pois não temos segurança nem diversão, quem tem dinheiro pode ir até a cidade e se divertir, mas quem não tem se contenta com os butecos aqui mesmo.*

“Girassol” fez o seguinte comentário:

*A vida aqui na comunidade é legal, porque meus vizinhos são ótimos, não tenho o que dizer; tem escola; a coisa que falta é um posto policial, já tivemos casos de brigas, assaltos e até mortes, se tivesse um posto policial poderia ter evitado.*

### **5.5. As atividades domésticas das mulheres no Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho**

Mesmo a Carta Magna do nosso País estabelecendo que homens e mulheres sejam iguais em direitos e obrigações (artigo 5.º, I, CF 88), até hoje, na esfera doméstica isso não se aplica, principalmente no meio rural. Conforme destaca Noronha (1985), a jornada de trabalho da mulher rural é longa, tendo como deveres o trabalho na casa e na agricultura, e ainda a educação e a saúde da família. Mas elas ressentem-se dessa dupla jornada e da falta de apoio ao trabalho doméstico por parte do companheiro/esposo, conforme aponta a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, citado por Venturi et al. (2004). Esta pesquisa mostra que as mulheres rurais, mais que as urbanas, mantêm o ideal de separação dos papéis feminino e masculino dentro da família – homem provedor, mulher do lar –, apesar do crescente desmentido dessa realidade ao longo do tempo, tanto pelas condições de sustentação das famílias como pelas escolhas das pessoas (SILIPRANDI, citado por VENTURI et al., 2004).

Segundo dados da Secretaria Nacional de Mulheres no Brasil de 2003 (PSTU), 32,8 milhões de mulheres representam 41,4% da PEA (População Economicamente Ativa), sendo que 17% delas são empregadas domésticas; 16% estão no setor público; 17% na agricultura; 57% no setor de serviços e apenas 9% na indústria. Mesmo as mulheres inseridas nos setores industriais estão localizadas nos postos de trabalho de maior exposição às doenças.

Para Bruschini e Rosemberg (1982), esse preconceito se deve a conceitos construídos socialmente ao longo de séculos, através da religião, das leis – se bem que a constituição de 1988 procurou desfazer isso, pelo menos no tocante às leis – da escola e da família, onde, cotidianamente, a própria mulher reproduz a superioridade masculina através da educação familiar ou informal.

A submissão das mulheres à dupla tarefa, principalmente da mulher rural, ocorre por ela não ter conquistado a equidade de gênero na esfera privado-doméstica, ou seja, a participação da força masculina nas tarefas de casa e, mesmo assumindo uma carga de trabalho do espaço pública semelhante ou mais

exaustiva do que a do trabalhador masculino; no âmbito privado a ela cabe a responsabilidade da labuta de casa, do preparo do alimento, do cuidado dos filhos e sua educação informal, do cuidado dos mais velhos, da saúde dos familiares e, evidentemente, da reprodução biológica e física da força de trabalho (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Ainda em conformidade com os dados do PSTU 2003, retifica-se que é no terreno da sexualidade humana em geral e da parcela feminina em particular, que o capitalismo exerce alguns dos mais perversos mecanismos de opressão.

*A superioridade dos indivíduos de sexo masculino; a função meramente reprodutora do sexo; a obrigação feminina de ter filhos; a família dirigida por homens; a propensão 'natural' das mulheres para o trabalho doméstico; a incompatibilidade entre o trabalho feminino e a maternidade... esse pensamento é componente de uma mesma ideologia, que serve, por sua vez, aos interesses do sistema capitalista de reproduzir gratuitamente sua mão-de-obra e superexplorar a metade tida como "inferior" (dados do PSTU 2003 - Secretaria Nacional de Mulheres no Brasil).*

Em nosso convívio direto com as mulheres entrevistadas que trabalham na cultura da uva, foi possível fazer um acompanhamento das atividades domésticas no dia-a-dia destas mulheres, como mostra a Figura 32 na sua dupla jornada de trabalho. Constatamos que o cotidiano destas mulheres hoje não é muito diferente daquele relatado por Bruschini (1982) e por Noronha (1985).



Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 32 – A dupla jornada de trabalho.

Isto porque as mulheres donas de casa que trabalham na fruticultura da uva continuam sendo submetidas à dupla tarefa, a da agricultura e a doméstica. Ainda persiste nesse meio a concepção de que serviço doméstico é atividade de mulher e, para tentar se justificar, às vezes, os homens dizem que não ajudam porque não sabem fazer essas tarefas. A persistência de tal cultura fica patente nas palavras das mulheres e dos homens entrevistados.

*Eu arrumo a casa quando dá, faço a janta e faço o almoço do outro dia também de noite, meu marido não me ajuda em nada, ele só trabalha na roça ,diz que esse serviço não é coisa para homem (Flor de Laranjeira).*

*Não ajudo porque as tarefas de casa ficam para mulher fazer, não para os homens, ela vai trabalhar porque quer, eu não coloco o feijão na mesa? Então porque é que se mete agora a trabalhar... vai ter que agüentar agora... deixa os meninos jogados, e ainda por cima de tudo quer que eu tome de conta deles...eu já fico o dia todo na roça (JAC, casado, 25 anos).*

Mas entre os homens existem aqueles que entendem que devem ajudar nas tarefas domésticas, como se pode constatar nas palavras de G.S.A., solteiro, 20 anos, que mora com a mãe.

*Ajudo porque eu gosto de ajudar, sei que ela está fora porque precisamos e que quando voltar vai estar muito cansada devido ao trabalho do raleio, acho que é justo, não vou deixar de ser menos homem porque vou ajudar na casa, quero ver minha mãe vencer mais essa (G.S.A., solteiro, 20 anos, referindo-se à ajuda que dá para a sua mãe).*

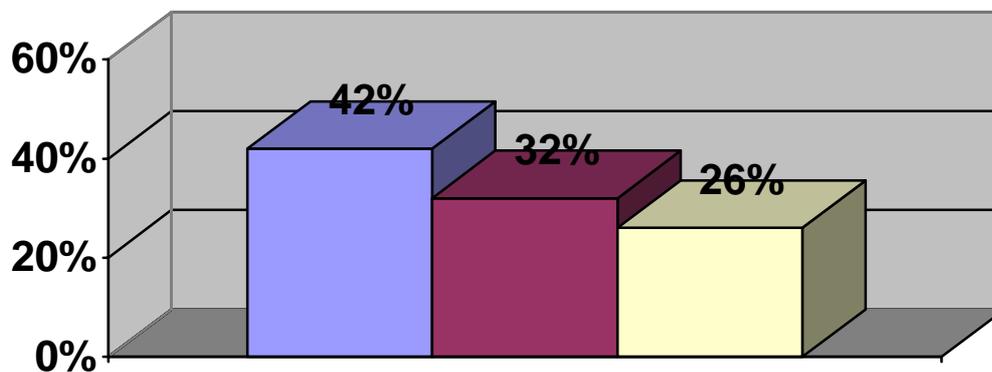
Apesar de depoimento como esse, o que se pode verificar é que mesmo quando o homem membro da família é esposo, filho ou irmão e se propõe a ajudar nas tarefas de casa, essa ajuda se restringe a algumas atividades, quase sempre secundárias, ou seja, é apenas uma ajuda, não dispensando a mulher da sua condição de responsável pela direção e execução de tais atividades. Fica sempre a cargo da mulher tarefas como cuidar da alimentação e, de um modo geral, da família.

Pôde-se constatar que o homem se reserva o direito de não ajudar nas tarefas de casa, justificando-se no fato de já ter tido um dia de trabalho exaustivo e que, por tal razão, se julga merecedor de descanso.

Esses dados revelaram que as trabalhadoras rurais gastam 20% a mais de tempo que os homens no trabalho. Além do trabalho na roça, elas trabalham em média seis horas por dia em casa; 80,9% das meninas de 10 anos acompanham os adultos na roça e em casa, mas detêm apenas 1% da produtividade em seu nome. No entanto, a sobrecarga e divisão de tarefas para estas mulheres não são levadas em conta pelos órgãos governamentais na criação e implementação de políticas públicas específicas.

Partindo-se desta conclusão, chega-se ao entendimento de que a vida da mulher rural que trabalha na fruticultura irrigada e que é responsável pelos cuidados da família é bastante cansativa (sacrificada, como elas dizem), tendo que se submeter à longa jornada de trabalho, sem direito de, mesmo estando cansada, deixar de cumprir as tarefas domésticas como o faz a maioria dos homens.

Constatou-se com os dados desta pesquisa que as tarefas domésticas na casa da mulher que trabalha na uva no N-04 do PISNC, são executadas por todos os membros familiares femininos, de acordo com a Figura 33.



- As tarefas domésticas são executadas por alguém da família: filha, irmã, cunhada ou sogra.
- As tarefas domésticas são executadas exclusivamente pela própria mulher.
- As tarefas domésticas são executadas parcialmente pela mulher, com ajuda de alguém da família: filho, esposo etc.

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Figura 33 – Distribuição das tarefas domésticas das mulheres no Núcleo 04.

## 5.6. Conflitos que o trabalho fora de casa trouxe para a mulher

O trabalho fora de casa, mais especificamente na fruticultura da uva, no Núcleo 04 do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, proporciona às mulheres maior poder de compra e, conseqüentemente, maior independência econômica, como mostram os dados desta pesquisa, mas é também causa de muitos conflitos que desgastam a vida conjugal de muitas mulheres inseridas nesse contexto. Das mulheres entrevistadas 26% disseram já ter vivido algum tipo de conflitos; porém, quando se chegou a esse questionamento percebemos certa preocupação por parte das mulheres de não quererem revelar se há ou não conflitos, seja por

medo dos seus companheiros, ou por vergonha, ou mesmo para protegê-los de possíveis denúncias da nossa parte. Mas com o tempo foi-se ganhando confiança ao demonstrar seriedade e sigilo quanto a nomes a serem revelados na pesquisa. “*Eu conheço mulheres que ao trabalhar fora de casa o marido briga porque fica muito tempo fora e por ciúme, tem marido que é ciumento*” (Dona Margarida).

Ainda sobre este aspecto registra-se o desabafo de uma das entrevistada que diz:

*Às vezes ele briga porque chego tarde, fica com preguiça de fazer as coisas em casa, fica me esperando par fazer o jantar; acha que eu tenho obrigação de fazer tudo sozinha; e também ele fica com ciúme achando que eu não estava no trabalho e aproveita para ir beber no bar, só pra chegar em casa e brigar comigo (Flor de Laranjeira, deixou passar nas entrelinhas que é agredida verbalmente e fisicamente na frente dos seus filhos pelo o seu marido).*

Ao serem abordadas sobre se sofrem algum tipo de agressão física, a maioria das mulheres desconversam. Elas dizem que os maridos, namorados ou companheiros não chegam a agredi-las, mas conhecem amigas que apanham de seus companheiros por causa de ciúme, evidenciando-se na maioria das vezes, pela riqueza dos detalhes relatados, que eram delas mesmas que estavam falando.

Em visita ao posto de saúde do núcleo, obtivemos maiores detalhes sobre as mulheres que sofrem agressões físicas, por parte dos seus companheiros. O Dr. Osmã, ginecologista, que atende todos os dias e conhece bem a realidade dessas mulheres, relata:

*Já atendi vários casos de mulheres espancadas por parte dos seus maridos, inclusive a agressão não só chega para essas mulheres, os filhos também são espancados... Elas não querem fazer denúncias por medo do marido... O que percebi é que a maioria das brigas é por ciúmes... Tive uma paciente agredida que relatou que quis na época denunciar, mas a sua própria mãe a fez desistir, dizendo que isso não dava em nada (Dr. Osmã).*

Quando questionadas sobre se haviam denunciado a agressão na delegacia da mulher, desse percentual todas foram unânimes em dizer que não sabiam da existência dessa delegacia em Petrolina, mas, mesmo se soubessem, não delatariam os seus companheiros, realidade essa que não se restringe só ao N-4, como mostra os dados do PSTU.

*Só para se ter uma idéia entre 1995 e 2000 dos 1.050 boletins de ocorrência registrados em Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher, em 22*

*estados brasileiros, apenas 394 viraram processos judiciais... Sendo que as vítimas de agressão física e abuso sexual são sujeitas a tratamento vexatório pelas próprias Delegacias especializadas a atendimento a essas mulheres e pela justiça, o que faz com que apenas uma, entre dez mulheres vitimas desse tipo de agressão, leve a denúncia à polícia (PUC).*

Esta pesquisa revela que os aborrecimentos de que são vítimas as mulheres, são na sua grande maioria, motivados por ciúmes do cônjuge, que faz, entre outras acusações, a de que o principal interesse de trabalhar fora é por causa das fofocas e de querer se ver livre dos afazeres de casa e do cuidado com os filhos, como revela MLO, casado, 35 anos, ensino médio.

*Passo o dia todo no sol escaldante para ajudar a botar o feijão no prato dos meus filhos... quando chego em casa vem o meu marido achando que eu estava era fofocando, matando o meu tempo só para não voltar para casa... como se eu não gostasse dos meus filhos.*

O preconceito em relação à mulher que trabalha fora de casa, na agricultura, é marcante entre os homens, segundo revela a pesquisa, através das palavras dos homens que foram entrevistados, sendo que 50% deles acreditam ser um problema a mulher trabalhar fora.

*Acho ruim a, mulher trabalhar fora, lugar de mulher é em casa tomando conta da casa e dos filhos. Acho que ela devia ficar em casa, nunca morreu de fome, o feijão sempre botei na mesa. E esse bando de homem de hoje em dia não tem mais respeito por ninguém, não respeitam nem a mãe, quanto mais a mulher dos outros (JF, 45 anos).*

Para L.S., 24 anos,

*“os homens têm muito preconceito em relação à mulher que trabalha fora e acham que a mulher ‘vai colocar ponta no marido’ e que vai querer cantar de galo”.*

Pode-se observar também que há muitos conflitos envolvendo a mulher do Núcleo 04 no tocante à educação dos filhos adolescentes, a cobrança por parte destes, dos maridos, da família e da própria comunidade é muito grande. Cerca de 23% relataram que já tiveram problemas com seus filhos e filhas adolescentes, podendo ser citado entre outros, abuso sexual, tráfico e uso de entorpecentes.

De acordo com os dados da Secretaria Nacional de Mulher 2003, referente ao abuso sexual, essa realidade também não é só nossa, como se pode observar:

*Mas, além disso, são mulheres, lidando desde pequenas com o machismo, seja em casa ou na escola. São elas, as principais vítimas da violência doméstica e sexual. Estão sujeitas a pais, padrinhos, tios, vizinhos, colegas, sendo precoce e violentamente introduzidas à iniciação sexual.*

Assim, o que se pôde constatar após a realização das entrevistas é que embora a mulher considere positiva a sua inclusão no mundo do trabalho e do salário, os homens menosprezam a melhoria econômica que isso pode representar para a família e tentam anular esse argumento culpabilizando a mulher pelo desleixo com o cuidado doméstico, especialmente com a educação dos filhos. Dessa forma, o argumento econômico é desqualificado, seja porque o homem considera que garante a sobrevivência familiar, seja porque considera que as “verdadeiras” intenções das mulheres são outras: fofocar, trair, passar o tempo, fugir das responsabilidades domésticas.

## **CAPÍTULO 6**

### **INCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DO TRABALHO SAZONAL: É POSSÍVEL?**

Para responder a este questionamento, fez-se necessário à realização de uma revisão da literatura pertinente ao tema da inclusão social que nos permitisse estabelecer critérios de avaliação daquilo que foi vivenciado durante a pesquisa desta tese de mestrado e que nos possibilitasse concluir se é possível a inclusão social das mulheres que trabalham na fruticultura irrigada levando-se em conta a sazonalidade.

O termo “inclusão social” quase nunca aparece sozinho, pois é formulado em relação ao termo “exclusão social”, demonstrando, dessa forma, a existência de uma relação intrínseca entre ambos na literatura.

O sociólogo José de Souza Martins defende que os fenômenos da exclusão e da inclusão social nasceram com a sociedade capitalista e são recorrentes ao longo da história da humanidade. Na Europa o problema da exclusão tem pelo menos 300 anos. Grande parte dos imigrantes italianos, espanhóis e de outras nacionalidades que vieram para o Brasil entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o fizeram porque eram camponeses expulsos de suas terras. A imensa maioria não veio rica para o Brasil, afirma Martins (1997).

Para esse sociólogo a inclusão social é uma consequência de uma anterior exclusão social. Durante o III Encontro CEIAL/CUM 1996, no painel sobre “o desafio da exclusão”, o autor afirmou que:

*A rigor quando vocês relatam dolorosas situações que chamam de exclusão, falam também de dolorosas situações de ajustamento econômico, social e político decorrentes da exclusão (...). Sem o saber, vocês afirmam que os problemas estão na inclusão (ou re-inclusão) e que, portanto, não há o que se poderia chamar de exclusão em si (...). Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e marginal (MARTINS, 1997).*

Sob a análise de Martins (1997), o discurso corrente sobre a exclusão é produto de um equívoco, de uma fetichização conceitual de exclusão, onde o termo é transformado em uma palavra mágica que explicaria tudo. Martins faz críticas a esse equívoco, afirmando que, rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e mesmo assim, nas nossas sociedades a exclusão completa não se dá apenas com a morte física, mas depois de uma lenta e complicada morte simbólica.

O autor lembra que no discurso católico nos últimos 30 anos, primeiro se utilizava o termo “pobre”, depois este foi substituído por “marginalizados” e finalmente, de uns anos para cá, se começou a falar de “excluídos”. Aparentemente, segundo Martins, essas designações dizem a mesma coisa. Em resumo, a palavra *exclusão* estaria desmistificando a palavra *pobre*.

Pela ótica da sociologia, defendida por Martins (1997), o fenômeno da exclusão e inclusão social é próprio do capitalismo, que tem a característica de desenraizar a todos, excluir para depois reincluir de outro modo, segundo suas próprias regras, seguindo sua própria lógica. Isso pode acontecer de diferentes modos, dolorosos ou não, declarados ou sutis.

O que provavelmente deu mais notoriedade a esse processo de exclusão é o tempo entre o momento em que se dá a exclusão e a inclusão. Antes esse período era mais curto, como, por exemplo, no caso dos camponeses que eram expulsos do campo mas logo eram absorvidos pela indústria. A exclusão não tinha tanta visibilidade porque eles eram excluídos e logo reincluídos em outro plano, num outro modo de viver, de pensar a vida e de trabalhar. Entretanto, nos

últimos anos o tempo que o trabalhador gasta na procura de trabalho passou a ser excessivamente longo e freqüentemente esse processo de busca tem implicado em degradação, como afirma Martins (1997). Ele ainda acrescenta que a sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser, de fato, reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico, daí a exclusão se tornar mais visível, perene e complexa.

Se partíssemos do pressuposto de que excluídos são, necessariamente, os pobres, teríamos que admitir que os incluídos seriam apenas os ricos. Todavia, à luz da sociologia isso não é correto.

A esse respeito, Margarida Belfiore Wanderley, citada por Sawaia et al. (2001), ressalta que pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno.

Para Serge Paugam (1999), em busca de uma definição mínima do que seria a exclusão social, pode-se dizer que se trata de “*um processo de acúmulo de perdas e desvantagens*”. Já para Luciano Oliveira, o surgimento dessa nova dicotomia – os incluídos em oposição aos excluídos – nega a perspectiva antidualista de inspiração marxista, praticamente hegemônica nas ciências sociais, o que para ele é um dilema. Para essa concepção é um disparate nos referirmos a “excluídos” quando esses mesmos indivíduos não se encontram fora, mas, antes, inseridos, embora precariamente no sistema econômico (OLIVEIRA, 1997).

Assim, a inclusão social desejável seria aquela que garantisse aos anteriormente excluídos, a dignidade e os direitos básicos da cidadania, mas essa reinclusão às vezes acontece de forma precária, quando não no plano econômico, mas sim no plano social. E, por vezes, causando deformações morais, como no caso citado por Martins (1997), das crianças que se prostituem em Fortaleza-CE:

... elas estão sendo inseridas “no mercado possível de uma sociedade excludente, mas o serviço que prestam compromete sua dignidade. É exatamente o caso dela [prostituição infantil] que revela o lado oculto ou que nós queremos ocultar dessa inclusão; elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente (MARTINS, 1997, p. 33-34).

Como se vê, não há que se falar em exclusão referindo-nos a pessoas que de certa forma estão incluídas, mesmo que precariamente. Vê-se, também, que a inclusão social apresenta várias nuances. Todavia, é bom que atentemos para o que diz o sociólogo francês Robert Castel, quando chama a atenção de que não se trata de proscrevermos totalmente o termo “exclusão”, mas sim de refletirmos sobre em quais condições o seu emprego é legítimo.

Castel (1997, p. 35-44) reconhece três subconjuntos de práticas de exclusão ao longo da história. O primeiro constitui a supressão completa de uma comunidade e o genocídio seria a sua forma última; o segundo resultaria na construção de espaços fechados e isolados dentro da própria comunidade: seriam os guetos, os leprosários, os asilos para loucos e as prisões para criminosos; e, finalmente o status especial atribuído a certas categorias da população para que possa coexistir na comunidade, com a privação, porém, de certos direitos e da participação em determinadas atividades; seria um outro subconjunto de práticas de exclusão e talvez a principal ameaça nos nossos dias, pois a discriminação positiva pode facilmente se tornar negativa, categorizando determinados grupos como cidadãos de segunda classe.

Mas Castel sugere que falemos em precarização, vulnerabilidade ou marginalização, em lugar de exclusão. Ele adverte que a situação de marginalização tem origem no processo de desligamento em relação ao trabalho e à inserção social. Para o autor esse processo de desligamento pode chegar a três formas de degradação que, agrupadas, dão origem a três zonas: zona de integração – trabalho estável e forte integração relacional –, zona de vulnerabilidade – trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais – e zona de desfiliação – ausência do trabalho e isolamento relacional (CASTEL, 1997a, p. 23).

Por esta ótica, Castel admite que consideremos coerente o uso do termo “exclusão” quando nos referimos a categorias da população que sofrem de um déficit de integração. Segundo o autor, tais processos de marginalização podem resultar em exclusão propriamente dita, ou seja, num processo explicitamente discriminatório (CASTEL, 1997b, p. 41).

Sarah Escorel também adverte que há cada vez mais o uso indevido da expressão “exclusão social” para designar toda e qualquer situação ou condição de carência social, dificuldade de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito. De acordo com Escorel (1999), quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba por não caracterizar fenômeno algum.

Esse pensamento vem se coadunar com as considerações de Robert Castel, quando este aconselha que se observem três cuidados quando da utilização do conceito de exclusão: em primeiro lugar, não chamar de exclusão qualquer disfunção social, mas distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que constituem, hoje, a questão social na sua globalidade. Em segundo, esforçar-se para que as medidas de discriminação positivas, que são sem dúvida indispensáveis, não se degradem em **status** de exceção. Finalmente, lembrar-se que a “luta contra a exclusão” é levada também, e, sobretudo, pelo modo preventivo, quer dizer, esforçando-se em intervir, sobretudo, em fatores de degradação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção e da distribuição das riquezas sociais (CASTEL, 1997b, p. 45-47).

A partir dessas abordagens podemos analisar a situação das mulheres que trabalham sazonalmente no raleio da uva no Núcleo 4 do Projeto de Irrigação senador Nilo Coelho procurando entender se o trabalho sazonal possibilita integralmente a inclusão social da trabalhadora ou se essa forma de trabalho impõe limites à inclusão.

Quando perguntamos às entrevistadas com o que elas, basicamente, gastam o seu salário, que é em média R\$ 300,00, obtivemos respostas como:

*Dou parte para o marido e a outra gasto com meus filhos e comigo (Girassol, 35 anos, “amigada”, 2 filhos de 11 e 13 anos, que só estudam).*

*Gasto com os meus filhos, com roupa, calçada, material escolar, comida, água, luz, tudo (Margarida, 28 anos, separada, 3 filhos de 8, 10 e 11 anos).*

*Com feira, roupa, calçado, material escolar, e compro umas besteirinhas para mim, quando sobra! (Flor de Laranjeira, 32 anos, casada, que trabalha em uma grande empresa, tem filhos de 8, 9 e 14 anos, que só estudam).*

Constatou-se nesta pesquisa que 65% das mulheres entrevistadas disseram, literalmente, que gastam parte do seu salário com alimentação; 15% citaram o material escolar para os seus filhos; 35% das entrevistadas foram mais evasivas, dando respostas como “gasto com minhas necessidades” ou ainda “gasto com as despesas de casa” e “pago minhas despesas”. Outros itens foram citados por elas como remédio, água, luz, aluguel.

Quando perguntamos se esse trabalho contribuiu para a sua realização pessoal e, ou, profissional ouvimos respostas como:

*Sim, me sinto mais melhor, mudou muita coisa, posso dar uma vida melhor para os meus, faço o que eu quero, não dependo de ninguém, nem do meu marido, graças a Deus eu trabalho (Flor de Laranjeira).*

*Sim, tanto pessoal como profissional, pois aprendi algo que não sabia e agora eu posso ter as coisas que eu desejava possuir e agora eu consigo (JMS, 28 anos, solteira, 3 filhos).*

*Sim, porque trabalhando não necessito de ficar pedindo ao marido e consigo da melhores coisas para os meus filhos (Girassol).*

Através dessas entrevistas ficou claro que o trabalho assalariado resulta em inclusão no mercado de consumo seja através de bens adquiridos para a trabalhadora e seus filhos, seja através do pagamento de contas que também indicam o acesso ao consumo de serviços. Mais importante, no entanto, foi à ênfase dada à independência em relação aos maridos; mesmo que eles não admitam a contribuição que o salário da mulher representa por que ainda afirmam garantir o “básico” em casa, o que se nota é que as trabalhadoras compartilham as despesas inclusive com a alimentação, desmistificando a concepção de que elas ganham para o gasto com supérfluos e de que “o feijão” é o homem quem garante.

Nota-se, também, que a satisfação propiciada pelo trabalho assalariado está mais intimamente ligada a fatores econômicos e pessoais (acesso a mercado de consumo e independência financeira do marido) do que os aspectos de realização profissional.

Vale lembrar que as tarefas femininas na fruticultura irrigada exigem apenas a delicadeza das mãos da mulher e responsabilidade, sendo a primeira

característica representada como “natural” e a segunda como indicativa de dons pessoais. Dentro dessa concepção, entende-se porque as iniciativas de capacitação profissional da mão de obra feminina são raras ou mesmo inexistentes.

Apesar do aparente esforço dos governantes para a implementação de políticas públicas de inclusão social das famílias em situação de carência e dos incentivos através de programas visando a permanência das crianças e adolescentes nas salas de aula, apenas 20% das mulheres entrevistadas disseram receber algum tipo de benefício como bolsa-escola, vale-gás ou bolsa-família.

Do total de mulheres entrevistadas 40% disseram que o trabalho na fruticultura da uva lhes proporcionou algum tipo de benefício social como FGTS, PIS, INSS, férias e décimo terceiro salário, proporcionais aos meses trabalhados durante o ano:

*“Recebo hoje depois que assinaram a minha carteira, férias, décimo terceiro, já abri ficha em loja que antes não tinha (Flor de Laranjeira).*

Quanto à inserção dessas trabalhadoras em associações e sindicatos, os dados desta pesquisa nos mostra que 70% das mulheres entrevistadas são sindicalizadas, apesar de algumas delas não saberem exatamente para que serve o sindicato; sabem apenas que em todos os meses é descontado um valor no seu pagamento, conforme declara Flor de Laranjeira, quando indagada se depois que começou a trabalhar passou a fazer parte de alguma associação:

*Só do sindicato, mas não participo de nada não! E nem sei o que é que o sindicato faz mesmo, só sei que eles descontam dinheiro no final do mês.*

A fala dessa trabalhadora resume a opinião das demais entrevistadas, sendo o sindicato mencionado como “novidade” que surgiu para a mulher após a sua inserção na fruticultura, mas sendo representado como uma instituição amorfa que apenas garante determinados direitos trabalhistas. Como a atuação e a visibilidade do sindicato são fracas entre as trabalhadoras, a participação delas em políticas públicas e programas de capacitação também é incipiente, bem como é praticamente nula a sua participação política.

## 6.1. A inclusão social

Considerando-se que a maior demanda de mão-de-obra feminina na fruticultura da uva é o período da colheita, que compreende as janelas de abril-maio-junho e outubro-novembro-dezembro e, mesmo considerando-se que durante o período de cerca de 35 a 40 dias que antecedem essas janelas ocorre à fase do raleio que também demanda mão-de-obra, ainda haverá um intervalo de entressafra de aproximadamente de quatro meses em que essas trabalhadoras são dispensadas, sendo readmitidas na safra seguinte.

Assim, o que ocorre com essas trabalhadoras é um processo continuado de exclusão e reinclusão nessas atividades, sendo que elas entram e saem constantemente do trabalho assalariado, da esfera dos direitos sociais e do mercado de consumo. Isso confere uma instabilidade social e mesmo emocional à vida dessas mulheres, que não têm garantias de que estarão todas empregadas na próxima safra. Essa oscilação permite então uma inclusão social precária que situa a trabalhadora da fruticultura numa zona de vulnerabilidade, segundo a tipologia de Castel, na qual as alianças com o mundo do trabalho se tornam frágeis.

Porém, mesmo considerando que a absorção dessa mão-de-obra é esporádica e que a maioria dessas trabalhadoras assina apenas contratos temporários ao invés de terem a sua carteira de trabalho assinada e que ganham em média um salário mínimo mensal, elas estão, a partir do momento em que são recontratadas, reincluídas numa situação de trabalho e na esfera econômica.

Vale aqui relembrar as considerações de Martins (1997), quando ele analisa a discriminação e exploração das empregadas pelas “madames”:

*O que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade o contrário da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que “constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles (...) para os quais não há na sociedade senão lugares residuais. Tem sentido que vocês pensem assim, ainda que de um modo insuficiente, porque exclusão de fato, sociologicamente, não existe (MARTINS, 1997).*

Em um momento anterior, ainda neste capítulo, referimo-nos à inclusão social mostrando que ela pode ocorrer de forma desejável, possível ou precário e instável. Analisando as entrevistas com as trabalhadoras da fruticultura da uva podemos concluir que a sazonalidade das atividades implica em uma inclusão precária e instável, intercalada com fases de exclusão, nos quais as mulheres ficam destituídas dos direitos trabalhistas e da participação no consumo, o que pode resultar em momentos de insegurança alimentar da família e no surgimento e, ou, acirramento dos conflitos domésticos.

Retomando as palavras de Paugam (1999), devemos relativizar o fato de que o emprego puro e simplesmente não representa a inclusão social, mas sim que ele é apenas um dos elementos que podem compor um processo mais amplo de inclusão desejável e estável, onde seriam atendidas as demandas sociais, culturais, políticas e educacionais. O que se nota nesta pesquisa é que, ao menos até o presente momento, a inclusão está se processando apenas na esfera econômica, fato que é festejado pelas mulheres.

É inegável que o trabalho sazonal proporciona um maior poder de compra, e, isso por si só já representa uma situação de inclusão social, cujos benefícios são também estendidos à família. Como afirma Martins (1997), algumas pessoas “*estão no mercado possível*”, embora esta inserção não represente avanços na esfera da cidadania, entendida de forma mais ampla.

Ficou claro que o tipo de inclusão que o trabalho sazonal proporciona é precário e instável, ocorrendo para as mulheres apenas no âmbito econômico; porém, para os seus filhos a inclusão ocorre também no âmbito da educação, já que as mulheres entrevistadas garantem parte do seu salário para a manutenção de seus filhos na escola comprando, por exemplo, uniforme e material escolar, além da bolsa escola que algumas recebem do governo federal. Quanto a elas, a inserção no mercado de trabalho não resultou em melhorias no nível de escolaridade, no acesso a programas de capacitação profissional e na participação em projetos de educação informal. Exemplo disso é que no treinamento oferecido pela ASPIN em convênio com o SEBRAE, apenas duas mulheres proprietárias de lotes participaram do evento.

Quanto à concepção que as mulheres elaboram de sua própria trajetória até à entrada no mercado de trabalho assalariado verificou-se que a avaliação é sempre positiva por que o salta a seus olhos é a maior possibilidade de consumo, o que inclui principalmente os filhos, e a liberdade financeira diante dos homens da casa. Essa liberdade, no entanto, não foi conquistada sem retaliações, dada a constatação das agressões físicas que elas sofrem por parte dos maridos ou companheiros.

Apesar disso, a totalidade das entrevistadas confirmou que a vida melhorou e essa melhora está resumida na fala da senhora Girassol:

*Para mim, eu passei a ter um valor para mim mesma, eu ocupei o meu tempo, porque não preciso mais chegar a ter que pedir dinheiro para comprar o que necessito.*

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição da mulher tem sido fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades humanas, desde a reprodução biológica, as atividades produtivas como a agricultura e a domesticação de animais, a organização da família, do trabalho, da vida cultural e educacional.

Mas ao longo do tempo, a mulher foi sendo construída como alvo de um processo de exclusão e de diminuição de seu papel social. Isso foi fruto de uma sociedade patriarcal que forjou a herança do autoritarismo e do poder centralizado, resultando em violência, preconceito, ditadura e discriminação como componentes das relações sociais cotidianas. Por razões históricas relacionadas ao nosso processo de colonização, o Brasil ainda conserva alguns rincões de patriarcalismo, sendo a região nordeste apontada como exemplo típico dessa herança. Embora a nossa pesquisa tenha confirmado a existência de relações de gênero bastante assimétricas, deve-se ressaltar que elas são comuns na vida dos brasileiros e brasileiras, surgindo ora de forma escancarada, ora de forma subterrânea. A própria subestimação das pesquisas e dados referentes à violência doméstica, cujo rigor também varia regionalmente, continua tornando opaca a nossa visão sobre os meandros dessa violência contra as mulheres e suas características locais.

Nas entrevistas que realizamos com as trabalhadoras ficou evidente que elas anseiam por maior espaço e respeito não só no mundo familiar, mas também no trabalho, na política, na vida econômica, cultural e social. Desejam continuar sendo úteis, mas cidadãs, com acesso às políticas públicas, com a defesa contra a violência doméstica e com o combate aos preconceitos. Embora esses direitos apareçam em suas falas como um “sonho”, nota-se que o discurso das entrevistadas é permeado de revolta e conformismo, como se certas denúncias comprometessem a estabilidade – frágil – de suas vidas conjugais ou de suas relações no trabalho.

Vimos nesta pesquisa que, idealizado com o objetivo de desenvolver a agricultura irrigada no pólo Petrolina/Juazeiro, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho (PISNC) teve seus estudos iniciais realizados ainda em 1966, pela SUDENE em parceria com UNDP/FAO. Entretanto, os estudos iniciais previam uma área bem inferior aos 40.763 ha implantados em 1984. O projeto inicial foi refeito e a área inicialmente planejada, em razão da construção da barragem de Sobradinho-BA pôde ser ampliada em cerca de 40%. Apesar de a barragem ter sido construída com a finalidade de produzir energia elétrica, ela viabilizou o alcance de uma maior área de superfície agrícola útil. Resolveu ainda, a regularização da vazão do Rio São Francisco e o problema das enchentes que afligiam a população ribeirinha com as inundações provocadas com o aumento das chuvas durante o verão.

Considerada uma das mais importantes obras já construídas pela Codevasf, o PISNC mudou a realidade do pólo Petrolina/Juazeiro, que chegou a ser definido pela grande imprensa como a “Califórnia Brasileira”.

Mas a implantação do PISNC não trouxe apenas benefícios, pois muitos dos antigos ocupantes das terras que foram desapropriadas deixaram de ser donos e passaram a trabalhar, muitas vezes em condições precárias, como assalariados nas terras que antes foram suas.

A implantação do PISNC provocou um verdadeiro “boom” populacional nas cidades de Petrolina e Juazeiro, que possuíam cada uma cerca de 60 mil habitantes em 1970. Em 1996 as cidades alcançaram, respectivamente, cerca de

200 e 150 mil habitantes. Hoje, a cidade de Petrolina tem 250 mil habitantes. Essa grande explosão demográfica, resultado da imigração de trabalhadores oriundos das mais diversas regiões do interior de diversos estados do Nordeste, atraídos pelo “milagre da irrigação”, contribuiu para a precarização do trabalho na agricultura irrigada no Vale do São Francisco.

Apesar de ter sido idealizado com o objetivo de desenvolver as culturas de ciclo curto como, melão, melancia, cebola, feijão, tomate etc., a partir dos anos 80 e início da década de 90, por razões econômicas, essas atividades entram em crise e começaram a definharem.

Surgiu, então, como saída para a crise, a produção da fruticultura, com destaque para as culturas de uva e manga, representadas como a salvação dos produtores do Submédio São Francisco. Mas essa salvação não esteve ao alcance de todos os produtores, uma vez que o cultivo da uma fruticultura mais rentável, como a manga e a uva, requer investimentos financeiros e tecnológicos consideráveis. Isso provocou a exclusão dos pequenos produtores e a concentração da posse da terra. Tal exclusão se deu em decorrência de as políticas públicas de financiamento estarem voltadas para a agricultura irrigada na forma de grandes empreendimentos, já que somente estes dispunham da estrutura necessária para atender às exigências das instituições financiadoras e do modelo agro-exportador.

A implantação do PISNC foi para a cidade de Petrolina um divisor de águas para o seu desenvolvimento, alavancando também o setor de serviços.

Este trabalho nos permitiu ampliar a nossa visão sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho na agricultura nos últimos anos, onde, apesar do progresso, persistem os conflitos de gênero e as assimetrias nas relações do mundo do trabalho, pouco alteradas apesar do revestimento de modernidade construído em torno da fruticultura irrigada.

Apesar de a fruticultura ter surgido como alternativa para a crise que assolava a agricultura no Vale do São Francisco, persistiram e se aprofundaram os problemas como a precarização do trabalho, em decorrência da grande oferta de mão-de-obra.

Foi na cultura da uva, grande absorvedora da mão-de-obra feminina, que as mulheres conquistaram a preferência, em face da “habilidade” considerada “própria da mulher”. A fama de serem habilidosas garantiu a elas a preferência na hora de recrutar mão-de-obra. Todavia, não se garantiu a elas a respeitabilidade e a igualdade salarial, mesmo quando desempenham atividades semelhantes às desenvolvidas pelos homens. Os dados desta pesquisa mostram que a grande maioria dos postos de trabalho destinados às mulheres é temporária, principalmente a mão-de-obra contratada para a fase da colheita. Os postos de trabalho de caráter permanente são destinados, quase sempre, aos homens, numa demonstração nítida da desvalorização da mão-de-obra feminina, mesmo com o reconhecimento da sua especialidade no desempenho de algumas atividades nos campos da uva, consideradas fundamentais para que se tenha uma boa colheita, que são desempenhadas com maestria por essas trabalhadoras.

Notou-se, também, que as mulheres são menos amparadas pelas leis trabalhistas, tanto nos campos de cultivo da uva como no *packing-house*. Faltam equipamentos e roupas de proteção individual contra os efeitos dos agrotóxicos aplicados nos parreirais, falta assistência médica, não há creches nem refeitórios, o trabalho em ambos os ambientes é realizado de pé. Os resultados disso para a saúde ficaram evidentes nas entrevistas.

Constatou-se também que há uma grande omissão por parte do sindicato dos trabalhadores rurais que, ao que parece, tem somente a preocupação com o recebimento das contribuições pagas pelos trabalhadores, sem, contudo, lhes oferecer a contrapartida.

Sobre o objetivo principal desta tese, que é responder se o trabalho sazonal da cultura da uva, sobretudo, o trabalho no raleio, proporciona à mulher que desempenha essa atividade e à sua família maior inclusão social, entendemos que a sazonalidade alterna momentos de inclusão e exclusão econômica, tornando essa inclusão instável e precária. Pode-se dizer que o alto nível de desenvolvimento alcançado em termos tecnológicos e econômicos na região não redundou em modernização das relações de trabalho e nem na distribuição mais equitativa das riquezas e dos benefícios sociais. O lado mais perverso dessa

modernização foi constatado na situação de atraso e precariedade financeira em que vivem os pequenos fruticultores.

O próprio Núcleo 04, onde residem às trabalhadoras entrevistadas, também denuncia a falta de investimentos privados e o vazio institucional dos poderes públicos, comprometendo os direitos básicos da população. Isso colabora na construção de um quadro de marginalidade, reforçando a constatação de que a inclusão social propiciada pela fruticultura irrigada tem sido, para os trabalhadores, precária e duvidosa.

Já para a mulher que trabalha na fruticultura, especificamente no raleio da uva, ficou claro que ela está num contexto de inclusão social, mesmo que receba salário modesto e enfrente condições adversas, dentro e fora do âmbito do trabalho. Além de não ser alvo de programas de políticas públicas específicas, a mulher tem enfrentado a violência doméstica e a ambigüidade das representações que a própria família constrói sobre seu trabalho, embora seja ela, a família, a destinatária de grande parte de seus rendimentos.

Apesar de todos esses conflitos, as mulheres se declararam satisfeitas. Segundo elas, a vida já foi bem pior que isso. Novidades trazidas pela fruticultura? Para elas foram duas: em primeiro lugar o salário, que lhes abriu as portas do mundo do consumo e concretizou a independência financeira do marido; em segundo lugar, o aumento da violência dos homens da casa, que desqualificam a intencionalidade do trabalho feminino e rejeitam essa liberdade.

Assim, a fruticultura trouxe ganhos, mas também muitos conflitos. Os trabalhadores e as trabalhadoras do pólo de irrigação ainda estão longe de direitos básicos como lazer, assistência médica, moradia e educação de boa qualidade. Para as mulheres o percurso parece ainda mais longo.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, A.C. **Ilha do Massangano**: dimensões do modo de vida de um povo; a (re)construção do modo de vida e as representações sociais da Ilha do Massangano no Vale do São Francisco. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

BLOCH, D. **As frutas amargas do velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo: Oxfam, 1996.

BRUMER, A. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.

BRUSCHINI, M.C.; ROSEMBERG, A. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Cadernos CRH**, n. 26/27, p. 19-40, 1997a.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO/HIDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO – CODEVASF/HEP. **Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho**. 1986. v. 1.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO. **Dados da fruticultura**. Petrolina, 2004.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**: versão preliminar. 1989. (Mimeogr.).

MARTINS, J.S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MASCARENHAS, O. Para enfrentar la orientación pro masculina al fijar las prioridades de la investigación. **Ceres**, v. 18, n. 28-32, 1985.

NORONHA, O.M. **De camponesa a “madame”**. Belo Horizonte: Loyola, 1985.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, p. 49-61, fev. 1997.

PAUGUM, S. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugum. São Paulo: EDUC, 1999.

PINTO, N.M.A. **Estudo da qualidade de vida das famílias num contexto sócio-econômico modificado a partir da implementação de programas de irrigação**: o caso do município de Pinheiros-ES. 1995. 130 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

PRESVELOU, A. et al. (Orgs). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996. 152 p.

SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SILIPRNADI, E. **A mulher brasileira nos espaços e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, M.A.M. **Ernesto do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, P.G. **Articulação dos interesses públicos privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas. 2001. 241 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, PB.

SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil**. Brasília, 1992.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO N.º 01 PARA COLETA DE DADOS JUNTO ÀS MULHERES QUE TRABALHAM NA FRUTICULTURA IRRIGADA NO RALEIO DA UVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

É dona da terra? Sim ( ) Não ( ) Ou se era?

1) Qual sua idade?

2) Qual o seu grau instrução?

3) Qual o seu estado civil?

( ) Casada ( ) Solteira ( ) Viúva ( ) Outro

4) Tem filhos?

( ) Sim ( ) Não

- 5) Se sim, quantos? \_\_\_\_\_ Qual o sexo? \_\_\_\_\_ Qual a idade? \_\_\_\_\_
- 6) Se sim, algum trabalha na fruticultura irrigada?  
\_\_\_\_\_
- 7) Há quanto tempo trabalha raleando uva?  
\_\_\_\_\_
- 8) Por que você escolheu esse tipo de atividade?  
\_\_\_\_\_
- 9) Você gosta desse tipo de atividade?  
 Sim  Não  
Comente: \_\_\_\_\_
- 10) Antes você trabalhava em quê?  
\_\_\_\_\_
- 11) Qual é a sua renda mensal no trabalho assalariado?  
\_\_\_\_\_
- 12) Sua vida está melhor ou pior após sua inserção nesse trabalho? O que mudou?  
 Melhor  Pior  
Comente: \_\_\_\_\_
- 13) Basicamente, com que você gasta o seu salário?  
\_\_\_\_\_
- 14) Esse trabalho contribui para a sua realização pessoal e, ou, profissional? Se sim, de que forma?  
\_\_\_\_\_
- 15) Quanto tempo você passa fora de casa, no trabalho?  
\_\_\_\_\_
- 16) Quando vai ao trabalho, com quem fica(m) o(s) filho(s)?  
\_\_\_\_\_
- 17) O seu trabalho fora traz algum tipo aborrecimento e, ou, desgaste para o seu relacionamento com o seu marido ou companheiro? Ele faz algum tipo de observação acerca do seu trabalho?  
Sim  Não   
Comente: \_\_\_\_\_

- 18) Em sua opinião, que tipos de preconceito as mulheres sofrem na atividade da fruticultura?  
\_\_\_\_\_
- 19) Depois que começou a trabalhar você passou a fazer parte de alguma associação? (sindicato, grupo de mulheres, associações comunitárias, grupos religiosos ou outros).  
Sim ( ) Não ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_
- 20) Depois que começou a trabalhar que tipos de benefícios sociais você passou a receber?  
\_\_\_\_\_
- 21) Depois que começou a trabalhar você aumentou seu nível de escolaridade ou participou de cursos de capacitação?  
Sim ( ) Não ( )
- 22) Usam algum tipo de roupa e instrumentos de proteção para esse tipo de trabalho?  
Sim ( ) Não ( )
- 23) São inspecionadas por quem? E como é a sua relação com a sua chefia?  
( ) Fiscal da área ( ) O dono do lote ( ) Outros  
Comente: \_\_\_\_\_
- 24) Levam seus filhos pequenos para o trabalho? Por quê?  
Sim ( ) Não ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_
- 25) Já teve algum problema com o agrotóxico que foi usado aqui na empresa?  
Sim ( ) Não ( )
- 26) Quais os pontos positivos no seu trabalho?  
\_\_\_\_\_
- 27) Quais os pontos negativos no seu trabalho?  
\_\_\_\_\_
- 28) Já receberam algum tipo de treinamento?  
Sim ( ) Não ( )
- 29) Pretendem continuar nesse trabalho?  
Sim ( ) Não ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_

30) Já precisou se ausentar do trabalho por conta de um filho doente, ou outro motivo que justificasse a sua ausência? E a empresa concedeu sem problema?

Sim ( ) Não ( )

Comente: \_\_\_\_\_

31) Como fazem para chegar e voltar do trabalho?

\_\_\_\_\_

32) Se você mora na vila, como é a vida na comunidade?

\_\_\_\_\_

33) Você acha que depois que trabalha na uva você tem um maior valor?

\_\_\_\_\_

34) Você depois que começou trabalhar na fruticultura, tem um maior poder de compra?

\_\_\_\_\_

35) Você tem todos os documentos?

Sim ( ) Não ( )

36) Quem mora com você?

\_\_\_\_\_

37) Quais os pontos positivos e negativos do seu trabalho?

\_\_\_\_\_

38) Quem executa as suas tarefas quando você está fora de casa?

\_\_\_\_\_

39) Você já desejou ou precisou recorrer a alguma forma de financiamento ou empréstimo?

\_\_\_\_\_

40) Em nome de quem está o lote?

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO N.º 02 PARA COLETA DE DADOS JUNTO AOS HOMENS DO NÚCLEO 04 DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

É dono da terra? Sim ( ) Não ( ) Ou se era?

1) Qual sua idade?

2) Qual o seu grau instrução?

3) Qual o seu estado civil?

( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro

4) Há alguém de sua família do sexo feminino que trabalha na fruticultura irrigada? Se sim, qual o grau parentesco?

\_\_\_\_\_

5) Como você encara essa iniciativa da mulher de trabalhar fora de casa, no raleio da uva?

\_\_\_\_\_

6) Você colabora nas tarefas de casa? Por quê?

---

7) Os homens têm preconceito em relação à mulher que trabalha fora de casa?

---

8) Na sua visão quais são os conflitos que gera quando a mulher sai de casa para o trabalho?

---

9) Na sua opinião o que vc acha sobre o trabalho da sua mulher?

---

10) Quais os pontos positivos e negativos do trabalho da sua mulher?

---

11) Você ajuda nas tarefas de casa? Por quê?

---

## APÊNDICE C

### QUESTIONÁRIO N.º 03 PARA COLETA DE DADOS JUNTO A EMPRESÁRIOS E, OU, COLONOS DO NÚCLEO 04 DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SENADOR NILO COELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/Função: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1) Essa terra era do dono antes de ser desapropriada?

\_\_\_\_\_

2) Quantos hectares de uva tem?

\_\_\_\_\_

3) A empresa serve água, café?

\_\_\_\_\_

4) Há recursos médicos no caso de algum acidente?

\_\_\_\_\_

5) Há mulheres grávidas trabalhando?

\_\_\_\_\_

6) Como esses trabalhadores chegam ao lugar de trabalho?

---

7) Quantos trabalhadores estão empregados na sua empresa, no momento?

---

8) Qual é o tamanho da empresa?

---

9) Dentre esses, quantos homens e quantas mulheres?

Homens: \_\_\_\_\_ permanentes \_\_\_\_\_ temporais

Mulheres: \_\_\_\_\_ permanentes \_\_\_\_\_ temporais

10) Quais os principais critérios para o recrutamento de trabalhadores?

---

---

11) Há preferência quanto ao gênero do trabalhador na empresa?

( ) Sim ( ) Não.

Por quê? \_\_\_\_\_

12) Qual o período de maior contratação da empresa? Em que período se contrata mais mão-de-obra feminina?

---

13) Todas as trabalhadoras da propriedade possuem registro na carteira de trabalho?

---

14) Quais as principais culturas produzidas pela empresa?

---

15) No caso do raleio da uva, como é feita a distribuição das tarefas para as mulheres? Qual a importância delas nessa atividade? Comente.

---

---

## APÊNDICE D

### MEMÓRIA FOTOGRÁFICA



Figura 1D – Sangramento das turbinas da Barragem de Sobradinho.



Figura 2D – Subestação da Barragem de Sobradinho.



Figura 3D – Trabalhadora raleando uva em cima de um banco.



Figura 4D – Trabalhadora com mais de 60 anos raleando uva.



Figura 5D – A beleza do parreiral com a variedade de uva redglobe.



Figura 6D – Rua principal do Núcleo 04.



Figura 7D – Único posto de saúde do Núcleo 04.



Figura 8D – Há poucos telefones públicos no Núcleo 04 e estes na maioria já estão sucateados.



Figura 9D – Uma das igrejas onde muitas das nossas entrevistadas buscam refúgio para as agressões sofridas pelos maridos.



Figura 10D – Associação dos Produtores Irrigantes do Núcleo.